

***A Margem Sul* no jornal *Público* – representação de um espaço social
que não existe no mapa geográfico**

Raquel Filipa Morais Lourenço

**Dissertação de Mestrado em Ciências da Comunicação na vertente de
Estudos dos Media e do Jornalismo**

Junho de 2020

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à
obtenção do grau de Mestre em Ciências da Comunicação, vertente de
Estudos dos Media e do Jornalismo, realizada sob a orientação científica de
Cristina Ponte

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais por sempre terem feito tudo para que eu pudesse chegar aqui hoje e a toda a minha família que me apoiou sempre, em especial à minha irmã.

Ao meu namorado pelos anos de paciência, compreensão e entreaajuda e por estar presente em todos os momentos.

A todos os amigos e pessoas que me querem bem, pela força que transmitem.

Aos professores que acompanharam e marcaram o meu percurso escolar pela positiva, em particular à minha orientadora, a professora Cristina Ponte que foi incansável para que tudo corresse pelo melhor, sempre com bons conselhos em tempo recorde. Também ao professor Francisco Rui Cádima que coordenou o projeto DIVinTV, no qual participei como bolseira (BIC) durante a licenciatura.

**A MARGEM SUL NO JORNAL PÚBLICO – REPRESENTAÇÃO DE UM ESPAÇO SOCIAL
QUE NÃO EXISTE NO MAPA GEOGRÁFICO**

**TEJO RIVER SOUTH BANK IN THE PÚBLICO NEWSPAPER – REPRESENTATION OF A
SOCIAL SPACE THAT DOES NOT EXIST ON THE GEOGRAPHICAL MAP**

RAQUEL FILIPA MORAIS LOURENÇO

RESUMO

"A margem sul é um deserto (...) não há cidades, não há gente, não há hospitais, nem hotéis nem comércio" (...). (Mário Lino, 23 de maio de 2007, in *Público online*)

Entendemos que a contribuição para um desenvolvimento sustentável e coeso das várias regiões do país é um papel importante dos governantes, mas também dos media no sentido em que difundem visões sobre os assuntos com um largo alcance. Definindo o território como um local onde existe uma base de sentido que permite o estranhamento do outro, interessou-nos perceber o modo como a *Margem Sul*, uma unidade territorial não oficial, foi enquadrada nas peças de um jornal de âmbito nacional que lhe dizem respeito. Questionámos, assim, a importância dos espaços físicos para a construção mediática deste território simbólico e vice-versa.

No dia 23 de maio de 2007 o então ministro das Obras Públicas do primeiro governo de José Sócrates, Mário Lino, proferiu as afirmações citadas quando questionado sobre a possibilidade de ser construído um aeroporto na *Margem Sul*. Doze anos depois, em 2019, a discussão sobre a necessidade de combater o esgotamento da capacidade do atual aeroporto é retomada e, desta feita, o Montijo, situado na *Margem Sul*, surge como opção simultaneamente apresentada como viável e contestável para o efeito. Na mesma altura, uma intervenção policial no bairro “Jamaica” (Seixal) centra as atenções mediáticas.

Trata-se de dois momentos em que a *Margem Sul* tem presença nos media portugueses de dimensão nacional e que dão o mote para responder a uma grande questão: Como foi representada a *Margem Sul* antes, durante e após dois picos de visibilidade no jornal *Público*? Através de metodologias quantitativas e qualitativas, o objetivo é analisar em que medida as peças onde a região tem destaque no tratamento jornalístico contribuem para uma visão integrada do território nacional, mostrando perspetivas diversas sobre a região em estudo, ou se limitam a reproduzir estigmas, como o revelado pelo ministro.

PALAVRAS-CHAVE: Estudos do Jornalismo, *Margem Sul*, *Público*, representação, *framing*.

ABSTRACT

"The south bank is a desert (...) there are no cities, there are no people, there are no hospitals, neither hotels nor commerce" (...). (Mário Lino, May 23, 2007, in *Público* online)

We consider that the contribution to a sustainable and cohesive development of the various regions of the country is an important role for government officials, but also for the media in the sense that they spread wide-ranging views on issues. Defining the territory as a place where there is a base of meaning that allows the strangeness of the other, we were interested in understanding how the *South Bank*, an unofficial territorial unit, was framed in the stories of a national newspaper that concern it. Thus, we questioned the importance of physical spaces for the media construction of this symbolic territory and vice versa.

On May 23, 2007, the then Minister of Public Works of José Sócrates' first government, Mário Lino, made the statement quoted when he was asked about the possibility of building an airport on the *South Bank*. Twelve years later, in 2019, the discussion on the need to combat the depletion of the current airport's capacity is resumed and, this time, Montijo, located on the *South Bank*, arises as an option simultaneously presented as feasible and contestable for this purpose. Meanwhile, a police intervention in the neighbourhood "Jamaica" (Seixal) focuses media attention.

These are two moments in which the *South Bank* has a presence in the Portuguese media of national dimension and they set the tone to answer a big question: How was the *South Bank* represented before, during and after two peaks of visibility in the *Público* newspaper? Through quantitative and qualitative methodologies, the objective is to analyse to what extent the pieces where the region is highlighted in the journalistic treatment contribute to an integrated view of the national territory, showing different perspectives on the region under study, or are limited to reproducing stigmas, such as the one revealed by the minister.

KEYWORDS: Journalism Studies, [Lisbon] South Bay, *Público*, representation, framing.

ÍNDICE

Introdução	1
1- Entender o espaço físico como construção: contributos das ciências sociais	3
1.1. Apropriações de quem vive (n)o território: memória, sentimentos de pertença e conflitos	6
2- Representação justa, jornalismo e territórios nos media	9
2.1. Papel da regulação e dos media na promoção de representações justas	9
2.1.1 Regulação portuguesa e internacional sobre representação justa para os media	11
2.1.2. Responsabilidade social jornalística: notícias como construção de realidades	13
2.2. Resultados de estudos anteriores sobre representação de pessoas e territórios nos media	16
2.2.1. “Na realidade, todo leitor é, quando lê, o leitor de si mesmo”	16
2.2.2. Os territórios na imprensa	18
3- <i>Margem Sul</i> : Contextualização histórica e social sobre a Península de Setúbal	23
3.1. Apresentação do conceito e localização geográfica	23
3.2. Notas para uma caracterização sociodemográfica (séculos XX e XXI)	24
3.3. <i>Margem Sul</i> e História Local	33
4- Síntese conclusiva da primeira parte	35
5- Metodologia	39
5.1. Caracterização do estudo e justificação do corpus de análise	39
5.2. Procedimentos e instrumentos de análise quantitativa e qualitativa	43
6- Análise e discussão dos dados	46
6.1. Representação da <i>Margem Sul</i> e respetivos concelhos em 2007: resultados quantitativos	46

6.2. Representação da <i>Margem Sul</i> e respetivos concelhos em 2019: resultados quantitativos	53
6.3. Resumo comparativo (quantitativo): 2007/2019	60
6.4. Representação da <i>Margem Sul</i> em 2007 e 2019: resultados qualitativos (texto) .	62
6.4.1. <i>Margem Sul</i> : uma nomeação que varia	62
6.4.2. Padrões de representação e configuração da <i>Margem Sul</i>	64
6.4.2.1. Características estigmatizantes	65
6.4.2.2. Estranhamento, excesso, falta	66
6.4.2.3. Metáforas e emoções	67
6.4.3. Vozes locais: minoritárias, interpelantes, indignadas	67
6.4.4. Expressões territoriais “politicamente corretas”	68
6.5. Que imagens da <i>Margem Sul</i>	70
Conclusão	75
Bibliografia	80
Anexos	87
Anexo I – Análise exploratória de 2007	87
Anexo II – Folha de código	112
Anexo III – Análise qualitativa por peça (texto)	115
Anexo IV – Análise das imagens	130

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela nº 1 - Dados numéricos sobre os concelhos da <i>Margem Sul</i> (2010 e 2018)	27
Tabela nº 2 - Semanas (2007)	46
Tabela nº 3 - Secções (2007)	47
Tabela nº 4 - Assinatura (2007)	47
Tabela nº 5 - Géneros jornalísticos (2007)	47
Tabela nº 6 - Temas (2007)	49
Tabela nº 7 - Vozes presentes (2007)	51
Tabela nº 8 - Vozes presentes da região (2007)	51
Tabela nº 9 - Referências sem voz ligadas à região (2007)	52
Tabela nº 10 - Protagonismo (2007)	52
Tabela nº 11 - Semanas (2019)	54
Tabela nº 12 - Secção (2019)	54
Tabela nº 13 - Assinatura (2019)	55
Tabela nº 14 - Géneros jornalísticos (2019)	55
Tabela nº 15 - Temas (2019)	56
Tabela nº 16 - Vozes presentes (2019)	58
Tabela nº 17 - Vozes presentes da região (2019)	58
Tabela nº 18 - Referências sem voz ligadas à região (2019)	59
Tabela nº 19 - Protagonismo (2019)	59

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico nº 1 - Distribuição do nº de referências por concelho (2007)	46
Gráfico nº 2 - Primeira página (2007)	47
Gráfico nº 3 - Posição na página (2007)	48
Gráfico nº 4 - Conexão (2007)	48
Gráfico nº 5 - Ilustração (2007)	48
Gráfico nº 6 - <i>Framing</i> (2007)	50
Gráfico nº 7 - Nº de fontes (2007)	50
Gráfico nº 8 - Presença de discurso subjetivo (2007)	52
Gráfico nº 9 - Tom dominante (2007)	52
Gráfico nº 10 - Distribuição do nº de referências por concelho (2019)	54
Gráfico nº 11 - Primeira página (2019)	54
Gráfico nº 12 - Posição na página (2019)	56
Gráfico nº 13 - Conexão (2019)	56
Gráfico nº 14 - Ilustração (2019)	56
Gráfico nº 15 - <i>Framing</i> (2019)	57
Gráfico nº 16 - Nº de fontes (2019)	57
Gráfico nº 17 - Presença de discurso subjetivo (2019)	59
Gráfico nº 18 - Tom dominante (2019)	59

INTRODUÇÃO

"A margem sul é um deserto (...) não há cidades, não há gente, não há hospitais, nem hotéis nem comércio" (...). (Mário Lino, 23 de maio de 2007, in *Público online*)

No dia 23 de maio de 2007 o então ministro das Obras Públicas do primeiro governo de José Sócrates, Mário Lino, proferiu as afirmações acima citadas quando questionado sobre a possibilidade de ser construído um aeroporto na *Margem Sul*. Doze anos depois, a discussão sobre a necessidade de combater o esgotamento da capacidade do aeroporto de Lisboa é retomada e o Montijo é simultaneamente apresentado como opção viável e contestável para o efeito. Na mesma altura, em janeiro de 2019, uma intervenção policial num bairro do Seixal, conhecido por “Jamaica”, centra atenções mediáticas pela alegada violência utilizada pelos agentes. Trata-se de dois momentos em que a *Margem Sul* tem presença nas notícias. Mas afinal o que é a *Margem Sul* em termos geográficos? Como tem sido representada antes, durante e após picos de visibilidade noticiosa? É importante estudar a forma como um território português é representado num órgão de comunicação de âmbito nacional?

A presente dissertação responde à primeira e à terceira perguntas nos capítulos da primeira parte. Estes estabelecem o contexto que permite responder à segunda questão e interpretar os resultados obtidos através de uma análise quantitativa e qualitativa às peças do jornal *Público* onde a região tem destaque no tratamento jornalístico. O nosso propósito inicial seria comparar vários meios de comunicação. Todavia, constrangimentos temporais e espaciais ditaram a realização de uma análise a apenas um jornal, pelo que vamos responder à grande pergunta: Como foi representada a *Margem Sul* antes, durante e após dois picos de visibilidade no jornal *Público*?

Para tal consideramos cinco semanas em cada um dos momentos (duas anteriores ao acontecimento-chave e três posteriores): entre 9 de maio e 13 de junho de 2007 e entre 6 de janeiro e 10 de fevereiro de 2019.

Propomos uma correspondência entre a expressão *Margem Sul*, construída a partir da localização do território considerado (a sul do rio Tejo), e a área oficialmente denominada “Península de Setúbal” na divisão do território português em NUTS III (2002). Poderia ser só esta a explicação para a popularização do termo *Margem Sul*. Quando uma notícia se refere à *Margem Sul*, seria provável que um leitor questionasse “margem sul de que rio?”. Mas isso não acontece. A Península de Setúbal, constituída

por nove concelhos (Alcochete, Almada, Barreiro, Moita, Montijo, Palmela, Seixal, Sesimbra e Setúbal), é a *Margem Sul* em oposição a Lisboa, na margem norte do rio Tejo. Assim, Lisboa é simplesmente Lisboa, enquanto as cidades do outro lado do rio ganham a designação comum e tendencialmente depreciativa de *Margem Sul*. Trata-se de uma designação reconhecida a nível nacional.

O primeiro capítulo reúne contributos de várias ciências sociais para entender o conceito de território porque, quando se pretende analisar um território ou as suas representações, importa entender o espaço como uma variável do processo explicativo e não apenas como um invólucro vazio (Barbio, 2016: 11). Porque as assimetrias em Portugal, assim como os níveis de atenção mediática, se manifestam relativamente a vários territórios do país, no segundo capítulo partimos do paradigma construtivista e da ideia de que os media nos dizem não apenas sobre o que pensar, mas também como pensar sobre isso (McCombs & Shaw, 1993: 62) para refletimos sobre a relevância do que é dito pelos media (e como é dito) e daquilo que não é dito. Assim, tornou-se necessário caracterizar os municípios que compõem a chamada *Margem Sul*, com aspetos demográficos, socioeconómicos e de infraestruturas, culturais e identitários. É este o propósito do terceiro capítulo. No seu conjunto, estes três capítulos permitiram construir o quadro de leitura e análise das peças recolhidas (de que tratam, como tratam, o que não tratam).

A metodologia de análise tem como base principal o conceito de *framing*: processo através do qual se organiza a realidade, categorizando os acontecimentos de determinadas formas, prestando atenção a alguns aspetos em detrimento de outros e atribuindo significados aos mesmos (Kitzinger, 2007: 134). A recolha das peças incidiu em matérias com o termo *Margem Sul* ou que referissem concelhos. A análise de conteúdo contabilizou a frequência de temas, vozes, fontes, protagonistas, distribuição geográfica, localização na publicação (secção) e tonalidade. As peças com a expressão *Margem Sul* foram alvo de uma análise qualitativa que evidenciou aspetos implícitos no discurso, de forma recorrente ou excecional.

Foi a memória do impacto percebido das declarações citadas no início, associada à consciência acerca da importância social dos media, que nos motivou a procurar perceber em que medida as representações da *Margem Sul*, um espaço simbólico, contribuem para a coesão territorial do país, do nosso ponto de vista crucial para o seu desenvolvimento equilibrado, ou reproduzem características estigmatizantes.

1. ENTENDER O ESPAÇO FÍSICO COMO CONSTRUÇÃO: CONTRIBUTOS DAS CIÊNCIAS SOCIAIS

Estudar um espaço físico parece uma questão simples e objetiva. Uma definição de dicionário a “espaço” apresenta-nos o conceito como “lugar mais ou menos bem delimitado, cuja área (maior ou menor) pode conter alguma coisa”¹. Contudo, num passado relativamente recente, as ciências sociais têm vindo a assumi-lo como objeto de estudo e não apenas como invólucro passivo onde acontecem fenómenos sociais.

A noção de “território” como “grande extensão de terra” ou “área de uma jurisdição”², foi problematizada por geógrafos que explicitaram o seu caráter construído (Silva & Silva, 2016). Lucas Fuini (2014) encara o território como um recorte do espaço geográfico definido por (e a partir de) relações de poder, controlo, apropriação e uso. Tais relações são definidas em termos políticos, institucionais, económicos e culturais. Isto quer dizer, na perspetiva de Claude Raffestin (1993), que todas as relações de poder desempenhadas por um sujeito no espaço podem produzir um território, o qual servirá como referência aos sujeitos que nele vivem, criando uma base de sentido e permitindo o “estranhamento” do outro (Moraes, 2004). Assim, o conceito ganha abrangência e perde a dependência direta de um local onde se exerce a soberania de um Estado. Efetivamente, Ivana Silva e Paulo Silva (2016: 53) concluem que, de um ponto de vista metodológico, o território “pode ser apreendido seja em perspetivas multiescalares e interescalares, seja em termos subjetivos, locais, regionais, nacionais e globais, desde que considere as lógicas de comando dos fluxos que o definem, entrecruzando normas globais com as normas locais (Costa, 2004; Saquet, 2007; Santos, 1996)”.

A pergunta que se impõe, neste contexto, é: como podemos entender a importância dos espaços físicos para a construção de territórios simbólicos e vice-versa? Peris Persi (2010) destaca o papel geográfico dos sentimentos de grupo (sociais), na ligação entre as pessoas e os seus espaços de vida, influenciando relações geopolíticas e projetos de planeamento partilhados. “Os lugares estão impregnados de humanidade e de paixões, e sob essa luz devem ser compreendidos, analisados e planeados. Nessa perspetiva nascem as geografias emocionais, cujos objetos de estudo são os territórios emocionais e as paisagens das sensações e dos sentimentos: novas abordagens geográficas que se

¹ *Espaço* in Dicionário infopédia da Língua Portuguesa [online]. Porto: Porto Editora, 2003-2019.

² *Território* in Dicionário infopédia da Língua Portuguesa [online]. Porto: Porto Editora, 2003-2019.

integram àquelas tradicionais” (Persi, 2010 – tradução de Furlanetto, 2010: 200). A título de exemplo, David Antunes (2011) refere uma consciência geográfica comum que nos permite definir um dado lugar através de características que originalmente pertencem a outro, o que significa resolver as dificuldades da descrição tornando o *outro* no *mesmo* e encolhendo o mundo para o interpretar. Isto é, o mundo “passa a ser nosso, como o *mare nostrum*, dos romanos e de Mussolini” (Antunes, 2011: 2). Assim, “Aveiro é a Veneza de Portugal, reina um espírito canarinho na seleção portuguesa, Napoleão Bonaparte declara, a 2 de julho de 1798, ao povo de Alexandria, que *nous sommes les vrais musulmans*, e o clima entre os Andes e o Oceano Pacífico, tão propício à produção vinícola de castas francesas, é mediterrânico” (ibidem: 1).

Um dos exemplos mais marcantes de um esforço para corresponder fronteiras físicas a uma imagem criada sobre os habitantes de um local (as “comunidades imaginadas” – expressão do historiador Benedict Anderson³) é o processo de formação dos Estados-nação, conceito que se consolidou na Europa após a Revolução Francesa, no século XVIII, e que constitui a justificação teórica de Estados nacionais como os conhecemos hoje, originados, muitas vezes, a partir da unificação de povos de diversas culturas. No âmbito da sua dissertação de mestrado em Comunicação e Cultura, intitulada “Comunicação, Discurso e Identidade – A Construção da Identidade Capixaba nos Jornais *A Gazeta* e *A Tribuna*”, Augusto Moraes (2004) refere que o termo “nação” surgiu não só para delimitar as fronteiras geopolíticas de um Estado, mas igualmente para definir as fronteiras culturais, estabelecendo, num discurso unificado, o que fazia ou não parte da mesma. O sociólogo Rob Shields (1991), por sua vez, estabelece a noção de “espacialização social” para designar a construção social do espaço a nível do imaginário coletivo, assim como a nível prático da ação sobre o território.

Leda Barbio realizou a sua tese de doutoramento no ramo Sociologia Urbana, do Território e do Ambiente, encarando o espaço como era entendido por Émile Durkheim, ou seja, como uma “categoria do entendimento”, tal como o tempo (Barbio, 2016). Em suma, é mais uma categoria que permite atribuir um sentido ao mundo, refletindo as divisões da sociedade em que se insere. “Direita ou esquerda”, “alto ou baixo”, “Norte ou Sul” são distinções que decorrem da atribuição às regiões de valores afetivos diferentes,

³ O título da obra (2012) é “Comunidades Imaginadas: Reflexões Sobre a Origem e a Expansão do Nacionalismo”.

acrescenta Durkheim, citado pela antropóloga Filomena Silvano (2001). A mesma autora, numa comunicação de 1988, parte da hipótese de que o pensamento coletivo opera a diferentes escalas de representação do espaço, sendo que cada uma se organiza num sistema e possui uma autonomia relativa, marcada, todavia, por interferências e dependências mútuas (Silvano, 1988). Lévi-Strauss, numa perspetiva também antropológica, salienta a diversidade de representações do mesmo espaço no interior de uma sociedade, escolhendo o indivíduo uma delas, condizente com a posição que ocupa na estrutura social e no espaço social. A pertença espacial é, portanto, um dos fatores que determinam as representações sociais (Barbio, 2016). Esta expressão das hierarquias e das relações sociais de dominação através do espaço pode ser dissimulada pelo “efeito de naturalização” que advém da inscrição a longo prazo das realidades sociais no mundo natural e que faz as diferenças oriundas da vivência histórica das sociedades parecerem, no presente, provir da natureza das coisas (Bourdieu, 2001).

Outras categorizações frequentes dos espaços são as dicotomias rural/urbano e local/regional. Silvano (1988) procurou mostrar, com o exemplo de Souselas (Coimbra), o modo como a posição ocupada por uma localidade no interior do espaço local depende de relações que organizam o espaço regional. De acordo com a antropóloga, as relações mantidas com a cidade são utilizadas nas estratégias de organização do espaço local, fazendo com que a cidade integre o espaço rural, ao dar-lhe forma. Os espaços são tidos como objetos e referências do discurso, assim como lugares de centração dos diversos sujeitos. É particularmente interessante perceber como a implantação de um complexo industrial veio transformar a estrutura socioeconómica e as representações sociais dos habitantes desta pequena localidade, cujos limites geográficos não foram alterados. Por um lado, “em simultâneo com a contração observada nas representações do espaço local, observamos uma expansão dos espaços de referência regionais e nacionais” (Silvano, 1988: 570). Por outro lado, “as relações privilegiadas com a cidade marcam a unicidade da posição: Souselas reivindica para si própria a diferença que lhe é conferida pela presença da fábrica e valoriza-a positivamente, pela afirmação de uma proximidade, de uma semelhança e mesmo de uma identificação, com o mundo urbano” (*ibidem*: 574).

O sociólogo José Madureira Pinto (2016) reconhece igualmente a dimensão espacial dos fenómenos sociais e procura estabelecer variáveis sociológicas para estudar o “efeito território” – entendido como o “‘efeito exponenciador’ que ‘a variável território’ tem sobre as ‘desigualdades inter-regionais e, também, intrarregionais’” (Pinto, 2016: 6)

–, assim como os “efeitos de lugar”. Estes últimos dão conta das relações entre as estruturas do espaço social e as do espaço físico, ou seja, “uma parte da inércia das estruturas do espaço social resulta do facto de elas estarem inscritas no espaço físico e não poderem ser modificadas a não ser à custa de um trabalho de transplantação, de uma mudança de sítio (*déménagement*) das coisas e de um desenraizamento ou de uma deportação das pessoas, as quais pressuporiam elas próprias transformações sociais extremamente difíceis” (Bourdieu, 1993: 164, cit in *ibidem*). Pinto (2016) acrescenta que o espaço físico entra no domínio político enquanto objeto de intervenções do Estado ao nível das “políticas territoriais” e, “embora por outras vias, quando, no contexto de lutas pelo direito à habitação, pela preservação histórico-patrimonial de lugares, pela defesa da qualidade ambiental, está em causa definir e pôr em prática estratégias de contestação/inversão da ordem socio-espacial estabelecida” (*ibidem*: 10). Em espaços marginalizados, o autor cita João Queirós (2015) para destacar dificuldades acrescidas na tomada de decisões sobre intervenções urbanísticas e habitacionais (Pinto, 2016: 11):

E isso não só por ser complexa e muito variada a rede de relações funcionais e de poder que sempre sustenta as ações da burocracia estatal em causa, mas ainda por se constatar que a relação dos destinatários destas políticas com o Estado nada tem de linear, implicando, isso sim, níveis muito diferenciados de envolvimento dos mesmos em relação às decisões que lhes dizem respeito: desde a mobilização política sustentada, num extremo, à dissidência atomizada, no outro extremo, passando por gradações intermédias e instáveis de comprometimento cívico (Queirós, 2015).

1.1. Apropriações de quem vive (n)o território: memória, sentimentos de pertença e conflitos

Do ponto de vista dos habitantes de um território, as formas espaciais contribuem para processos de autoperceção, simbolização e ritualização social. Elisangela Mortari (2004), na sua tese de doutoramento, em Comunicação e Cultura intitulada “Identidades negociadas: o rádio e a construção simbólica da Quarta Colónia/Rs”, estudou a forma como os colonos italianos que chegaram ao Brasil no século XIX procuraram reconstruir uma Itália religiosa em espaços brasileiros e as tensões que continuam presentes hoje entre ser brasileiro e/ou italiano para pessoas que já nasceram no Brasil e cujos pais também nasceram neste país de acolhimento. No mesmo sentido, Luciana Trimano (2016) analisa, num artigo que apresenta conclusões da sua tese de doutoramento em Comunicação Social⁴, a forma como a chegada massiva de habitantes, oriundos de outras

⁴ *Habitar, percibir y narrar el territorio. La construcción subjetiva de una tensión rural/urbana.*

zonas do país, a uma pequena comunidade rural espanhola resultou em novas dinâmicas sociais e potenciais conflitos nesse mesmo espaço geográfico (Trimano, 2016: 217):

1) los modos de habitar y vivir, y la construcción del mundo cotidiano de los actores; 2) la organización del espacio y el sentido de territorialidad, la relación entre tiempo y territorio en el sentimiento del arraigo y la construcción de la memoria colectiva y las maneras de concebir el futuro; 3) el significado y las modalidades del trabajo; 4) la configuración imaginaria de la vida deseable y los valores y 5) la definición de identidad y alteridad, así como la representación de los “otros” próximos.

As dinâmicas migratórias – que não se iniciaram hoje – e a evolução digital, entre outros fatores, parecem querer desafiar as fronteiras dos territórios físicos, no que respeita à existência de unidades identitárias no interior dos Estados-nação, ao gerar identidades híbridas e comunidades cujos traços identitários não têm uma presença territorial precisa, mas sim virtual (Cádima, 2017). Entendemos, neste contexto, a noção de “virtual” como “susceptível de se exercer ou realizar” e “que existe em potência”⁵, ou seja, algo que tem existência aparente e não depende de uma correspondência física para gerar efeitos reais (efetivos). Por conseguinte, a virtualidade dos territórios simbólicos não é um desafio exclusivo de um presente e futuro marcados pela informática, dado que sempre interagiu com diversos espaços físicos na construção e manutenção de imaginários sociais. É assim que alguns espaços geográficos se associam a sentimentos de classe, entre outras divisões sociais, atribuindo-lhes significados que parecem ter uma ligação natural ao território físico considerado, como passamos a exemplificar através de dois casos ligados ao território cuja representação noticiosa será alvo de análise.

Na dissertação de João Santos em História Contemporânea (2017), com o título “‘Somos operários, é malta do ferro’ – Desindustrialização, Classe e Memória Operária em Setúbal”, de acordo com um antigo operário entrevistado pelo autor, é diferente ser um operário em Setúbal e no Norte⁶. Tal significa que “a experiência de industrialização, tal como foi vivida pelos trabalhadores, nunca esteve, no Sul, associada à ideia de mobilidade social” (Ribeiro, cit in Santos, 2017: 37). Além disso, num passado recente

⁵ *Virtual* in Dicionário infopédia da Língua Portuguesa [online]. Porto: Porto Editora, 2003-2019.

⁶ Deixamos aqui o respetivo excerto. É de realçar o tratamento do “Norte” como um território com significado próprio, em oposição a Setúbal que, pela proximidade, ganha relevância nas suas considerações geográficas: “E ele [o Bispo] falava na altura uma coisa muito importante, (...), como era lá do Norte dizia que ‘Epá lá no Norte a malta sai da fábrica, agarra a bicicleta, tem um bocado de terra, cava umas couves, cava umas batatas, cava uns não-sei-quê, quer dizer... algum problema que pudesse haver mas ao menos o sustento ali.’ (...) ‘O pessoal de Setúbal tem um problema, que tem de comprar ou água ou sal’. Ou seja, outro tipo de retaguarda que tu podias ter não existe. Não é? Enquanto aquela malta tem ali um bocadinho de terra, sai da fábrica vai cavar uma batata (...).” (Santos, 2017: 38).

seria muito diferente ser um operário ou ter outra ocupação profissional, na mesma cidade de Setúbal. Efetivamente, o estaleiro é referido por antigos operários de Setúbal como uma “cidade dentro da cidade”, ou seja, “não apenas como um mundo de produção económica, mas como um espaço igualmente produtor de sociabilidade” (*ibidem*: 38).

Na dissertação de Ana Sofia Costa, em Antropologia do Espaço, a análise da “cidade” surge associada ao fenómeno da diversidade de indivíduos concentrados num mesmo espaço e às trocas sociais aí desenvolvidas: trata-se de um espaço físico que constitui uma “tela” onde se desenham e projetam formas ideais de organização dos indivíduos que a habitam. O seu artigo *O espaço dos outros: Representações sociais e fronteiras num bairro integrado de Almada* procura contrastar os princípios político-urbanísticos que estiveram na génese da projeção do espaço físico do bairro Amarelo com o papel do espaço construído na (re)organização de redes socioculturais, na aprendizagem da diferença e nas representações que estão na base das fronteiras de interação entre grupos de moradores. Neste caso, o planeamento, ao influir na partilha deste novo espaço, teve efeitos nocivos, condicionantes para a emergência do espaço imaginado: “processo de construção, manipulação e negociação de imagens que suporta as representações sociais e coloca em relação indivíduos cultural e socialmente heterogéneos” (Costa, 2006: 37). O bairro (unidade espacial) é considerado, pela autora, uma entidade fragmentada (e fragmentária) que se afasta do conceito de comunidade “pela multiplicidade de unidades, valores e imagens de identificação possíveis (Silvano, 1997: 4-5) de apropriação e de contestação, em ação na manutenção/contestação da imagem projetada para o exterior e infletida, de novo, aos seus produtores, os habitantes” (*ibidem*: 38).

Considerando esta abordagem do espaço físico que reuniu contributos da Geografia, Sociologia, Antropologia, História e Ciências da Comunicação, entendemos que, no domínio dos Estudos do Media e do Jornalismo, faz sentido estudar a forma como os espaços são representados em meios de comunicação e que simbolismos daí emergem ou são reforçados (Ascensão, 2015; Milovanova & Svinkina, 2018; Viana, Faustino, & Costa, 2019). O próximo capítulo é, então, dedicado ao papel do jornalismo na representação do mundo e à importância de construir representações justas, de pessoas e territórios, que promovam a coesão social e um desenvolvimento coletivo sustentável e livre de preconceitos e estereótipos estigmatizantes.

2. REPRESENTAÇÃO JUSTA, JORNALISMO E TERRITÓRIOS NOS MEDIA

“As políticas e os regulamentos para os media assentam na crença de que os sistemas mediáticos devem ser representativos das comunidades que servem” (Baptista & Silva, 2017: 11). Esta é a afirmação com a qual Carla Baptista e Marisa Torres da Silva, investigadoras em Ciências da Comunicação, iniciam o artigo *Diversidade nos media em Portugal: enquadramento político e desafios atuais*. É nesta linha que o presente capítulo começa por refletir sobre a importância de todos os cidadãos terem voz na esfera pública e no domínio dos media. Apresentamos exemplos de regulação no sentido de promover uma representação justa e proporcional dos membros de uma sociedade e debruçamo-nos sobre a responsabilidade social e desafios associados ao jornalismo, enquanto produtor de discursos amplamente difundidos. Por fim, expomos resultados de estudos anteriores, cujo enfoque foi o modo de representar pessoas e territórios nos media, especialmente na imprensa escrita (objeto de estudo da dissertação).

2.1. Papel da regulação e dos media na promoção de representações justas

“Representação” é uma palavra com múltiplos significados. No âmbito da presente dissertação, concebemo-la como uma “imagem mental de perceção interior”⁷. Além disso, tratando-se de uma análise às representações noticiosas referentes a um território, importa salientar que o estudo das formas de realização de tais imagens como fenómeno cultural e meio de comunicação cultural é necessário para compreender a realidade contemporânea e entender a construção de mitologias que formam o campo público ideológico (Milovanova & Svinkina, 2018). Partimos do pressuposto de que perceções individuais e sociais coexistem, influenciando-se mutuamente.

O sumário do projeto DIVinTV: Televisão pública e diversidade cultural, realizado entre 2016 e 2018 pela equipa de investigadores do Instituto de Comunicação da Universidade Nova de Lisboa, realça que a estratégia Europa 2020 prioriza “o crescimento da inclusão”, nomeadamente “no sentido de diminuir a pobreza e a exclusão social”. Acrescenta que “ter direitos de cidadania é mais do que ser apenas reconhecido como cidadão; significa também ter a oportunidade de participar e desempenhar um papel

⁷ *Representação* in Dicionário infopédia da Língua Portuguesa [online]. Porto: Porto Editora, 2003-2019.

importante na vida da comunidade”. A representação justa dos cidadãos na esfera pública surge, então, associada a uma preocupação com a promoção da diversidade, assim como de uma cidadania ativa e democratização das vozes ouvidas e respeitadas.

Em termos gerais, a Constituição da República Portuguesa estabelece o *Princípio da Igualdade*⁸, em consonância com a Convenção Europeia dos Direitos do Homem e com a Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU. Entendemos, por isso, que garantir representações adequadas integra o cumprimento da legislação em vigor.

Ao contrário daquilo que pensaríamos quando o advento da Internet prometeu espaço para todas as vozes e a perda de relevância dos meios de comunicação tradicionais, “nunca a mediação ganhou tamanha importância no que respeita ao processo comunicacional indivíduo-sociedade”, já que “a abundância de informação disponível obriga a que se façam escolhas, que se credibilizem determinadas vozes” (Ascensão, 2017: 1). No mesmo sentido, crescem receios sobre o perigo de homogeneização decorrente da utilização de algoritmos automáticos no meio digital e sobre o potencial de expansão de notícias falsas e discursos de ódio. O discurso de ódio é definido pelo Facebook (cit in MacAvaney, Yao, Yang, Russell, Goharian, Frieder, 2019: 3) como:

Um ataque direto a outras pessoas, baseado naquilo a que chamamos características protegidas – raça, etnia, origem nacional, afiliação religiosa, orientação sexual, casta, sexo, género, identidade de género, e doença ou deficiência grave. Também concedemos algumas proteções para o estatuto de imigrante. Definimos ataque como um discurso violento ou desumanizante, frases de inferiorização, ou apelos à exclusão ou segregação⁹.

Assim, estudar media tradicionais como a televisão ou a imprensa, em particular o papel do jornalismo na representação do mundo em que vivemos, permanece relevante. Kari Karppinen, investigador em Estudos dos Media e da Comunicação, conclui que “é somente através de uma estrutura culturalmente rica e segura que as pessoas podem tornar-se conscientes das opções que têm disponíveis” (Karppinen, 2007: 18).

⁸ Parte I, Título I, Art. 13º: 1- Todos os cidadãos têm a mesma dignidade social e são iguais perante a lei. 2- Ninguém pode ser privilegiado, beneficiado, prejudicado, privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão de ascendência, sexo, raça, língua, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica, condição social ou orientação sexual.

⁹ Não cabe no âmbito desta dissertação discutir o conceito de discurso de ódio ou afirmar que os media agem de modo a promovê-los. Todavia, verificamos se há representações inseridas, involuntariamente, em práticas favoráveis à sua difusão. Ernest-Pereira e Mutti (2011) categorizam tais procedimentos discursivos como “falta”, “excesso” e “estranhamento”, questão à qual voltaremos na explicação metodológica.

2.1.1. Regulação portuguesa e internacional sobre representação justa para os media

Em Portugal, é a Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC) que tem a função de regular a atividade dos meios de comunicação social. As suas principais recomendações incidem sobre a defesa do pluralismo “em sentido lato”: “representação de um vasto conjunto de valores, opiniões e pontos de vista, de informações e de conteúdos, representando os múltiplos interesses sociais, políticos, culturais, económicos, etc.” (ERC, 2019: dd). Simultaneamente, a ERC visa “assegurar que a informação fornecida pelos prestadores de serviços de natureza editorial se pauta por critérios de exigência e rigor jornalísticos” e que os conteúdos difundidos não ultrapassem os limites legais em matéria de “proteção dos direitos, liberdades e garantias pessoais” (ERC, 2008: 106). O rigor é caracterizado pela ERC informação ajustada à realidade e com reduzido grau de indeterminação, por oposição a erros, imprecisões e/ou distorções, que implicam uma diminuição da qualidade e credibilidade da informação (*ibidem*).

São indicações vagas, por vezes desenvolvidas em diretivas e estudos referentes a coberturas ou temáticas concretas, como a “Análise da cobertura televisiva dos acontecimentos na Quinta da Fonte, período de 11 a 17 de julho na RTP, SIC e TVI” (2008); “Imigração, diversidade étnica, linguística, religiosa e cultural na imprensa e na televisão: 2008” (2009); “A representação de homens e mulheres nos noticiários de horário nobre emitidos em sinal aberto” (2018); “Representações da violência doméstica nos telejornais de horário nobre” (2018), entre outros. De acordo com o relatório de regulação de 2018 (dedicado principalmente à rádio e à televisão), a entidade definiu o género, a desinformação e a literacia, como principais preocupações do ano considerado.

Relativamente a realidades estrangeiras, recorremos a um artigo nosso (publicado na revista *Media & Jornalismo*, subordinada ao tema “Media e Diversidade”), com o título *Estratégias para a diversidade na televisão: os casos dos EUA e do Reino Unido*, para perceber como é entendida a regulação sobre representação dos cidadãos nos dois países. A escolha dos países foi baseada no facto de já termos estudado as realidades descritas e na afirmação de que a diversidade de modelos de regulação que encontramos pelos países da União Europeia, não impede que, em linhas genéricas, todos se enquadrem no que se pode denominar “modelo europeu de regulação” (Lameiras & Sousa, 2015: 132). A União Europeia defende uma regulação independente que, na maioria dos países que a constituem, é concretizada através da constituição de organismos estatais independentes, dotados de alguma autonomia administrativa e financeira, cujas atribuições são variáveis,

não sendo comum, por exemplo, estas entidades terem sob a sua alçada a imprensa, como acontece em Portugal e na Itália (*ibidem*: 128). Na Alemanha, por exemplo, a imprensa autorregula-se graças à existência de um Conselho de Imprensa que reúne os atores principais do sistema mediático: os jornalistas, as empresas jornalísticas e o público (Sponholz, 2010). O projeto de investigação “A Regulação dos Media em Portugal: o Caso da ERC” teve várias publicações que sintetizam as formas de regulação existentes na Europa, das quais destacamos o artigo *Perplexidades e incertezas da regulação dos media na Europa* (2015) e o livro *A regulação dos media na Europa dos 27* (2012).

Nos EUA existe um órgão responsável por regular a área das telecomunicações e radiodifusão: *Federal Communications Commission* (FCC). Todavia, várias organizações da sociedade civil americana criticam a sua atuação em matéria de diversidade, “acusando a entidade de aprovar medidas que prejudicam a representação dos cidadãos nos media” (Lourenço, 2017: 86). Tal deve-se ao facto de a maior intervenção do regulador norte-americano incidir sobre a concentração da propriedade dos media, apresentando, por isso, dificuldades em gerir a diversificação das vozes presentes no espaço público e os interesses económicos de grandes empresas.

O Reino Unido constitui, assim, um melhor exemplo de cooperação, neste caso, entre a entidade reguladora (*Office of Communications* - Ofcom) e a estação pública (BBC), no sentido de promover boas práticas. A própria BBC reconhece “que a diversidade que apresenta, quer ao nível de trabalhadores, quer de presença visível no ecrã, está aquém do necessário para garantir igualdade de oportunidades e representação para todos os britânicos, pelo que criou um conjunto de estratégias para reverter a situação até 2020” (*ibidem*: 86). No conceito de diversidade estão incluídas, por exemplo, as “regiões nas quais tanto as audiências, como os funcionários, vivem e trabalham” (BBC, 2016: 5, cit in *ibidem*: 87). O Ofcom, por sua vez, procura dar indicações, nomeadamente orientação jurídica, aos empregadores e proprietários dos media, para que sejam tomadas medidas de promoção da diversidade, mantendo o respeito pela lei” (*ibidem*: 86). Assim, visa garantir a igualdade de oportunidades no acesso ao emprego nos media, conjugando o mérito, como critério principal de contratação, com a superação das barreiras que alguns grupos da sociedade encontram para entrar nesta indústria ou nela alcançar progressos.

Em suma, para as entidades reguladoras dos EUA e do Reino Unido, a representação é regulável através da verificação da propriedade dos media (pluralismo externo) e do acesso ao emprego nos mesmos (pluralismo ao nível das pessoas envolvidas

na produção de conteúdos mediáticos e de representação visível – ex. contratação de atores ou apresentadores), respetivamente.

2.1.2. Responsabilidade social jornalística: notícias como construção de realidades

Partindo do paradigma construtivista (Traquina, 2002) – vê as notícias como construção (e não reflexo) da realidade – e da ideia de que os media nos dizem sobre o que pensar, mas também como pensar sobre isso (McCombs & Shaw, 1993: 62), coloca-se a questão do “não-dito”: o que “é silenciado, conscientemente ou inconscientemente, pelos media e que não terá voz no espaço público” (Ascensão, 2017: 7).

Num ambiente comunicacional com “esferas públicas corrompidas”¹⁰ há mais atores e enquadramentos a desafiar a hegemonia dos media tradicionais. Ainda assim, a ideologia jornalística mantém a responsabilidade do jornalismo para com a verdade, pelo que a atividade constitui um objeto crucial para avaliar que conceitos e imagens emergem nos discursos públicos, pela forma como as peças são elaboradas. Nelson Traquina (2002) define os valores-notícia como os “óculos particulares” dos jornalistas, presentes na seleção de acontecimentos (na avaliação da importância do próprio evento e de critérios contextuais) e na sua construção, definindo linhas orientadoras para a apresentação do conteúdo, nomeadamente prioridades e omissões. Contudo, no livro *A crise do jornalismo em Portugal*, José Matos, Carla Baptista e Filipa Subtil (2017) identificam uma aceleração do processo jornalístico que nos faz ouvir e ler muitas vezes as mesmas temáticas e conteúdos, raramente de forma desenvolvida e contextualizada, devido à falta de recursos que prolifera nas redações.

Porém, importa realçar que nem sempre o problema do jornalismo é uma questão de recursos. O efeito de naturalização, referido no capítulo anterior, pode ser poderoso a ponto de os intervenientes na produção de conteúdos jornalísticos não se aperceberem de que estão a cair em enquadramentos estigmatizantes, segundo a definição do sociólogo Erving Goffman (versão traduzida de 1988) de estigmatização (Goffman, 1988: 6):

Enquanto o estranho está à nossa frente, podem surgir evidências de que ele tem um atributo que o torna diferente de outros que se encontram numa categoria em que pudesse ser incluído, sendo,

¹⁰ Expressão de Lance Bennett e Barbara Pfetsch: o primeiro é investigador em Ciência Política e Comunicação, enquanto a segunda investiga em Estudos dos Media e da Comunicação. A expressão consta no título de um artigo que escreveram em conjunto, em 2018: *Rethinking Political Communication in a Time of Disrupted Public Spheres*.

até, (...) num caso extremo, [visto como] uma pessoa completamente má, perigosa ou fraca. Assim, deixamos de considerá-lo criatura comum e total, reduzindo-o a uma pessoa estragada e diminuída. Tal característica é um estigma, especialmente quando o seu efeito de descrédito é muito grande.

Na visão do autor, o estigma também se manifesta na construção de ideologias para explicar a inferioridade do estigmatizado, no facto de encarmos atos menores como capacidades extraordinárias (ex. o criminoso que se sentiu insultado perante a sinceridade de alguém que afirmou estar surpreendido por vê-lo ler um certo tipo de livro) e na associação de erros menores ou acidentais a uma expressão direta da característica estigmatizante (ex. um ex-paciente mental que evita ter discussões acesas por medo de as suas emoções serem logo confundidas com uma expressão da doença). Assim, a ausência de estigma é mais do que fornecer algumas notícias de carácter positivo ou condescendente sobre uma realidade. O ideal seria isso não ser necessário ou surgir de forma habitual.

Atendendo ao que foi dito até aqui, a análise às notícias terá como referência o conceito de *framing* (enquadrar): processo através do qual se organiza a realidade e categoriza os acontecimentos, prestando atenção a alguns aspetos em detrimento de outros e atribuindo significados aos mesmos (Kitzinger, 2007: 134). Uma fotografia enquadra uma cena, um jornal uma história. No primeiro caso, o processo é mais literal, a imagem de um momento fica congelada, a partir de uma determinada perspetiva. É possível decidir, por exemplo, o valor do foco que vai estabelecer uma hierarquia entre o que é possível ver bem no plano, o que fica como fundo e o que fica fora de campo. Similarmente, um jornal não pode reportar tudo ao leitor. Os jornalistas selecionam os factos relevantes e colocam-nos no contexto que consideram adequado. Sublinham ideias sobre a natureza do acontecimento. Decidem quem entrevistar e que questões colocar. Retratam intervenientes de formas específicas (vítimas, perpetradores, etc.). Apresentam ideias implícitas e explícitas sobre as causas e soluções para os problemas (*ibidem*).

Ainda de acordo com Jenny Kitzinger (2007), autor do capítulo “Frame and frame analysis”, inserido no livro *Media Studies: Key issues and debates*, qualquer movimento social tem de “reenquadrar” (*reframe*) o assunto sobre o qual pretende agir para conseguir expor o seu ponto de vista (*ibidem*: 151). Da mesma forma, os enquadramentos são, por vezes, tão implícitos que se assemelham a senso comum. Assim, o enquadramento mais poderoso é provavelmente também o mais difícil de detetar, já que “passa” por uma descrição transparente da realidade. Kitzinger exemplifica bem essa situação: “Nos dias anteriores à libertação gay (...) o debate era simplesmente sobre se a homossexualidade era uma doença ou um pecado, o que significa discutir se devia ser punida, tratada ou

tolerada. Foi necessário um movimento social para desafiar a premissa implícita de que a homossexualidade era uma aberração indesejável” (*ibidem*). É por isso que o autor considera necessário pensar “fora da caixa” aquando da observação de textos em análise, de forma a perceber de que outros modos poderia uma situação ter sido contada.

Robert Entman, Jörg Matthes e Lynn Pellicano, autores do capítulo “Nature, Sources and Effects of News Framing”, inserido no livro *The Handbook of Journalism Studies* (2009), reforçam esta ideia. Citam Iyengar (1991) para afirmar que podemos estar perante enquadramentos (*frames*) episódicos ou temáticos, sendo que os processos de *framing* acontecem em quatro níveis: na cultura, na mente das elites e dos comunicadores profissionais, nos textos/discursos das comunicações e na mente de cada cidadão individual. Daí decorre que os processos têm lugar na mensagem e no pensamento, pelo que os possíveis efeitos do *framing* são construídos a partir da junção dos dois fatores (Druckman, 2001b, cit in Entman, Matthes & Pellicano, 2009).

No que concerne à mensagem, ao refletir forças ideológicas (Fowler, Hodge, Gunther & Trew, 1979) o discurso carrega significados que transcendem a aparente transparência de uma escolha de palavras, principalmente quando, estruturalmente, a escolha se mantém. Atualmente, tem ganho expressão a noção de “politicamente correto” utilizada, simultaneamente, para nomear um discurso que promova a inclusão de grupos desfavorecidos numa dada sociedade e para criticar essa tentativa, associando-a a censura (Fry, Peterson, Dyson & Goldberg, 2018). Trata-se de um conceito que precisa de uma melhor definição e ao qual regressaremos na parte dedicada à metodologia para discutir a sua operacionalização: “Como é que a vontade de ser ou não ser politicamente correto pode condicionar a forma como os media realizam enquadramentos, especialmente sobre temas vistos como sensíveis ou polémicos?”.

Para além disso, a externalização do pensamento através do discurso é particularmente importante quando verificamos, por exemplo, que “a produção de ódio passa também por fases preparatórias, como o estímulo ao preconceito, na perspetiva de ativar no grupo dominante ‘perceções mentais negativas em face de indivíduos e grupos socialmente inferiorizados’” (Rios, 2008: 15, cit in Schäfer, Leivas & Santos, 2015: 145).

O próximo subcapítulo visa expor a forma como estudos anteriores entendem as representações que efetivamente têm sido geradas em meios de comunicação social, de modo a pensarmos a relação entre a responsabilidade teórica do jornalismo e a sua ação.

Temos em vista gerar ferramentas para analisar a representação de territórios, em concreto, e distinguir boas e más práticas para orientar a produção jornalística no futuro.

2.2. Resultados de estudos anteriores sobre representação de pessoas e territórios nos media

2.2.1. “Na realidade, todo leitor é, quando lê, o leitor de si mesmo”

A frase é da autoria do escritor Marcel Proust e lembra-nos de que lemos, quer seja uma obra ou um texto jornalístico, para nos encontrarmos e para compreendermos melhor o mundo. Os formatos ficcionais e assentes em factos são ambos fortes motores na transmissão de cultura, incluindo estereótipos culturais que podem ter um efeito mais problemático quando a audiência-alvo não tem uma experiência pessoal com o tema ou fontes de informação alternativas, para si igualmente credíveis. No referente à integração de minorias étnicas e raciais, por exemplo, o grau de contacto entre estes grupos e o “grupo dominante” (e mesmo entre minorias) é importante para perceber o potencial impacto de mensagens mediáticas, enquanto mecanismo que permite a grupos social e geograficamente distantes aprender uns sobre os outros. Estas ideias e resultados que mostram uma sub-representação numérica e temática dos grupos minoritários, em contexto frequente de “estereotipização subtil”, surgem no capítulo “Mass media representations of the social world: ethnicity and ‘race’”, escrito por Amanda Haynes e inserido no livro *Media Studies: key issues and debates* (2007). O livro tem um capítulo sobre representações de género, da autoria de Joke Hermes. Lemos aqui que construções mediáticas sobre “feminilidade” e “masculinidade” se incluem numa ideologia dominante que prescreve possibilidades seletivas de comportamentos apropriados para homens e mulheres, com diferentes valores, que é necessário as audiências descodificarem.

Tal questão é relevante neste âmbito dada a preocupação da ERC, no ano de 2018, ter incidido em temas ligados à representação. A entidade estudou as representações de homens e mulheres em noticiários televisivos de sinal aberto, como forma de colaborar com a Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, mostrando que a forma como se abordam os assuntos importa para além do contexto dessas notícias. No mesmo sentido, analisou as representações da violência doméstica para gerar discussão sobre as mesmas e incentivar os media a contribuir para a sua prevenção/erradicação. Como se tratam de estudos televisivos deixamos apenas as conclusões que mais preocuparam o regulador.

Nos noticiários de horário nobre, verificou-se uma preponderância de atores masculinos, com valores superiores a 70% (ERC, 2018: 9). No caso da violência doméstica, o panorama é o seguinte (ERC, 2018: 10):

45,6% das peças suscitam questões de falta de rigor, em virtude da identificação parcial ou da ausência total de referências a fontes de informação. Identifica-se também, em mais de metade das peças (52,8%) algum recurso sensacionalista ou a combinação de vários elementos. Verifica-se ainda que três em cada quatro peças noticiosas (75%) relatam o ato de violência doméstica como um acontecimento isolado, estando ausentes as referências a causas estruturais e sociais da violência e suas consequências, nas diversas dimensões. (...) Sobressai a forma mais trágica do fenómeno, os homicídios (79,7%), revelando a prevalência do valor-notícia crime. Outras formas de violência, como as agressões físicas, verbais e psicológicas – que estão entre as mais registadas pelos organismos competentes –, apresentam valores consideravelmente menores nas notícias.

O Ofcom (regulador britânico) procurou conhecer a perceção dos telespetadores sobre a representação (frequência, quantidade e natureza/tom) de diferentes grupos de pessoas no serviço público de televisão do país, através do *PSB Diversity Research Summary* (2015). No que concerne à representação de grupos étnicos minoritários, 44% dos espetadores afirmaram ver pessoas de etnia negra pelo menos uma vez por dia na televisão (58% disseram concordar com a frequência desta representação). No entanto, quando a pergunta foi feita a espetadores pertencentes ao grupo étnico negro, o resultado foi diferente: 55% consideraram ter poucos representantes na televisão; 32% sentiram que eram retratados *negativamente* e 19% *muito negativamente* – valores bem diferentes dos obtidos quando a questão se dirigiu a todos os espetadores (14% e 2%, respetivamente). No que toca a pessoas com algum tipo de deficiência, apenas 14% dos espetadores afirma ver tal categoria diariamente (e 37% pelo menos uma vez por semana), opinião partilhada pelos espetadores que possuem alguma deficiência. Porém, as opiniões dividem-se sobre a justiça desta representação: 42% dos espetadores descrevem-na como “razoável”, enquanto 48% consideram haver poucas pessoas com alguma deficiência na televisão. Por outro lado, 36% dos espetadores afirmam que esta categoria é retratada de forma *positiva* e 7% de forma *muito positiva* (Ofcom, 2015).

Ainda relativamente aos potenciais efeitos da representação nos indivíduos ou grupos visados, Isabel Ferin coordenou o projeto “Televisão e imagens da diferença”, do qual resultou o livro *A Televisão das Mulheres: ensaios sobre a receção* (2006). Ao longo de seis artigos é possível retirar conclusões sobre o tipo de conteúdos produzidos pelas estações de televisão e sobre a forma como os mesmos foram recebidos e interpretados pelas audiências: as imigrantes brasileiras passavam, ao fim de algum tempo em Portugal, a criticar comportamentos das compatriotas recém-chegadas, que elas próprias alteraram

para “fugir” aos estereótipos que as associavam à prostituição; duas comunidades ciganas oscilavam entre a aceitação e a revolta quanto às imagens predominantemente negativas que viam de si próprias nas televisões nacionais; mulheres idosas reagiam de formas distintas ao estereótipo naturalizado do “idadismo”, consoante as suas convicções pessoais e contexto de vida, entre outras conclusões.

2.2.2. Os territórios na imprensa

O território não tem sido uma temática recorrente em análises de conteúdos discursivos. Ainda assim, é possível distinguir entre uma vertente que se preocupa com o olhar de media estrangeiros sobre um país e uma outra que confere atenção à forma como os media nacionais e regionais retratam territórios inseridos no próprio país.

No primeiro caso, salientamos o artigo *Representações da Imagem da Rússia no Discurso Mediático Alemão no Contexto do Campeonato do Mundo de Futebol FIFA 2018*, escrito por duas filólogas russas (Marina Milovanova e Marina Svinkina). As autoras justificam a pertinência do seu estudo com a capacidade de os media de cada país gerarem uma visão em “linguagem nacional” do “cenário mundial”. Consequentemente, afirmam que a imagem da Rússia que foi criada pela imprensa alemã teve impacto na intenção dos cidadãos desse país de visitarem cidades russas, a fim de formarem ideias sobre o país (anfitrião, em 2018, de um Mundial de Futebol pela primeira vez), com base numa experiência pessoal (Milovanova & Svinkina, 2018: 150). Assim, o artigo analisa a construção de discursos mediáticos sobre a preparação do Campeonato do Mundo, em 124 artigos de publicações impressas alemãs e do portal de notícias *Euronews*.

As conclusões apontam para a presença da estratégia de “alienação”, através de táticas de oposição (expressão de contraste usando símbolos com significados conotativos negativos e positivos: partícula *doch* – “mas”), ameaça (unidades lexicais com semântica preventiva são os meios linguísticos de expressar o perigo para os cidadãos alemães) e demonização (visa caracterizar um sujeito como uma criatura inerentemente propensa a comportamentos imorais, criando um campo negativo de significados e associações em seu redor). A imagem passada é tendencialmente negativa (*ibidem*: 155), e reflete ainda métodos como “exotização” e “anomalização”: estereótipos e comparações, para mostrar situações bizarras e/ou excecionais como um hábito do *outro*, procurando descredibilizá-lo (ex. reportagens que referem que os russos bebem vodka “constantemente”).

Um outro estudo preocupado com as representações estrangeiras de um país foi realizado por Jorge Pedro Sousa (2002), investigador português em teoria, história e produção jornalística, e deu origem ao artigo *Imagens do Brasil na imprensa portuguesa de grande circulação*. Durante o ano de 1999, o autor analisou quantitativamente o discurso ligado às imagens projetadas sobre o Brasil, pela imprensa portuguesa de grande circulação, com base na hipótese de que, “se existe uma convergência de interesses entre Portugal e o Brasil, (...) então os meios jornalísticos não poderão deixar de fazer eco dessa situação, representando-a” (Sousa, 2002: 29). Atendendo ao ano do estudo, destacamos apenas a presença de temas positivos e negativos, embora exista alguma prevalência de elementos positivos, por vezes incapazes de compensar a força discursiva da violência que é esporadicamente descrita. Parece, então, “provar-se que o interesse da imprensa portuguesa de grande circulação passa mais pela economia, pela música, pela televisão e pelo futebol do que pela política e pelas relações políticas e diplomáticas entre os dois povos” (*ibidem*: 43). Esta questão preocupa o autor, ciente do papel do jornalismo na construção da realidade: “poderá existir algum perigo numa realidade onde a economia e até o entretenimento se sobrepõem à política e às grandes questões sociais” (*ibidem*).

A representação do Brasil na imprensa portuguesa manteve-se um tema relevante. Bruno Viana, João Faustino e Paulo Costa abordam, no artigo *As representações do Brasil nos media online portugueses: um projeto de investigação de doutoramento*, a forma como vão analisar comparativamente as notícias de quatro jornais online portugueses: *Diário de Notícias*, *Público*, *Correio da Manhã* e *Jornal de Notícias*. A análise centra-se no ano de 2016, “período de realização das Olimpíadas, do *impeachment* da ex-Presidente da República, bem como de crises políticas e económica” (Viana, Faustino & Costa, 2019: 8). Os autores citam Bignami (2002) para reforçar a ideia de que a formação da identidade do povo brasileiro também está ligada à projeção da imagem do Brasil no exterior (*ibidem*: 9), justificando a necessidade desta “atualização da conjuntura de representação social do Brasil no exterior” (*ibidem*: 11), e resumem o seu propósito da seguinte forma: “A partir da revisão de literatura verificou-se que as representações do Brasil no noticiário estrangeiro são atreladas, em grande parte, ao elemento exótico, a uma ideia de lugar paradisíaco e de riquezas (...). Entretanto novas imagens surgem no contexto atual e somam-se à essa já tradicional representação do Brasil. Para tanto, levantam-se quatro hipóteses acerca da imagem brasileira: a primeira se refere ao fato do Brasil continuar sendo tratado pelo viés da cultura e de caráter exótico; a segunda é sobre

a economia brasileira; a terceira diz respeito a uma predominância de imagens negativas do Brasil, no tocante à violência e a quarta sobre um Brasil mais noticiado por questões da política nacional. A intenção é de confirmar ou refutar tais hipóteses” (*ibidem*: 10-11).

Relativamente à forma como os media retratam territórios inseridos no próprio país, salientamos a dissertação de mestrado de Patrícia Ascensão (2015), em Jornalismo, Comunicação e Cultura, intitulada “Quando o Alentejo é notícia: a representação do Alentejo nos média noticiosos nacionais”. A análise incidiu sobre seis órgãos de comunicação nacionais, nomeadamente os jornais diários Público e Correio da Manhã, os telejornais das 20h00 da RTP 1 e da TVI e os noticiários das 8h00 da Antena 1 e TSF, tendo como objetivo observar de que forma(s) os media escolhidos representaram a região selecionada ao nível das temáticas, tratamento da informação, fontes de informação e protagonistas presentes nas notícias identificadas em todas as edições dos meios e momentos já referidos, no período temporal entre 1 de janeiro e 31 de maio de 2015.

A autora afirma que é possível os media influenciarem a opinião que o público possa ter de um determinado destino ou região e, consequentemente, essa opinião ter impactos e efeitos em outros setores da sociedade (Ascensão, 2015: 50). Neste sentido, confirma aquilo que temos vindo a reiterar: “Interessou-nos investigar um assunto que, dentro deste grande tema central [papel dos meios de comunicação na sociedade], nunca tinha sido abordado, isto é, como é que uma região do país, a maior em termos territoriais, é retratada nos media desse mesmo país” (*ibidem*). Deste modo, o território, e as suas representações, devem emergir como tema no domínio das Ciências da Comunicação, principalmente se atendermos às suas especificidades e às responsabilidades atribuídas ao jornalismo. Todavia, a autora descreve exaustivamente as condicionantes gerais associadas ao trabalho jornalístico, sem dedicar um tópico à caracterização das especificidades da região “Alentejo” enquanto espaço geográfico e socialmente construído, o que sugere uma homogeneização desta ampla região que compreende localidades de quatro distritos (Évora, Beja, Portalegre e Setúbal). A citação que apresentamos em seguida é um dos poucos momentos em que nos são dadas informações sobre o território em análise (*ibidem*: 12):

Por um lado, a dimensão territorial da região Alentejo no contexto nacional e as características socioeconómicas que apresenta, nomeadamente o envelhecimento populacional, a desertificação e interioridade, a debilidade económica e de investimento, são condições que devem estar presentes no agir jornalístico e o jornalismo em si, com a função social que lhe é atribuída e esperada, deveria contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e equilibrada.

Como conclusões gerais, importa referir que 84% das peças relativas ao Alentejo ocorreram na imprensa escrita e que a autora caracteriza a “notícia tipo do Alentejo” como “curta, avulsa, ancorada à atualidade [tema principal é “sociedade”], sobre acidentes e acontecimentos imprevistos, que tem o cidadão como principal fonte [embora 42,5% das peças não possua qualquer fonte identificada] e protagonista e cujo tratamento dos temas é pouco aprofundado” (*ibidem*: 91). Estão pouco presentes assuntos que a autora encara como “estruturantes” para a região: “educação”, “investimento”, “desenvolvimento regional” e “problemas sociais” (*ibidem*: 89). É igualmente visível um certo mimetismo entre o mesmo tipo de meios (ex. Público e Correio da Manhã, enquanto imprensa) e que “são raros os casos em que as notícias estão presentes na capa dos jornais (...), o que nos indica que os acontecimentos nesta região do país não são, de forma bastante evidenciada, uma prioridade em termos informativos” (*ibidem*: 88). Perante o cenário apresentado, não podemos deixar de reproduzir as perguntas deixadas pela autora, sobre as quais também refletiremos, em função dos resultados que obtivermos (*ibidem*: 91):

Que representação do Alentejo está a ser produzida pelos media nacionais, quando aquilo que observamos é a inexistência de colocação no espaço público de questões estruturantes para o desenvolvimento desta região do país? Que imagens do Alentejo estão estes mesmos meios a reproduzir e que representação social está a ser construída, quando a realidade que nos é apresentada surge de forma fragmentada e superficial? Que posição crítica podem os cidadãos ter, se a notícia típica sobre o Alentejo se caracteriza pela ausência de discussão e debate no espaço público daquilo que são as problemáticas regionais e cuja centralidade se posiciona no acontecimento avulso e descontextualizado?

Finalmente, e embora os seus relatórios atribuam um maior enfoque à televisão, é necessário assinalar que a ERC procura verificar o cumprimento de questões ligadas à diversidade geográfica, nos media portugueses. Entre 2008 e 2009, elaborou dois estudos (excecionais, já que não se repetiram), ligados à forma como o espaço onde tiveram lugar certos acontecimentos condicionou a sua cobertura. Referimo-nos ao capítulo “Bairros na Televisão” (inserido no estudo “Imigração e diversidade étnica, linguística, religiosa e cultural na imprensa e na televisão: 2008”, coordenado por Isabel Ferin - 2009) e ao relatório “Análise da cobertura televisiva dos acontecimentos na Quinta da Fonte” (2008).

No caso dos bairros periféricos em Portugal, o jornalista tende a ser alguém “de fora” que procura ser imparcial no seu relato, mas que, geralmente, apenas recorda a existência destes espaços perante o surgimento de uma situação problemática (Ferin, 2009). A associação entre “bairros” e “imigração” é aqui reforçada pelo tema central do primeiro estudo: os bairros são o cenário principal das peças sobre imigração e

diversidade. É possível que tenha havido notícias sobre bairros que não são contempladas e que “bairro” fosse caracterizado de forma um pouco diferente noutro contexto. Por exemplo, um levantamento sobre o tratamento de locais associados a riqueza/pobreza teria igualmente referências a bairros que possivelmente seriam definidos de um modo mais abrangente, com uma menor exaltação da carga étnica aqui notória. Fica o registo, ainda assim, dos temas mais associados aos bairros no período entre 2003 e 2008, de acordo com o estudo: Crime, manifestações/reivindicações, violência, realojamentos, desmantelamento de bairros considerados em situação ilegal. Com menor expressão, temos “vivências de moradores em busca de dignidade e vida melhor, ou ainda o papel cívico de associações de moradores e imigrantes” (*ibidem*: 116). São principalmente as coberturas jornalísticas de rotina que divulgam situações mais degradantes dos “bairros da periferia”, contribuindo para a rotulagem destes espaços e dos seus habitantes (*ibidem*: 119). Por motivos diferentes, polícia, justiça e media colam a ideia de “guetos” aos mesmos, “induzindo a opinião pública a aceitar (...) intervenções e punições em termos de ‘reconquista quase militar’” (Castells, 2008: 35, cit in *ibidem*: 120).

A vertente que aborda o papel dos media regionais (ver as dissertações “Comunicação, Discurso e Identidade – A Construção da Identidade Capixaba nos Jornais ‘A Gazeta’ e ‘A Tribuna’” (2004); “Identities Negotiated: The Radio and the Construction of Symbolic Identity in the Fourth Colony/Rs” (2004); e a tese “A imprensa regional e as comunidades locais – Jornal ‘Alvorada’: caracterização de um quinzenário local do concelho da Lourinhã”) não será desenvolvida pois torna-se necessário destacar apenas estudos sobre análise de discurso em imprensa nacional, a qual constitui o objeto analisado. Embora cada estudo tenha um contexto e objetivo próprio, os trabalhos aqui apresentados serão considerados aquando da explicação da metodologia a seguir na presente dissertação.

3. MARGEM SUL: CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA E SOCIAL SOBRE A PENÍNSULA DE SETÚBAL

3.1. Apresentação do conceito e localização geográfica

É frequente ouvirmos a designação *Margem Sul* para agregar os concelhos situados a sul do rio Tejo, na Península de Setúbal (antiga NUT III hoje integrada na Área Metropolitana de Lisboa): Alcochete, Almada, Barreiro, Moita, Montijo, Palmela, Seixal, Sesimbra e Setúbal. Todavia, além de Lisboa (e arredores) não serem habitualmente conhecidos como margem norte, todos os rios têm uma margem sul. Numa interceção entre Arquitetura e compreensão sobre o território, Inês Gomes centrou a sua dissertação de mestrado (“Confronto entre margens: uma proposta de requalificação para a frente ribeirinha do Ginjal”) na fundamentação da “disparidade evolutiva entre a margem norte e sul de um rio”, encarando a requalificação do cais do Ginjal, em Almada, como um contributo para o desenvolvimento integrado das margens do rio Tejo (Gomes, 2017).

A autora sugere que, devido a vários fatores (psicológico-culturais, físicos e geográficos), quando um rio divide o território, as cidades tendem a desenvolver-se em torno desse elemento, levando a margem sul a ter um desenvolvimento menor e com um culminar mais retardado comparativamente à margem norte; aquela assume-se como um espaço segregado e detentor de possibilidades de revitalização e expansão, perante uma margem norte habitualmente sem espaço para novos (e mais baratos) empreendimentos. Apresenta como exemplos o caso Londres/Southwark (rio Thames), Lisboa/Almada (rio Tejo) e Porto/Gaia (rio Douro) e salvaguarda Paris como exceção. Afirma que a separação que o rio Sena acarreta não foi suficiente para impedir um desenvolvimento unificado.

Ainda assim, em Portugal, *Margem Sul* tornou-se um conceito reconhecido a nível nacional, utilizado por figuras públicas e pelos principais media portugueses para designar a margem sul do rio Tejo. Propomos, então, uma correspondência entre a ideia de *Margem Sul* (construída a partir da localização do território) e a denominada Península de Setúbal na divisão administrativa do território português em NUTS III (até 2011). Trata-se de um território com uma área total de 1 421 km², que contava, de acordo com os censos de 2011, com 779 373 habitantes.

3.2. Notas para uma caracterização sociodemográfica (séculos XX e XXI)

Igualmente em 2011, o índice sintético de desenvolvimento regional, medido pelo INE, apontava para uma diferença significativa entre as duas sub-regiões NUTS III¹¹. Considerando o valor 100 como referência ao contexto nacional, estimado pela média dos índices das respetivas NUTS III, verifica-se na sub-região da Grande Lisboa um valor de desenvolvimento global superior a 101,2. A Península de Setúbal, por sua vez, tem um valor compreendido entre 97,3 e 100. Os dados da Pordata para o mesmo ano revelam, por exemplo, que o número de crimes registados pelas polícias por mil habitantes é de 48,2 na Grande Lisboa e de 43,1 na Península de Setúbal. Contudo, e embora os números apontem para pontos fortes e fracos nas duas sub-regiões, Lisboa assume-se como a principal cidade do país, alvo de muita atenção (nomeadamente mediática), onde acontecem os grandes eventos e onde se concentram as principais instituições de poder. Assim, é simplesmente *Lisboa*, enquanto as cidades localizadas do outro lado do rio ganham a designação comum e possivelmente depreciativa de *Margem Sul*.

A *Margem Sul* está inserida no distrito de Setúbal, criado por decreto em 1926. Até aí, o território que o compõe pertencia ao distrito de Lisboa, um dos 17 distritos estabelecidos pela reforma administrativa de 1835. Este “atraso” ilustra um primeiro sinal que mostra a falta de atenção que o Governo central concedia à região, sendo várias as fontes que reportam um constante desprezo e desinvestimento nesta área que a divisão funcional empurra para funções ditas menos nobres (Rodrigues, 2000; Barbio, 2016; Gomes, 2017; Maly, 2017; Jorge, 2019). Por outro lado, temendo o efeito negativo que o afastamento relativamente ao centro de poder traria, a criação do novo distrito foi mal recebida em Almada que alegava desenvolver-se com “os olhos postos em Lisboa” (Jorge, 2019: 21) e onde “a noção deste desprezo e desta subalternidade teve consequências políticas ao colocar os almadenses contra as instituições” (*ibidem*: 106). Todavia, na sua tese de doutoramento em Ecologia Humana (“Participação Social Decorrente da Implantação de Megaprojetos em Pequenas Comunidades: o caso da Trafaria, estuário do rio Tejo”), Larissa Maly revela a realidade local de uma freguesia do concelho de Almada contrastante com esta ideia de desenvolvimento (Maly, 2017: 124-126):

¹¹ Em 2013 passam a ser contabilizadas apenas 25 NUTS III no território português. Entre outras alterações, Grande Lisboa e Península de Setúbal são agrupadas com a designação de Área Metropolitana de Lisboa, ocultando as disparidades existentes nas sub-regiões que a compõem em estudos posteriores.

A Trafaria (...) é um território (...) localizado em frente a um dos principais cartões postais do país, a Torre de Belém, entretanto, tem sido menosprezado em termos de políticas públicas por parte do poder central que se atém à margem norte do rio Tejo, onde estão localizados os principais pontos turísticos de Lisboa. Historicamente marcado pelo descarte de lixo e de pessoas com ideias mal acomodadas ou impróprias para outras margens, serviu, como citado, de depósito de mercadorias e tripulações em quarentena, ainda no século XVI, de depósito de lixo e lama no século XVIII. (...) Conforme Leal (2012, p. 35), na Trafaria há um estigma de local de rejeição: A Trafaria caracteriza-se pelo afastamento e distância, sofrendo consequências inerentes: no concelho de Almada era a terra mais afastada para noroeste; relativamente a Setúbal, nada significava; vista de Lisboa a Trafaria só existia por ser lugar distante (trânsito de indesejáveis, local de fronteira). (...) [Várias] atividades deixaram a sua marca: agrícola, militar/prisional, sanitária/aduaneira, balnear. A pesca, contudo, foi traço constante [Leal, 2014b, p. 34].

As primeiras diferenças entre os nove municípios podem ser encontradas olhando para o número de habitantes. Em 2011, de acordo com o censo, o concelho com mais população, Almada, contava com 174 030 habitantes, enquanto o concelho com menos população, Alcochete, contava apenas com 17 569 habitantes. Assim, torna-se claro que não estamos perante uma região homogénea. Por outro lado, à exceção de Setúbal, cuja sede municipal foi elevada à categoria de cidade ainda no século XIX, todas as outras sedes municipais foram elevadas à categoria de cidade no decorrer das décadas de 1970 e 1980 (excluindo Palmela que continua a ser uma vila).

A ligação ao rio Tejo, ao transporte marítimo e à construção naval, a interação com Lisboa, opções políticas que alternam entre a Coligação Democrática Unitária (CDU) e o Partido Socialista (PS), a forte presença de indústrias e movimentos associativistas, a resistência ao Estado Novo e as lutas pós-25 de abril por melhores condições de trabalho e combate ao grave desemprego instalado, são alguns fatores que estão presentes nos vários municípios, em medidas e ritmos diferentes, ao longo do século XX. Em alguns municípios é ainda visível a importância da agricultura e da expansão dos transportes ferroviário e rodoviário. Foi também durante o século XX que o crescimento populacional disparou no território em análise. Motivado, em primeiro lugar, por migrações internas em busca de emprego industrial, deu origem ao desenvolvimento urbano e à (tardia) construção de infraestruturas, nem sempre acompanhadas de um planeamento adequado (Barbio, 2016). Jorge de Sousa Rodrigues publicou um artigo intitulado *Infra-estruturas e urbanização da margem sul: Almada, séculos XIX e XX*, no qual aproveita o exemplo de um dos primeiros concelhos da Península de Setúbal a ser fortemente marcado pela expansão industrial para analisar o lento processo de urbanização e desenvolvimento da região que precisou de esperar décadas para que se conjugassem fatores suficientes para permitir o seu arranque no final dos anos 40

(Rodrigues, 2000: 548). Ergueram-se, assim, bairros improvisados (muitas vezes de génese ilegal), com poucas condições de habitabilidade¹².

Embora haja, como vimos, diversos registos que revelam o estabelecimento de indústrias na margem sul antes da década de 1950, é a partir desta data que o processo de suburbanização de Lisboa se acentua, marcado pelo “empurrar” das indústrias e dos seus trabalhadores para as periferias (Barbio, 2016). Inicia-se, igualmente, um processo de metropolização da capital, ou seja, um fenómeno de envolvimento e de criação de inter-relações entre os diferentes aglomerados situados em torno de Lisboa, incluindo o crescimento da função residencial nos subúrbios e consequente aumento dos tempos de deslocação casa-trabalho (Rodrigues, 2000). Assim, por um lado, cresce desregradamente a população na capital e arredores para onde se dirigem as populações do interior (norte e sul) do país, onde o dinamismo económico era muito menor.

Por outro lado, esta elevada concentração demográfica vai condicionar novas formas de espacialização do uso do solo (Barbio, 2016). Os trabalhadores dos subúrbios instalam-se tendencialmente em bairros próximos do local de trabalho, enquanto outros, que também aí residem, se deslocam diariamente para a capital em movimentos pendulares (por isso é que se verifica a existência de vários tipos de bairros). Assim, a segregação socio espacial da metrópole pode ser resumida da seguinte forma:

As funções dirigentes, atividades de direção, o setor terciário e classes médias urbanas concentram-se no centro da cidade, enquanto as funções de execução, os trabalhos menos valorizados e mais desqualificados, o setor secundário e as classes populares se concentram, essencialmente, nos subúrbios. Dentro destes pode-se ainda verificar uma distinção: a Margem Norte, em particular os concelhos de Sintra e Cascais, acompanhavam de certa forma uma tendência de maior qualificação dos trabalhadores e de atividades económicas mais valorizadas, face a uma maior desvalorização das competências e sectores económicos da Margem Sul - tendência esta que se mantém na atualidade. Assim, podemos afirmar, de novo, que os subúrbios metropolitanos não se apresentam, de facto, como uma realidade homogénea. (Barbio, 2016: 13).

¹² Nos anos 60, a região que hoje corresponde à Área Metropolitana de Lisboa começou a assistir igualmente à imigração de cidadãos dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, promovida pelo Governo: para estudar, por motivos de saúde e para trabalhar na construção civil (Pereira, 2006). Tais movimentos intensificaram-se no pós 25 de abril, com diversificação das nacionalidades de origem e continuam no presente século, constituindo outro desafio para o planeamento urbano, já que os estrangeiros foram levados a juntar-se em bairros sociais construídos para o efeito e em prédios abandonados. O Bairro Vale de Chicharos, no concelho do Seixal (constituído nos anos 90 e mais conhecido por “Jamaica”), é um bom exemplo da segunda situação e palco da dissertação de mestrado de Elisabete Pereira (2006), em *Relações Interculturais, sobre as mulheres migrantes de São Tomé e Príncipe em Portugal*.

Um bom exemplo de heterogeneidade é o município de Palmela, onde Esmeralda Correia (2011), na sua tese de doutoramento em Geografia e Planeamento Regional, identifica, na atualidade, a convivência entre realidades distintas. Afirma que existem duas manchas territoriais: uma área a ocidente que corresponde, em traços gerais, às freguesias de Palmela, Pinhal Novo e Quinta do Anjo, com maior acessibilidade aos principais centros urbanos da *Margem Sul* e a Lisboa, onde se vai consolidando um tecido urbano-industrial; uma outra área a oriente de que faz parte a atual freguesia de Marateca e Poceirão, onde os setores agroflorestal e pecuário continuam a ter um peso importante na economia local (Correia, 2011: 87). Tais diferenças manifestam-se, ainda, ao nível dos estudos científicos que se debruçam sobre o conjunto de territórios em questão. Ao afirmar a importância da industrialização, não é possível ignorar que esta coexistia, por vezes no mesmo concelho, com áreas ruralizadas. No âmbito da sua dissertação de mestrado sobre a oposição ao Estado Novo no concelho de Almada (1933-1974), Paulo Jorge salienta o “predomínio de obras acerca das freguesias mais industrializadas do concelho: Almada, Cova da Piedade e Cacilhas e um ofuscamento das freguesias mais rurais como são os casos da Costa da Caparica e da Trafaria” (Jorge, 2019: 8).

Efetivamente, Ana e Pedro Brandão (2012) publicam um artigo em que procuram dar conta de dois exemplos de transformação pós-industrial: a Margem Sul do Tejo e Barcelona. Consideram, em primeiro lugar, que a variedade dos contextos urbanos que hoje emergem não permite traduzir facilmente num modelo único a ideia de “cidade pós-industrial”, como acontece quando designamos uma cidade como “agrária-tradicional” ou “industrial-moderna” (Brandão & Brandão, 2012: 107). Sobre a Margem sul do Tejo, em particular, constata-se que é um território sujeito a vários processos de crescimento, sendo hoje marcado por realidades contrastantes e diferentes dinâmicas políticas, sociais, económicas, culturais e urbanas, “espelho da complexidade da cidade pós-industrial” (*ibidem*: 113). A tabela 1 apresenta alguns dados numéricos, retirados da Pordata, sobre a caracterização recente dos nove municípios englobados na Margem Sul:

Tabela 1 – Dados numéricos sobre os concelhos da *Margem Sul* (2010 e 2018)

Indicadores	População (em milhares)	Idosos por cada 100 jovens	População estrangeira (%)	Desempregados inscritos nos centros de emprego	Valores médios avaliação bancária dos alojamentos (€/m ²)
-------------	-------------------------	----------------------------	---------------------------	--	---

Concelhos/	2010	2018	2010	2018	2010	2018	2010	2018	2010	2018
Alcochete	17.329	19.395	76	97	4,7	4,7	666	524	1.348	1.376
Almada	173.634	169.070	126	154	6,7	6	8082	6150	1.522	1.569
Barreiro	78.969	75.567	147	185	4,2	4	4316	3217	1.187	1.148
Moita	66.176	64.571	98	133	5	3,8	4198	2927	1.064	0.976
Montijo	50.593	56.596	97	101	5,5	5,4	2529	2151	1.206	1.272
Palmela	62.395	64.222	95	125	3,4	3,4	2928	1550	1.195	1.112
Seixal	157.928	166.403	87	124	6,6	4,7	7363	4895	1.345	1.303
Sesimbra	48.928	51.421	83	103	4,7	3,7	1832	1283	1.398	1.380
Setúbal	120.950	116.044	103	140	6,6	5	6852	4031	1.218	1.262
Fonte: PORDATA										

Tabela 1 – Dados numéricos sobre os concelhos da *Margem Sul* (2010 e 2018) - continuação

Indicadores	Hospitais		Estabelecimentos do ensino secundário		Crimes registados pelas polícias por mil habitantes		Despesas da Câmara Municipal em cultura e desporto: total em € e (%)	
	2010	2018	2010	2018	2010	2018	2010	2018
Concelhos/ Dadas								
Alcochete	0	0	1	1	41,7	37,7	458,47 (3,4)	1112,41 (7,7)
Almada	1	1	14	14	42,8	38,8	8008,82 (10,9)	11 178,41 (14)
Barreiro	2	1	6	7	40,5	44,4	1939,82 (5,2)	2131,99 (5,3)
Moita	0	0	3	3	39,1	30,1	2041,86 (7,1)	2199,17 (7,6)
Montijo	1	1	3	3	41,9	42,4	3242 (10,1)	3782,85 (15)
Palmela	0	0	4	5	49,9	35,6	5575,04 (13,7)	3970,04 (9,7)
Seixal	0	0	7	8	38,8	24,9	9877,97 (12,9)	9850,79 (8,3)
Sesimbra	0	0	2	3	40,1	35,8	3347,11 (9,1)	2688,59 (6,3)
Setúbal	3	4	8	10	49,7	34,1	5920,64 (10,5)	6640,32 (8,6)
Fonte: PORDATA								

De modo geral, estamos perante um território que, entre 2010 e 2018, viu a sua população envelhecer de forma considerável e que registou um ligeiro decréscimo de população estrangeira (Alcochete, Montijo e Palmela são exceções neste aspeto) e de desempregados inscritos nos centros de emprego, assim como uma redução significativa do número de crimes registados pelas polícias por mil habitantes (aqui as exceções são Barreiro e Montijo). O número mais recente de desempregados não significa que este valor não aumentou durante o período mais forte da crise económica, entre 2011 e 2014.

Quer apenas dizer que em 2018 há menos desempregados registados – também devido às alterações no número e estrutura da população – do que havia em 2010.

Os valores médios de avaliação bancária dos alojamentos mantiveram-se relativamente estáveis e baixos, com o menor valor a corresponder a menos de um euro por metro quadrado (Moita, 2018 – 0,976€), enquanto o mais elevado se situa pouco acima de um euro e meio por metro quadrado (Almada, 2018 – 1,569€). Talvez por esse motivo, não é possível determinar um padrão que relacione a variação do número de habitantes e do valor médio de avaliação bancária dos alojamentos, havendo quatro cenários: a população aumentou e o valor (€/m²) também – Alcochete e Montijo; a população aumentou e o valor (€/m²) diminuiu – Palmela, Seixal e Sesimbra; a população diminuiu e o valor (€/m²) também – Barreiro e Moita; a população diminuiu e o valor (€/m²) aumentou – Almada e Setúbal.

Igualmente menos relacionadas com o número de habitantes do que seria expectável estão as despesas das Câmaras Municipais em cultura e desporto, as quais aumentaram em seis municípios (embora a percentagem tenha reduzido em Setúbal o valor em € aumentou) e diminuíram em três (Palmela, Seixal e Sesimbra). Em 2010, foi o segundo município mais populoso (Seixal) que investiu o valor mais elevado nestes campos. Em 2018, contudo, Almada subiu consideravelmente a sua despesa na área (chegou a 14%), passando para o primeiro lugar, enquanto o Seixal a diminuiu ligeiramente. Em termos percentuais, a maior fatia das despesas totais foi despendida pela CM do Montijo (15% em 2018) que, em ambos os anos (juntamente com Sesimbra), atribuiu maiores verbas ao desporto e à cultura do que municípios com mais população: Barreiro e Moita. No lado oposto, Alcochete é o município com menos população e, de longe, aquele que menos investiu nesta área, embora tenha aumentado bastante os gastos (em percentagem e valor) do primeiro ano para o outro (em 2010 apresentou a taxa mais baixa de despesas neste campo, com apenas 3,4% da despesa total da CM).

O número de habitantes aumentou em cinco municípios, facto que torna a diminuição do desemprego assinalável (destacam-se Seixal e Montijo). Em contrapartida, decresceu nos restantes quatro, principalmente em Almada, Barreiro e Setúbal que são igualmente os que apresentam um número mais elevado de idosos por cada 100 jovens, situação especialmente preocupante no Barreiro (185 idosos por cada 100 jovens). No outro extremo, Alcochete, Montijo e Sesimbra são os municípios onde há menos idosos, comparativamente ao número de jovens: 97, 101 e 103 idosos por cada 100 jovens,

respetivamente. O decréscimo populacional no Barreiro pode ser um fator explicativo para o aumento do número de crimes por mil habitantes, não sendo, certamente, o único (até porque não sabemos que tipos de crimes foram mais cometidos, através deste dado). Por outro lado, é negativo que este indicador tenha aumentado no Montijo, um município que obteve um aumento significativo da sua população total.

Apesar de ter uma estrutura mais jovem, Alcochete é o município menos populoso e tem apenas um estabelecimento do ensino secundário. Almada, não obstante apresentar um decréscimo populacional, é o município com mais população e tem igualmente o maior número de estabelecimentos do ensino secundário (14). Relativamente aos outros municípios, destaca-se o facto de Setúbal ter perdido habitantes (ficou com 116 044), mas ganhou dois estabelecimentos (totalizando, assim, 10 estabelecimentos no ano de 2018) ao passo que o Seixal, vendo crescer o seu número de habitantes para 166 403, viu aumentar o seu número de escolas de sete para oito. Já no que respeita ao número de hospitais, salta claramente à vista que são poucos (sete), estando concentrados em Setúbal (quatro). Almada e Barreiro têm apenas um hospital, não existindo nenhum nos outros municípios (Alcochete, Moita, Palmela, Seixal – segundo município mais populoso – e Sesimbra).

Assim, é possível encontrar alterações notórias em todos os municípios, as quais, à exceção do número de habitantes (total e de estrangeiros) apontam no mesmo sentido ou são pouco conclusivas. Além disso, estão em linha com a tendência nacional os municípios onde diminuiu o número de habitantes, o número de desempregados inscritos no centro de desemprego, os valores médios de avaliação bancária dos alojamentos ou o número de crimes registados pelas polícias por mil habitantes, embora este continue, em sete municípios, acima da média nacional, situada em 32,4 em 2018. Apenas Moita e Seixal ficam aquém deste valor, o que é especialmente positivo para o Seixal que reduziu bastante o número de crimes por mil habitantes, com um incremento populacional de mais de 8000 habitantes. Por outro lado, a nível nacional aumentou o número de idosos por cada 100 jovens (a média nacional em 2018 é 157, o que significa que a *Margem Sul* é comparativamente mais jovem – excluindo o Barreiro), assim como a percentagem de população estrangeira (situação que não se verifica em nenhum dos nove municípios, apesar do aumento do número efetivo de estrangeiros em Alcochete, Montijo e Palmela). O número de estabelecimentos do ensino secundário teve um incremento muito ligeiro no país e na região (mesmo os municípios que perderam população mantiveram o número de escolas que tinham em 2010). Também ligeiro foi o aumento da percentagem das

despesas totais das Câmaras Municipais atribuídas ao desporto e à cultura (de 10% para 10,1%), sendo Alcochete e Barreiro municípios com um investimento comparativamente baixo, no conjunto dos dois anos. Já o número de hospitais não se alterou na região (o Barreiro perdeu um e Setúbal ganhou um), passando de 229 para 230 no país.

Reforçando o que foi dito até aqui, a importância da industrialização para a definição do território *Margem Sul* reflete-se na publicação *De pé sobre a terra. Estudos sobre a indústria, o trabalho e o movimento operário em Portugal* (2013), onde estão reunidos artigos referentes a várias zonas do país, agrupadas em capítulos temáticos. Destacamos o capítulo “Transformações sociais e territorialização da indústria”, no qual cinco dos oito artigos incidem sobre localidades da Península de Setúbal, enquanto os restantes três se referem a Alcântara, Campanhã e Portimão. Torna-se, deste modo, mais fácil de imaginar o impacto que o início da desindustrialização, trazido pelos anos 80 – em linha com o processo de desagregação do modelo industrial que vinha a ser construído no Ocidente –, teve na região. A integração na CEE e a memória dos anos revolucionários de 1974-75 foram particularmente sentidas neste “território que tomamos como um laboratório onde uma crise industrial profunda conviveu com um movimento operário com fortes tradições de luta” (Santos, 2017). Manuel Cáceres, presidente da Câmara Municipal de Setúbal em 1991, escreveu um artigo para a revista *Movimento Cultural* desse ano – propriedade da Associação de Municípios do Distrito de Setúbal, onde resume a situação do distrito durante a segunda metade do século XX (Cáceres, 1991: 69):

Já na década de sessenta se instalou, em Setúbal, um parque industrial que proporcionou ao concelho e à região um quadro de prosperidade superior à de outros distritos. Em nosso entender, porém, não terão sido tomadas, nessa altura, todas as medidas que, a montante, seriam necessárias para garantir o pleno êxito desse surto de crescimento. Nesse período, registou-se de facto um enorme crescimento demográfico e uma acentuada dinamização da vida social e económica da cidade. Mas, na realidade, não se cuidou da rede viária, suscetível de proporcionar as acessibilidades de que o normal funcionamento das atividades económicas carecia; os Serviços públicos de Saúde e de Educação não foram tratados por forma a dar resposta adequada aos novos problemas; as telecomunicações ficaram aquém das exigências criadas pelo novo tecido económico e social setubalense: o parque habitacional e as infraestruturas de saneamento não acompanharam o ritmo industrial. (...) A juntar a estas lacunas, refiram-se, também, as mudanças políticas resultantes do 25 de Abril, os choques petrolíferos de 73 e de 82, com todas as profundas influências que tiveram no contexto mundial e, obviamente, na dependente economia nacional. Em resultado de tudo isto, decorridos escassos vinte anos, o quadro de prosperidade depressa cedeu lugar a uma situação de crise, com empresas a mostrarem-se inviáveis, salários em atraso, desemprego, agitação social e política. E, assim, a região passou a ser pintada a traço negro, quer do ponto de vista económico, quer social e político, com todas as consequências negativas que essa imagem criou: uma região de conflitualidade geral, proporcionadora de baixa produtividade, desmobilizadora do investimento, pouco atraente para os responsáveis políticos e para os agentes económicos. (...) E eis-nos chegados aos finais da década de oitenta (...) ganhou-se, na região, uma

maior maturidade política e também, nos planos partidário e laboral, se passou da agitação pela agitação, à luta por objetivos mais realistas e de resultados mais sólidos.

A título de exemplo, Mário Rodrigues sintetiza, no âmbito da sua dissertação de mestrado em Engenharia Civil (“Projeto para o Terminal de Contentores do Barreiro - Requalificação Sustentável na Zona”), as principais fragilidades da cidade do Barreiro (Rodrigues, 2016: 7-8):

Habitacional: O parque habitacional está envelhecido, havendo inclusive muitas habitações devolutas. Na parte do “Barreiro Velho” encontram-se edifícios ou conjunto de edifícios e espaços públicos urbanos de interesse histórico e patrimonial com um estado de degradação muito avançado (CMB, 2015). Social: No Município do Barreiro existem 285 fogos de cariz social, distribuídos pelo Bairro da Quinta da Mina e o Bairro Alves Redol (CMB, 2015). Económica: Após o desmantelamento de várias indústrias na região, a taxa de desemprego aumentou 12,1% desde 1960 até ao último registo dos Censos de 2011, que passou dos 3,3% para 15,4%, passando-se o mesmo em todos os Concelhos do Distrito de Setúbal (INE-PORDATA, 2011).

O reconhecimento, por vezes tardio, das necessidades que resultaram do processo de desindustrialização (principalmente nas zonas ribeirinhas) levou as autoridades locais e nacionais a elaborar diversos planos de intervenção na região (entre os quais se encontra a pioneira Operação Integrada de Desenvolvimento para a Península de Setúbal, já financiada por um plano comunitário devido à gravidade da situação).

Embora ao longo dos anos tenha sido empreendido um esforço para reduzir as dificuldades referidas ao longo do capítulo muito ficou por fazer, nomeadamente devido à crise internacional de 2008 que parou vários projetos em curso. Ainda assim, graças à aposta no turismo como fator de sustentabilidade, as tentativas de desenvolvimento local têm seguido várias orientações, de acordo com André Fernandes (2014)¹³: Valorização do potencial inerente a territórios extensos e à situação geográfica favorável no contexto da AML e do Estuário do Tejo; resolução dos passivos ambientais herdados do segundo ciclo regional de industrialização moderna; transformação dos usos do solo, tendo por base modelos de ocupação que privilegiam o desenvolvimento de uma estrutura urbana multifuncional, com áreas residenciais, áreas para atividades de comércio e serviços e áreas de atividades culturais e de lazer; promoção e valorização da articulação destes territórios com os ecossistemas ribeirinhos (questão que tem motivado a discórdia quanto à construção de um aeroporto no Montijo, pretendida pelo Governo de António Costa);

¹³ Tese de doutoramento em Geografia e Planeamento Territorial – Especialidade de Planeamento e Ordenamento do Território, intitulada “Dinâmicas de Revitalização de Frentes Ribeirinhas no Período Pós-Industrial: o Arco Ribeirinho Sul do Estuário do Tejo”.

criação de condições estruturais para a instalação e desenvolvimento de novas atividades económicas, nomeadamente por meio da melhoria das acessibilidades (constituindo o passe metropolitano, desde 2019, uma melhoria importante nesse sentido) e da promoção de espaços para acolhimento de atividades económicas (como parques industriais e de negócios); valorização da qualidade arquitetónica das áreas a intervencionar como forma de contribuir para a criação de novas imagens urbanas de qualidade e modernidade, capazes de induzir um gradual esbatimento do estereótipo de “subúrbio industrial”; criação de equipamentos com escala supralocal para diferenciar o território, captar novos públicos e promover a integração funcional com Lisboa, afirmando novas centralidades urbanas à escala metropolitana.

3.3. *Margem Sul* e História Local

Ao longo do capítulo recorreremos frequentemente a dissertações de mestrado e teses de doutoramento. Tal deve-se à pouca exploração de temas regionais noutros contextos, que levou os autores destes trabalhos académicos a querer justificar a importância de estudar História Local: “A História Local tem mais para oferecer do que se julga. Em vez de se constituir como um simples exercício de rememoração ‘bairrista’, ela pode e deve ser inserida no cômputo geral para melhor o compreender” (Jorge, 2019: 114). Magda Pinheiro, autora de um dos artigos da obra *De pé sobre a terra. Estudos sobre a indústria, o trabalho e o movimento operário em Portugal* (2013) chega mesmo a propor elementos para pensar uma História dos subúrbios de Lisboa. Para além disso, Isabel Braga coordenou, em 2003, a obra *Revistas Portuguesas de História Regional*, onde concluiu que existiam poucas revistas regionais, principalmente detidas pelas Câmaras Municipais, havendo poucos estudos sobre essas revistas. Foi nesse sentido que considerámos importante incluir aqui excertos da revista *Movimento Cultural*.

Parece existir uma consciência do relevo da localização na Margem Sul do Tejo para o estabelecimento da identidade deste território que talvez seja suficiente para que o termo *Margem Sul* suscite uma imagem deste espaço em pessoas que habitam nos diversos pontos de Portugal. A revista *Movimento Cultural* de novembro de 1988 contém um texto intitulado “A unidade histórica e cultural do distrito de Setúbal” onde os autores procuram justificar a “unidade cultural feita da diversidade que uma região de contacto necessariamente oferece ao longo do tempo histórico” (Nabais, Silva & Pereira, 1988: 68), desconfiando de soluções administrativas de regionalização que juntem a região a

Lisboa: “Não corresponderá este plano de desarticulação da região/distrito (conhecida como situada politicamente ‘à esquerda’) a um desejo, mesquinho e conjuntural, de neutralização política do chamado ‘cerco vermelho’ da Capital?” (*ibidem*: 74).

No mesmo sentido, fica a referência a órgãos de comunicação local que exemplificam a consciência de pertença a que nos referimos. Na sua dissertação de mestrado, Ana Baía (2002) dá conta da existência das seguintes publicações periódicas no concelho de Almada: *O Sul do Tejo* (1883); *A Pátria* (1922) e *A Margem Sul* (1932)¹⁴. Num contexto completamente diferente, surge, na cidade de Setúbal (julho de 1974), o jornal *Margem Sul* (Costa, 2017). Foi um projeto, ligado pelas temáticas que tratou ao Partido Comunista Português (PCP) e ao Movimento Democrático Português (MDP), que durou pouco mais de um ano. De acordo com o diretor, Arlindo Mota, entrevistado por Costa (2017), o fim esteve associado “a problemas financeiros, mas também ao cansaço e a uma certa desilusão”. O editorial do primeiro número explica as razões que levaram ao seu surgimento sem referir uma associação específica aos problemas da *Margem Sul*.

¹⁴ Sobre a primeira publicação referida a tese não contém mais informação. A segunda é aqui incluída devido à forma como a autora recupera o seu propósito na época em que saiu: “‘A Pátria, Semanário Republicano Defensor dos Interesses da Margem Sul do Tejo’, foi um periódico de curta duração, apenas quinze números, defensor da República e doutrinário (...). Foi um dos jornais que mais cobertura deu à questão da construção da ponte sobre o Tejo, tendo apresentado os vários projetos que vinham a ser elaborados. A importância dos transportes e das ligações entre as duas margens foi dos assuntos mais debatidos pelo jornal, aliando à questão da ponte a dos transportes fluviais, pelos Vapores Lisbonenses, que vinham a ser criticados por cada vez serem mais caros e terem poucas carreiras” (Baía, 2002: 103-104). Relativamente ao jornal “A Margem Sul”, sabemos apenas que consistiu num jornal igualmente republicano defensor dos interesses da região Margem Esquerda, de carácter marxista-leninista.

4. SÍNTESE CONCLUSIVA DA PRIMEIRA PARTE

A presente dissertação tem como propósito perceber que tratamento é dado pelo jornal *Público* ao mesmo espaço físico quando este é encarado como território administrativo e como território simbólico e que leituras podemos daí retirar.

O primeiro capítulo problematiza a noção de território, explicitando o seu caráter construído e a sua caracterização como objeto de estudo, com junção de contributos de diversas ciências sociais. O território aparece como uma entidade abrangente, perdendo a dependência direta de um local onde se exerce a soberania de um Estado. De um ponto de vista metodológico, pode ser estudado em várias escalas, onde se incluem escalas subjetivas: importa verificar se, num local, existe uma base de sentido, ou seja, sensações e sentimentos, que permita o estranhamento do outro. Prevalece a seguinte definição de território: “recorte do espaço geográfico definido por (e a partir de) relações de poder, controlo, apropriação e uso. Tais relações são definidas em termos políticos, institucionais, económicos e culturais” (Lucas Fuini, 2014), nas quais se podem inserir características demográficas, de urbanização ou de segurança.

Tendo escolhido a *Margem Sul* como um território a analisar, questionámos como entender a importância dos espaços físicos para a construção de territórios simbólicos e vice-versa. Pretendemos descobrir se existe um padrão nas representações feitas sobre os espaços administrativos (concelhos) que integram a Margem Sul, ou seja, que contextos (e transmitindo que ideias) são visíveis no jornal. O caminho inverso será igualmente percorrido: nas peças que mencionam explicitamente *Margem Sul* que representações estão associadas a este território simbólico e respetivos concelhos? Lévi-Strauss salienta a diversidade de representações do mesmo espaço no interior de uma sociedade, escolhendo o indivíduo uma delas, condizente com a posição que ocupa na estrutura social e no espaço social. Leda Barbio (2016) acrescenta que a pertença espacial é um dos fatores que determinam as representações sociais. Vamos então ver que representações desse território encontram os leitores do *Público* e em que lugar da estrutura social se coloca: aparece como um lugar próximo ou distante?; são noticiadas situações positivas, negativas ou ambas?; quem tem visibilidade e voz como parte integrante do território?; é a pertença espacial dos atores relevante para entender as declarações que proferem?; há tensões identificáveis entre territórios (ou no interior do território) nas peças?

O segundo capítulo começa por definir “representação” em jornalismo, a qual tem um lugar privilegiado na discussão pública, e reflete sobre a importância de os cidadãos terem voz na esfera pública, em geral, e no domínio dos media, em particular, associando tal necessidade à responsabilidade social que atribuímos ao jornalismo e que acarreta desafios. Um dos meios para avaliar a diversidade e justiça das representações expressas em meios de comunicação social é a prevenção da propagação de discursos de ódio. Até o discurso jornalístico pode promover uma predisposição dos recetores para aceitar preconceitos quando as suas práticas se inserem, involuntariamente, em formas favoráveis a difundir discursos simplistas e generalizantes. Ernest-Pereira e Mutti (2011) categorizam tais procedimentos discursivos como “falta”, “excesso” e “estranhamento”. Pretendemos, então, perceber se há peças problemáticas a este nível, na amostra definida.

De forma a enquadrar a análise, apresentámos exemplos de regulação no sentido de promover uma representação mais justa e proporcional dos membros de uma dada sociedade. Em geral, as indicações dos reguladores são vagas e referem-se a conceitos como *rigor* e *pluralismo*. Isso leva a que uma ausência de mentiras e a utilização de vozes provenientes de vários setores da sociedade (em diferentes peças) seja suficiente para cumprir a legislação, deixando escapar estruturas de produção que apenas se descobrem com um olhar crítico sobre realidades específicas. Através da comparação entre aquilo que descobrimos sobre o território na parte teórica e aquilo que podemos ler sobre o mesmo nas edições selecionadas do jornal, pretendemos perceber o que fica no domínio do “não-dito” (Ascensão, 2017), uma vez que os assuntos que não forem retratados podem tornar-se indiferentes ou desconhecidos para o meio social. Relativamente ao que é dito, usamos a definição de “estigma”, estabelecida por Goffman e queremos saber se as peças revelam a presença de características estigmatizantes, se são construídas ideologias para explicar a inferioridade de entidades estigmatizadas, se atos menores são encarados como capacidades extraordinárias e se erros menores ou acidentais são associados a uma expressão direta da característica estigmatizante.

Um dos conceitos mais importantes para responder a estas (e outras) questões é o *framing*, explicado no capítulo. Outro termo, pouco explorado, mas utilizado com frequência na discussão pública é o *politicamente correto*. Consideramos que é possível responder a uma questão neste âmbito: Como é que a vontade de ser (ou não) politicamente correto pode condicionar a forma como o jornal *Público* realiza enquadramentos, especialmente sobre temas vistos como sensíveis ou polémicos?

O capítulo apresenta, ainda, resultados de estudos cujo enfoque foi o modo de representar pessoas e territórios nos media, especialmente na imprensa escrita. Dado que os resultados apresentam mais preocupações do que conclusões positivas, o objetivo foi elencar as questões suscitadas e que vão merecer a nossa atenção na discussão dos resultados: a referência clara a fontes de informação diversas é uma prática comum?; as peças apresentam recursos sensacionalistas?; são apresentadas causas estruturais e sociais para os episódicos noticiados?; que temas marcam a cobertura sobre o território e a quem é dado protagonismo?; a escolha e abordagem aos temas reflete uma preocupação com o desenvolvimento estruturado da região?; as notícias estão presentes na capa dos jornais?

O terceiro capítulo caracteriza a *Margem Sul*, salientando vários aspetos da sua evolução ao longo do tempo. Referimo-nos a um conjunto de nove municípios, cuja localização a sul do rio Tejo levou a que fossem entendidos, em muitos contextos, como uma unidade territorial não oficial, mas amplamente reconhecida: Alcochete, Almada, Barreiro, Moita, Montijo, Palmela, Seixal, Sesimbra e Setúbal. No seu conjunto, representam uma área de 1 421km², que contava em 2018 com 783 289 habitantes. Em termos genéricos, a bibliografia sobre a região e respetivos municípios salientou as seguintes temáticas: evolução da divisão funcional do espaço; (falta de) planeamento e ordenamento do território; estigma; população (estrutura e crescimento); agricultura, ligação ao rio Tejo, transporte marítimo, construção naval e indústria (atividades produtivas); associativismo e movimento sindical; resistência política (principalmente no período do Estado Novo e lutas pós-25 de abril); desemprego e precariedade laboral; expansão dos transportes ferroviário, rodoviário e fluvial; interação com Lisboa e disparidades evolutivas entre os dois territórios; opções políticas; migrações para o território; (tardia) construção de infraestruturas e investimento público; urbanização e desenvolvimento; habitação; ruralidade vs. industrialização; (outros) estudos científicos sobre a região; peso da desindustrialização e transformação pós-industrial; dinâmicas sociais, culturais e desportivas; saúde; educação; criminalidade; importância do desenvolvimento industrial para a definição do território como tal; integração na CEE (atual UE); planos económicos de intervenção na região; aposta no turismo e reconversão de espaços; ambiente; história local e dos subúrbios; identidade associada ao território.

Os vários estudos e estatísticas apontam igualmente para realidades e dinâmicas contrastantes nos municípios que constituem o território em análise, enfatizando aspetos

positivos, negativos e potencialidades distintas e com níveis de aproveitamento diferente em cada local, por motivos diversificados.

Ao registar a memória operária em Setúbal na viragem para a década de 1990, num momento em que começava o processo de desindustrialização no município, João Santos (2017) mostra-nos como olhar para a imprensa da época é importante para avaliar os encontros e desencontros entre a conceção da experiência vivida pelos operários e a história oficial que fica marcada pela preponderância da voz dos políticos nacionais e pela desconfiança e desvalorização em relação àqueles que efetivamente viviam a crise e viam o “território industrial” a reconfigurar-se rapidamente.

Deste modo, procuraremos avaliar, na amostra selecionada, até que ponto os temas elencados nesta primeira parte estão presentes na cobertura jornalística, tendo em mente o papel dos media, e das representações que apresentam, para o estabelecimento de memórias coletivas sobre o passado e sobre o presente.

5. METODOLOGIA

A secção metodológica será dividida em dois momentos. O primeiro vai caracterizar o estudo e justificar o *corpus* de análise: estabelece os objetivos que pretendemos atingir, contextualiza o jornal onde recolhemos as peças, assim como os acontecimentos que motivaram o período escolhido para a análise (2007 e 2019), e elenca as principais conclusões da análise exploratória que se debruçou sobre duas semanas de edições do jornal (2007) e que permitiu testar os critérios estabelecidos para o recorte das peças a incluir no estudo. O segundo momento explica que métodos vão ser efetivamente utilizados para analisar as peças recolhidas e responder às perguntas definidas, as quais vão exigir o recurso a procedimentos quantitativos e qualitativos.

5.1. Caracterização do estudo e justificação do corpus de análise

O principal objetivo desta investigação é responder à pergunta “Como é que a *Margem Sul* foi representada antes, durante e após dois picos de visibilidade no jornal *Público*?” O propósito inicial era estabelecer uma comparação entre a cobertura realizada em dois jornais com características distintas: *Público* e *Correio da Manhã*. Contudo, o encerramento da Hemeroteca, motivado pela pandemia Covid-19, levou à impossibilidade de recolher a totalidade dos exemplares pretendidos do segundo jornal, pelo que optámos por realizar uma análise mais profunda sobre o primeiro jornal.

Escolhemos o jornal *Público* pelo facto de o seu estatuto editorial o classificar como um jornal diário de referência que recusa o “sensacionalismo” e a “exploração mercantil” da matéria informativa, comprometido em produzir informação rigorosa, de qualidade e “sem qualquer dependência de ordem ideológica, política e económica”. Ou seja, interessou-nos verificar como a questão do território é colocada num órgão de comunicação social que assume fortemente a responsabilidade ética de fazer bom jornalismo, que “aposta numa informação diversificada, abrangendo os mais variados campos de atividade e correspondendo às motivações e interesses de um público plural” e que “estabelece as suas opções editoriais sem hierarquias prévias entre os diversos setores de atividade, numa constante disponibilidade para o estímulo dos acontecimentos e situações que, quotidianamente, são noticiados e comentados”. O jornal publicou o seu primeiro número a 5 de março de 1990 e pertence ao grupo Sonae. Em 2007 tinha como diretor José Manuel Fernandes e como diretores adjuntos Nuno Pacheco e Manuel

Carvalho, estrutura que vigorava desde 1998 (José Manuel Fernandes foi o quinto diretor do jornal) e mantida até 2009. Por esta altura, o jornal dividia-se em nove secções, por esta ordem: Destaque, Portugal, Mundo, Grande Plano (em algumas edições), Local, Classificados (anúncios), Desporto, Economia e Espaço Público (opiniões, editoriais e cartas de leitores). Nos anos que se seguiram, lideraram o PÚBLICO Bárbara Reis (2009-2016) e David Dinis (2016-2018). Em 2018, Manuel Carvalho assumiu o cargo de diretor, acompanhado de Amílcar Correia, Ana Sá Lopes, David Pontes e Tiago Luz Pedro como diretores adjuntos. Em 2019 a direção mantinha-se e o jornal dividia-se em 16 secções, pela ordem a seguir indicada: Destaque, Espaço Público, Política, Sociedade, Local, Economia, Mundo, Ciência, Tecnologia, Cultura, Classificados, Sair, Ficar, Jogos, Desporto, Fecho (Bartoon e A Esquina do Mundo ou O Respeitinho não é Bonito). Ao longo dos anos, o jornal teve (e tem) vários suplementos, tendo sido pioneiro a publicar artigos colecionáveis e no que respeita à presença online.

Para responder à pergunta inicial, seleccionámos dois picos de visibilidade pública da *Margem Sul* e/ou dos nove municípios que a integram, um em 2007 e outro em 2019. No dia 23 de maio de 2007, a decisão sobre o local onde construir um novo aeroporto na região de Lisboa (em Alcochete ou na Ota) motivou o então ministro das Obras Públicas, Mário Lino, a proferir declarações que tiveram impacto na representação da *Margem Sul* nos media nacionais e que a versão online do *Público* noticiou no próprio dia: “A margem sul é um deserto (...). Na margem sul não há cidades, não há gente, não há hospitais, nem hotéis nem comércio (...)”. Doze anos depois, em 2019, ainda na discussão sobre a necessidade de construir o novo aeroporto, o Montijo surge como opção simultaneamente apresentada como viável e contestável.

Embora este tema tenha sido marcante nesse ano, um episódio concentrou a atenção do país e dos media na região e é esse que serve como referência para o estabelecimento do segundo pico de visibilidade a analisar: no dia 20 de janeiro de 2019 o concelho do Seixal foi notícia pela intervenção policial que teria envolvido excesso de violência contra os moradores, no bairro Vale de Chicharos, conhecido por “Jamaica”.

De forma a estabelecer critérios rigorosos para a recolha das peças da amostra (incluindo o período temporal a considerar) realizámos uma análise exploratória centrada em duas semanas de 2007, a anterior e a seguinte às declarações do ministro (ver anexo I). Observámos que o número de peças era diminuto na semana que antecedeu o episódio-chave (não havia peças que mencionassem o termo *Margem Sul*, por exemplo), tendo

aumentando na semana seguinte. Deste modo, e em ambos os momentos-chave, vamos analisar um período anterior de duas semanas (prevemos que um intervalo maior de tempo corresponderia a um ponto em que nada de novo surgiria) e três semanas após os mesmos para perceber a duração do pico de visibilidade. Assim, abrangemos cinco semanas em cada ano: 9 de maio a 13 de junho de 2007; 6 de janeiro a 11 de fevereiro de 2019).

O método utilizado para recolher as peças na fase exploratória foi a procura, nas edições do jornal *Público* dos seguintes dez termos: Margem Sul, Alcochete, Almada, Barreiro, Moita, Montijo, Palmela, Seixal, Sesimbra, Setúbal. Excluímos referências realizadas na secção *Classificados*. Encontrámos 83 peças onde consta explicitamente um dos termos procurados e separámos os resultados obtidos em três grupos:

- Peças em que consta a expressão *Margem Sul* – 18 resultados;
- Peças em que é referido um dos concelhos (ou Península de Setúbal) sem relevância no tratamento (o território é mencionado, mas o foco é nacional ou outra localidade, tornando a peça irrelevante para esta pesquisa) – 40 resultados;
- Peças em que é referido um dos concelhos e onde a questão do território está valorizada em termos de tratamento (títulos/subtítulos, lead, fotografias/legendas ou no texto como temática principal) – 25 resultados; estes passaram a 18 depois da exclusão de alguns onde a valorização em termos de tratamento não correspondia a uma importância efetiva do território.

As principais conclusões a destacar sobre estes 18 resultados são:

- A primeira referência ao termo *Margem Sul* aconteceu apenas no nono dia da recolha, em sequência das declarações proferidas pelo ministro na véspera (23 de maio). A partir daí, e até ao fim do período considerado, a expressão esteve presente em todas as edições do jornal, principalmente nos dias 26 e 29 onde é referida em quatro ocasiões diferentes. Colocamos a hipótese de esse termo não ser usado habitualmente nas rotinas de produção do jornal.
- Metade das referências (nove) surgiram na secção de opinião, *Espaço Público*. O tratamento jornalístico realizado nas restantes secções *Local*, *Economia*, *Portugal* e *Destaque* é superficial e pouco centrado nas características da região.
- Apenas quatro peças marcaram presença na capa do jornal (duas chamadas e duas manchetes). Das nove peças informativas, oito foram assinadas por jornalistas. Houve sete notícias curtas e duas notícias desenvolvidas.
- Sete peças não estão ilustradas. As restantes onze totalizam 14 fotografias, das quais apenas seis estão claramente associadas ao território. Não obstante, duas peças estão ilustradas com descampados (em alusão às declarações de Mário Lino), uma escolha editorial dissonante das peças onde surgem, com a reação negativa que as declarações suscitaram em diversos setores sociais.
- Foram identificados sete temas. As declarações do ministro e posteriores reações acabaram por se distanciar do tema *Construção de novo aeroporto* (sete peças),

obrigando à criação da categoria *Declarações do ministro Mário Lino* (oito). As críticas ao ministro tornaram-se pessoais, negligenciando a discussão sobre *Planeamento e ordenamento do território* (uma peça). Os restantes quatro temas (política nacional, acessibilidades, política local, outro) tiveram uma/duas referências.

- Das 58 vozes presentes nas 18 peças, cerca de 43% pertencem a políticos nacionais (25 casos), seguindo-se as vozes de autores de peças de opinião, com oito ocorrências. As restantes 25 vozes dividem-se por outros seis tipos de atores.
- O número de vozes reduz-se para 12 quando contabilizamos apenas intervenientes ligados à *Margem Sul* (por indicação de residência ou ocupação de cargo local, principalmente). Estas vozes estão ausentes em 11 das 18 peças.

Destacamos, ainda, resultados sobre peças em que é referido um dos concelhos e onde a questão do território está valorizada em termos de tratamento (referência em títulos/subtítulos, lead, fotografias/legendas ou no texto como temática principal). Deste grupo de 25 peças, 18 correspondem aos critérios que vamos seguir no restante período:

- O número de peças diárias mantém-se baixo e estável (varia entre zero e três), havendo peças em todos os dias menos três. Assim, a produção jornalística de rotina que confere atenção aos concelhos em análise parece ter sido independente da polémica instalada em torno do aeroporto. Surgiu nas secções: *Local* (13); *Portugal* (quatro); *Desporto* (quatro); *Destaque* (dois); e *Espaço Público* (dois).
- As peças inseridas na secção *Destaque* não têm a região no centro, enquanto as peças da secção *Portugal* (os acontecimentos regionais noticiados) estão associadas à criminalidade e subalternidade a Lisboa.
- Três situações são matéria de capa (uma chamada e duas manchetes): duas relacionadas com o Vitória de Setúbal, uma com o candidato do PSD às eleições intercalares de Lisboa).
- Sete peças não estão ilustradas, havendo 20 fotografias nas restantes 18 peças; apenas seis destas revelam alguma ligação ao território estudado.
- Os temas abordados variam: Desporto (cinco peças); Justiça, segurança e criminalidade (quatro); Outro (quatro), que incluem a liderança na sociedade Setúbal Pólis, vulnerabilidades no centro histórico de Setúbal, em caso de sinistro natural; vida quotidiana entre Montijo e Lisboa (crónica); evocação de personalidade relevante no concelho do Seixal. Entre uma e três peças: Política nacional; Planeamento e ordenamento do território, Infraestruturas (investimento público); Saúde; Política local; Ambiente; Educação; Atividades culturais.
- Nas 52 vozes das 25 peças predominam figuras ligadas ao poder local e nacional: políticos locais (14) e nacionais (7); instituições públicas (13). Há 25 vozes da região, presentes em 12 peças.
- Detetámos *presença de discurso subjetivo* em apenas cinco peças, em casos em que é suposto existir: crónica, artigo de opinião, carta de leitor, direito de resposta.

Em suma, a *Margem Sul* aparece num período mais concentrado, em consequência de uma declaração polémica, enquanto os vários concelhos surgem poucas vezes, mas de forma equilibrada ao longo das duas semanas. A presença exponencial da *Margem Sul* resultou da vontade de vários setores sociais em repudiar as declarações do ministro, que originou uma elevada expressão de opiniões: editorial do jornal; artigos de opinião, cartas de leitores, na secção *Espaço Público*. Tal não se verificou no caso dos concelhos que aparecem principalmente em notícias curtas. Relativamente aos restantes indicadores, os resultados foram semelhantes: rara presença em capas, dissonância entre fotografias e textos, número limitado de vozes e temas, domínio de *framing* episódico e tom negativo.

Importa, especificar, por fim, os critérios para o recorte das peças a identificar na análise ao restante período, de modo a excluir peças cujo enfoque não seja a região, como aconteceu nesta análise exploratória, de forma propositada. Assim, vamos voltar a ter um grupo onde o termo *Margem Sul* seja explicitamente mencionado e outro para peças que referem um ou vários dos nove concelhos da Península de Setúbal, desde que a questão do território esteja valorizada em termos de tratamento: títulos/subtítulos, lead, destaques, fotografias/legendas ou no texto como temática principal.

Responder à pergunta de partida e às questões mais específicas formuladas na síntese da primeira parte vai envolver a mobilização de procedimentos e instrumentos de análise quantitativos e qualitativos que serão descritos e justificados no próximo ponto.

5.2. Procedimentos e instrumentos de análise quantitativa e qualitativa

A análise quantitativa avalia formalmente as peças em que a região desempenha um papel central, de modo a obtermos uma caracterização geral da amostra. Para tal, recolhemos e contabilizamos os seguintes indicadores (ver folha de código – Anexo II): título; data; secção; presença na primeira página; assinatura; posição na página; conexão com outras peças da mesma página; ilustração; tema; *framing*; número de fontes; foco e distribuição geográfica; vozes referidas; estilo discursivo; tom dominante.

O último indicador não associa automaticamente um *tom* negativo a uma peça negativa para a região, já que é referente ao protagonista. Por exemplo, nas peças em que o tema é a região, mas o protagonista é o [em 2007] ministro das Obras Públicas, Mário Lino, o tom será considerado negativo se o mesmo estiver a ser criticado, ainda que isso não seja negativo para a região que até pode estar a ser retratada de forma positiva.

A análise quantitativa não permite responder a todas as questões formuladas na síntese conclusiva da primeira parte, pelo que será necessário proceder a uma avaliação de caráter qualitativo às peças que referirem explicitamente o termo *Margem Sul*.

As perguntas nesta parte do estudo são: o território aparece como lugar próximo ou distante?; há tensões identificáveis entre territórios (ou no interior do território)?; o conteúdo das peças revela-se suscetível de difundir discursos simplistas e generalizantes, incentivando a propagação de discursos de ódio?; em que pontos concordam e diferem os diversos tipos de vozes ouvidas?; há presença de características estigmatizantes?; são apresentadas ideologias para explicar a inferioridade de entidades estigmatizadas?; atos menores são encarados como capacidades extraordinárias?; erros menores ou acidentais são associados a uma expressão direta da característica estigmatizante?; como é que a vontade de ser (ou não) “politicamente correto” pode condicionar a forma como o jornal realiza enquadramentos?; as peças apresentam recursos sensacionalistas?

Responderemos às perguntas enunciadas através de uma análise de discurso, centrada na operacionalização do conceito de *framing* explicada por Jenny Kitzinger (2007) no capítulo “Framing and Frame Analysis” inserido no livro *Media Studies: Key Issues and Debates*. De acordo com o autor, títulos e parágrafos de abertura/fecho são elementos muito significativos, havendo aspetos que devem ser examinados em todo o texto (e compreendidos no contexto em que se inserem) para identificar características-chave do discurso: imagens usadas (intertextualidade); tipo de linguagem usada (ex. Prevalência de frases passivas); “rótulos” e definições utilizadas (inclui generalizações, premissas implícitas e implicações); explicações oferecidas; responsabilidade atribuída; soluções propostas; estrutura narrativa e coerência da história; contextualização e ligações; associações históricas invocadas; metáforas e exemplos; apelos emocionais; natureza das fontes/vozes; posicionamento e introdução/descrição dos diversos intervenientes ou grupos de intervenientes, particularmente através de escolhas lexicais.

Outra categorização importante foi estabelecida por Aracy Ernst-Pereira e Regina Mutti (2011), num artigo publicado na revista *Educação & Realidade*: “O Analista de Discurso em Formação: apontamentos à prática analítica”. Para as autoras, identificar aquilo que perante uma “conjuntura histórica” e um “dado acontecimento” é “dito de menos”, é “dito demais” ou “parece não caber ser dito num dado discurso”, é uma forma de análise do corpus (*ibidem*: 827). A “falta” consiste “na omissão de palavras, expressões e/ou orações, consentida (ou não) pela gramática, que provocam determinados efeitos de

sentido, diferentes daqueles que ocorreriam, caso esses elementos se fizessem presentes na linearidade significante” (*ibidem*: 829); o “excesso” é um “acréscimo contingente (cf. Haroche, 1992) de intensificadores” ou “repetição de palavras ou expressões e orações” que visa “garantir a estabilização de determinados efeitos de sentido em vista da iminência (e perigo) de outros a esses se sobreporem” (*ibidem*: 830); e o “estranhamento” caracteriza-se como uma estratégia que “expõe o conflito entre formações discursivas”, através da “apresentação de elementos intradiscursivos – palavras, expressões e/ou orações – e interdiscursivos, da ordem do excêntrico, isto é, daquilo que se situa *fora* do que está sendo dito, mas que incide na cadeia significante, marcando uma *desordem* no enunciado”. Além disso, “possui como características a imprevisibilidade, a inadequação e o distanciamento daquilo que é esperado” (*ibidem*).

Na análise às imagens, recorreremos à gramática visual de Kress e Van Leeuwen (1996; 2006), descrita por Marina Empinotti (2017) no artigo “Discriminação no discurso: análise da representação de refugiados no *Público* através da gramática visual de Kress e Van Leeuwen”, publicado na revista *Media & Jornalismo* (2017: 100-101):

Kress & Van Leeuwen (1996; 2006) organizaram uma proposta teórico-metodológica para a análise crítica de textos multimodais, na qual uma imagem deve ser analisada por três funções, que atuam simultaneamente em seu processo de produção de sentido: função representacional – maneiras de se representar o que está na imagem, seja uma coisa ou uma pessoa. Subdividem-se entre significados narrativos e conceituais, sendo aqueles relacionados a ações e estes ancorados na essência do que é retratado; função interacional – relações estabelecidas entre os participantes representados, os produtores da imagem e os espetadores, através de elementos como enquadramento, cor, luz e perspectiva; função composicional – forma pela qual os recursos anteriores se integram para estruturar e dar coerência à significação.

Partindo do pressuposto que os leitores não encaram da mesma forma textos que se apresentam como objetivos e são elaborados por jornalistas e textos que assumem o seu caráter opinativo, sendo produzidos por diversos setores da sociedade (e, por vezes, também por jornalistas) vamos analisar os primeiros mais exaustivamente, encarando os segundos como pistas sobre a recepção da audiência aos acontecimentos e, eventualmente, aos enquadramentos produzidos pelo jornal. Contudo, devido a limitações de espaço, iremos centrar-nos apenas nos parágrafos onde a expressão *Margem Sul* entra.

6. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

O presente capítulo reúne os resultados dos dois períodos em estudo e respetiva análise crítica. A sua interpretação assenta nos indicadores e elementos de análise descritos no capítulo anterior, visando responder às questões aí definidas.

Apresentamos primeiro os resultados quantitativos da representação da *Margem Sul* e dos nove municípios que a integram. Referimo-nos a 2007 e, em seguida, a 2019 para terminar com um resumo comparativo. Posteriormente, apresentaremos os resultados qualitativos (texto e imagem) sobre as peças que referem o termo *Margem Sul*.

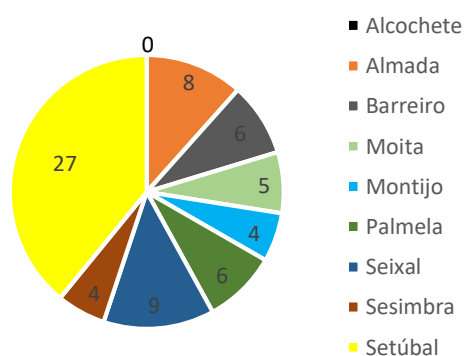
6.1.Representação da *Margem Sul* e respetivos concelhos em 2007: resultados quantitativos

Os dados aqui discutidos referem-se a 36 edições do *Público*, entre o dia 9 de maio de 2007 e o dia 13 de junho do mesmo ano. Trata-se de cinco semanas: duas anteriores ao acontecimento-chave (23 de maio) e três posteriores. Identificámos 89 peças relevantes, das quais 48 incidem sobre um ou vários concelhos da Península de Setúbal (69 referências) e 41 utilizam a designação *Margem Sul*.

A sua distribuição temporal e geográfica encontra-se na tabela 2 e no gráfico 1:

Tabela 2: Semanas (2007)		
Data/Nº de ocorrências	<i>Margem Sul</i>	Concelhos
Semana 1 (9/5 a 15/5)	3	10
Semana 2 (16/5 a 22/5)	0	8
Dia-chave (23/5)	0	3
Semana 3 (24/5 a 30/5)	18	7
Semana 4 (31/5 a 6/6)	6	13
Semana 5 (7/6 a 13/6)	14	7
Total: 89 peças	41	48

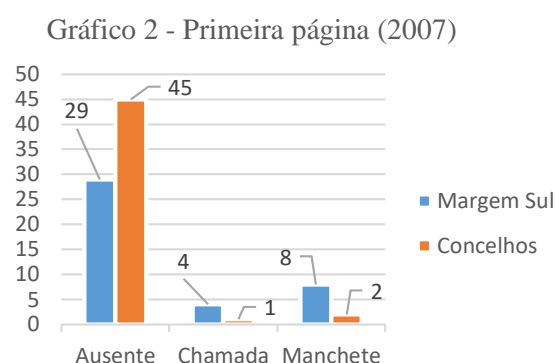
Gráfico 1 - Distribuição do nº de referências por concelho (2007)



De acordo com a tabela 2, o termo *Margem Sul* surgiu apenas três vezes nas semanas que antecederam as declarações do ministro Mário Lino sobre o território. No dia em que as mesmas foram proferidas a expressão continuou ausente da versão impressa, como seria expectável, com a notícia a ser publicada no site do jornal. O número de referências disparou na semana imediatamente após as declarações, ascendendo a 18.

Na semana seguinte desceu para seis (ainda assim o dobro do que se verificara na primeira semana), para subir novamente para 14 na última semana, um facto muito relacionado com o surgimento de estudos que apontaram Alcochete como uma alternativa viável para ser construído um novo aeroporto. Sobre a cobertura relativa aos concelhos destaca-se a sua regularidade (oscila entre sete e 13 peças por semana), não sendo notórias alterações relacionadas com as referidas declarações sobre a *Margem Sul*. Não obstante, o gráfico 1, onde consta a distribuição do número de referências por concelho (sem o termo *Margem Sul*), mostra que Alcochete não foi referido e que o município mais referido é Setúbal (27 referências), seguido por Seixal (nove) e Almada (oito).

Tabela 3: Secções (2007)		
Secção/Nº de ocorrências	<i>Margem Sul</i>	Concelhos
Economia	2	1
Destaque	7	1
Espaço Público	13	3
Portugal	15	9
Local	4	33
Desporto	0	1
Total (89 peças)	41	48



As peças posteriores ao acontecimento-chave confirmaram a importância da secção de opinião (*Espaço Público*) para a expressão da *Margem Sul* (tabela 3), tendo sido a segunda secção em que surgiram mais peças sobre a mesma (13). Principalmente após a explosão de cartas de leitor e de artigos de opinião que repudiavam as declarações do ministro das Obras Públicas, houve diversas peças em que a região surge integrada em notícias que suscitam interesse nacional, sendo a secção *Portugal* aquela onde mais vezes é mencionada a *Margem Sul* (15 vezes). É ainda relevante o número de *Destques* (sete), a baixa expressão da secção *Local* (quatro) e o facto de não serem estabelecidas associações entre *Desporto* e a região, a qual não aparece em notícias sobre o tema. Os concelhos, por sua vez, surgem com forte preponderância na secção *Local* (33 peças), sendo ainda de registar o valor da secção *Portugal*, onde há nove referências. O número de presenças na capa do jornal é reduzido em ambos os casos (gráfico 2), principalmente para os concelhos, já que a *Margem Sul* foi mencionada em *manchete* oito vezes.

Tabela 4: Assinatura (2007)		
Assinatura/ Nº de ocorrências	<i>Margem Sul</i>	Concelhos

Tabela 5: Géneros jornalísticos (2007)		
Género jornalístico/ Nº de ocorrências	<i>Margem Sul</i>	Concelhos

Por jornalista(s)	23	31
Por leitor	4	1
Por comentador/cronista	4	2
Por redação e Lusa	2	0
Outra	4	4
Não assinada	4	10
Total (89 peças)	41	48

Breve	0	6
Notícia curta	15	26
Notícia desenvolvida	12	11
Reportagem	1	1
Editorial	3	0
Artigo de opinião	4	1
Carta de leitor	4	1
Total (89 peças)	41	48

Atendendo ao número de peças atribuído à *Margem Sul* e aos concelhos, a proporção das mesmas em que um ou vários jornalistas assinam é próxima e relativamente baixa (23 em 41 e 31 em 48). Tal deve-se à soma de peças não assinadas, assinaturas por leitor, comentador e *outra* (peças assinadas pela “Lusa” e não assinadas por lapso), no caso da *Margem Sul* (tabela 4), e apenas de peças não assinadas (concelhos). Efetivamente, há 13 peças de carácter opinativo sobre a *Margem Sul*: três editoriais, quatro artigos de opinião, quatro cartas de leitor e dois *outros* que consistem em avaliações de personalidades públicas pela redação (tabela 5). Contudo, a expressão maior pertence às notícias *curtas* (15), seguindo-se as notícias *desenvolvidas* (12). Assinala-se a presença de uma reportagem (há outra sobre os efeitos de uma greve geral em concelhos da Península de Setúbal – Palmela e Barreiro). Para os concelhos o destaque principal é o elevado número de notícias *curtas* (26) e, no outro extremo, a ausência de editoriais.

Gráfico 3 - Posição na página (2007)

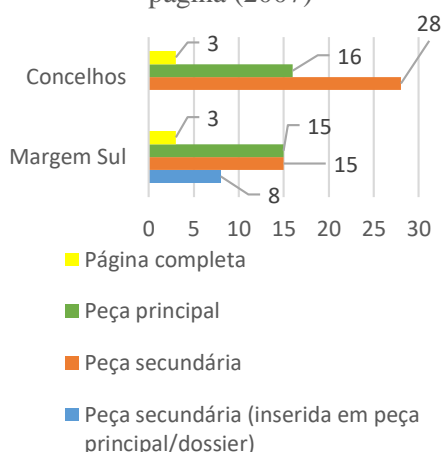


Gráfico 4 - Conexão (2007)

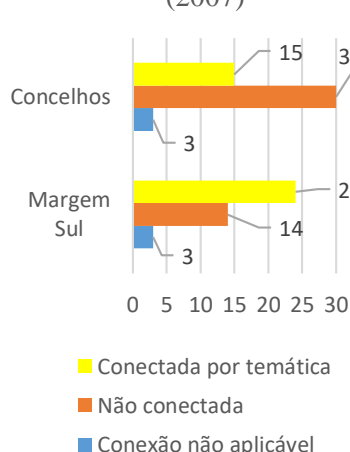
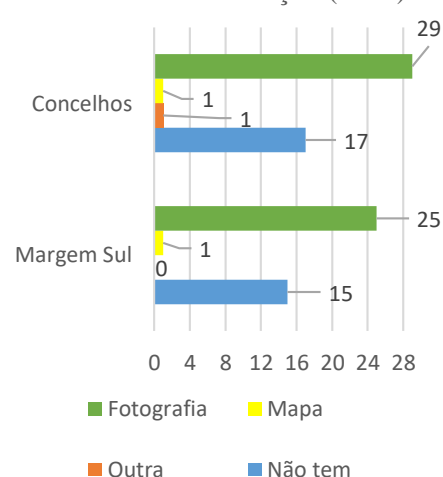


Gráfico 5 - Ilustração (2007)



O gráfico 3 mostra que predominam as peças secundárias. Para a *Margem Sul* isso não é negativo pois há oito peças inseridas em peças principais/dossiês temáticos. Existem, por isso, 18 peças principais e 15 verdadeiramente secundárias. As peças que ocupam uma página completa são três em cada recorte. Aí, o indicador *conexão* não é

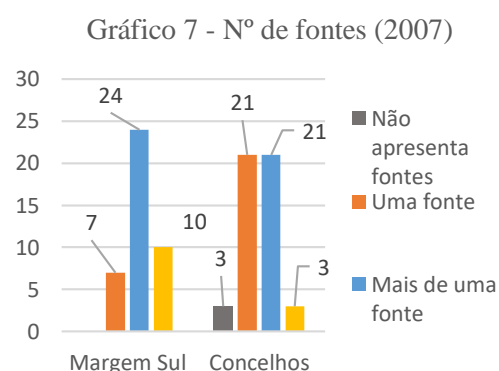
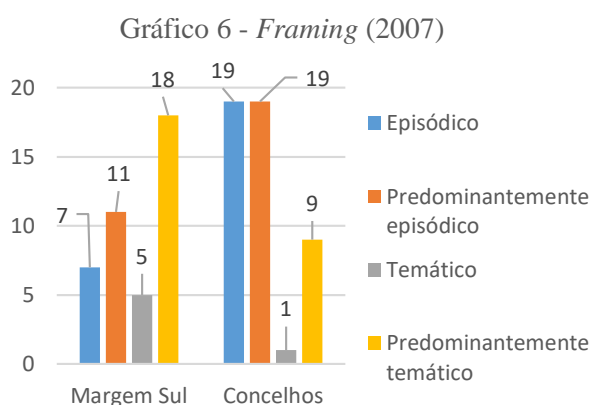
aplicável (gráfico 4). A cobertura sobre os concelhos privilegiou peças não conectadas, enquanto as peças relacionadas com a *Margem Sul* são maioritariamente conectadas, destacando-se a inserção em contextos opinativos com temática próxima e em dossiês.

O gráfico 5 permite ver que 31 das 48 peças sobre concelhos estão ilustradas (29 com fotografias, uma com um mapa e outra com um quadro estatístico) e que o mesmo acontece em 26 das 41 peças sobre a *Margem Sul* (25 com fotografias e uma com um mapa). No primeiro caso temos 10 fotografias relacionadas diretamente com o território (destaque para políticos, representantes de instituições públicas e edifícios identificáveis), enquanto a *Margem Sul* tem 12 imagens (onde se inclui um mapa) a si associadas. Assinalamos a presença de camelos, uma resposta da Juventude Social Democrata (JSD) às declarações do ministro, da ponte 25 de Abril e de prédios não identificados. Embora as ilustrações sejam analisadas na parte qualitativa, adiantamos que duas peças foram ilustradas com descampados (fazendo referência à *Margem Sul* na legenda), uma opção que consideramos desadequada para ilustrar conteúdos que expressavam reações negativas que as declarações do ministro suscitaram em diversos setores sociais.

Tabela 6: Temas (2007)		
Tema/Nº de ocorrências	<i>Margem Sul</i>	Concelhos
Construção de novo aeroporto	22	0
Declarações do ministro Mário Lino	12	0
Planeamento e ordenamento do território	1	5
Acessibilidades	1	2
Política nacional	3	0
Política local	1	3
Justiça, segurança e criminalidade	2	13
Infraestruturas e investimento	2	4
Economia	0	1
Ambiente	0	4
Atividades culturais	0	4
Trabalho e movimento sindical	0	2
População	0	1
Sociedade (problemas estruturais)	1	0
Desporto	0	2
Educação	0	1
Saúde	1	5
Outro	4	7
Total (89 peças/104 ocorrências)	41 peças / 50 ocorrências	48 peças / 54 ocorrências

No que respeita à cobertura sobre os concelhos, a tabela 6 contabiliza 54 ocorrências, ou seja, houve seis peças a tratar dois temas. Foram visados 14 assuntos: *Justiça, segurança e criminalidade* (13 vezes); *Outro* (sete); *Planeamento e ordenamento*

do território (cinco); Saúde (cinco); Infraestruturas e investimento (quatro); Ambiente (quatro); Atividades culturais (quatro); Política local (três); Acessibilidades (duas); Trabalho e movimento sindical (duas); Desporto (duas); Economia, População e Educação (uma cada). É de salientar que não houve peças sobre a construção de um novo aeroporto nem sobre as declarações do ministro Mário Lino que mencionassem um dos concelhos sem se referirem à *Margem Sul*. Este é, com efeito, o tema mais abordado na cobertura sobre a região, com 22 das 50 ocorrências (nove peças foram dedicadas a dois temas). Contudo, as declarações do ministro e posteriores reações distanciaram-se, em alguns momentos, do assunto *Construção de novo aeroporto*, obrigando à utilização de uma categoria intitulada *Declarações do ministro Mário Lino* (decisão já presente na fase exploratória). As críticas ao ministro tornaram-se pessoais, negligenciando a discussão sobre *Planeamento e ordenamento do território* que conta apenas com uma peça em todo o período de análise. Foram abordados 11 temas sobre a *Margem Sul*, pelo que falta referir oito: *Outro* (quatro ocorrências); *Política nacional* (três); *Justiça, segurança e criminalidade* (duas); *Infraestruturas e investimento* (duas); *Acessibilidades*, *Política local*, *Sociedade – problemas estruturais* e *Saúde* (uma cada).



A observação do gráfico 6 permite verificar que o tratamento dado aos assuntos acima elencados é centrado em episódios/acontecimentos no que concerne aos concelhos, havendo 19 peças sem qualquer contexto e outras 19 em que são dadas informações mínimas a esse respeito. Apenas nove são predominantemente temáticas e uma é temática. A situação é diferente para a *Margem Sul*, onde 5 peças são temáticas e 18 são predominantemente temáticas, contra 11 predominantemente episódicas e 7 episódicas. Ainda assim, são várias as peças inseridas no primeiro tipo de enquadramento (mais temático) que apresentam apenas referências episódicas à *Margem Sul*. Deste modo, a análise ao discurso irá avaliar até que ponto as peças exploram os temas com interesse

para a região (e para o país) convenientemente, contribuindo para uma discussão pública informada. É positivo verificar que todas as peças sobre a *Margem Sul* recorrem a fontes de informação (gráfico 7). Mais de metade (24) mencionam mais de uma fonte e o número de peças em que tal não é eticamente obrigatório (opiniões) supera o total de peças com uma fonte (10 e sete, respetivamente). É elevado o número de peças sobre os concelhos onde apenas uma fonte é referida (21), devido ao elevado registo de episódios isolados (notícias curtas). São igualmente 21 as peças que recorrem a mais de uma fonte (notícias desenvolvidas) e seis aquelas em que não há fontes ou têm caráter opinativo.

Tabela 7: Vozes presentes (2007)		
Vozes presentes/ Nº de ocorrências	<i>Margem Sul</i>	Concelhos
Voz do autor (inclui	12	5
Políticos nacionais	52	9
Políticos locais	16	29
Instituições	9	18
Forças de segurança	0	5
Empresas	7	10
Sociedade civil	15	12
Pessoas singulares	15	9
Outra (ex. Estudos	4	6
Total	130	103

Tabela 8: Vozes presentes da região (2007)		
Vozes presentes (da região) / Nº de ocorrências	<i>Margem Sul</i>	Concelhos
Voz do autor (inclui redação)	4	1
Políticos locais	5	25
Instituições públicas e de	0	6
Empresas	0	1
Sociedade civil organizada	5	5
Pessoas singulares	10	5
Outra (ex. Estudos e	0	0
Nenhuma/Impossível	28	23
Total (vozes/ocorrências)	24 / 52	43 / 66

O caráter positivo da análise sobre as fontes informativas esbate-se dado que, das 130 vozes ouvidas sobre a *Margem Sul* nas 41 peças, 52 pertencem a *políticos nacionais* (tabela 7), havendo peças em que há mais de uma fonte porque partidos/personalidades de todo o espectro político têm espaço para fazer declarações onde criticam o ministro pelas suas declarações e pela insistência na Ota como localização para o novo aeroporto. O valor total divide-se entre oito tipos de vozes, sendo o segundo mais presente os *políticos locais* (16 ocorrências). No caso dos concelhos o equilíbrio é maior: 103 vozes distribuem-se por nove tipos de intervenientes (incluem-se *forças de segurança*). Destacam-se *políticos locais* (29 ocorrências), *instituições públicas e de poder* (18) e *sociedade civil organizada* (12). A situação é negativa quando limitamos a análise aos intervenientes ligados à *Margem Sul* (por indicação de residência, ocupação de cargo local, etc.). A tabela 8 mostra que 68% das peças sobre a *Margem Sul* não ouvem fontes locais (28 peças), acontecendo o mesmo em 48% das peças que visam os concelhos (23 peças). No primeiro caso há 24 intervenientes, de quatro tipos, com destaque para as *pessoas singulares* (10 ocorrências situadas em duas peças). No segundo registámos 43 intervenientes, com um predomínio claro dos *políticos locais* (25 ocorrências).

Tabela 9: Referências sem voz ligadas à região (2007)		
Referências sem voz ligadas à região / Nº de ocorrências	<i>Margem Sul</i>	Concelhos
Políticos locais	12	9
Instituições públicas e de poder	0	3
Empresas	0	1
Sociedade civil organizada	1	1
Pessoas singulares	4	20
Concelhos	16	15
Outra (ex. Estudos e relatórios)	0	1
Nenhuma/impossível determinar	26	19
Total (referências / ocorrências)	33 / 59	50 / 69

Tabela 10: Protagonismo (2007)		
Protagonismo/	<i>Margem Sul</i>	Concelhos
Políticos nacionais	13	5
Políticos locais	4	7
Forças de segurança	1	5
Instituições públicas e de poder	3	10
Empresas	1	4
Sociedade civil organizada	4	6
Voz do autor (inclui redação)	11	5
Pessoas singulares	3	4
Outra (ex. Estudos e relatórios)	1	2
Total (89 peças)	41	48

Houve 33 e 50 menções (*Margem Sul* e concelhos) a intervenientes/locais ligados à região sem voz ativa (tabela 9). Nas peças sobre a *Margem Sul* destaca-se a referência aos *concelhos* que a constituem (16 ocorrências) e a *políticos locais*, enquanto nas peças sobre os concelhos se evidencia a menção de *peessoas singulares* (20) e dos *concelhos* (15), ou seja, situações em que os municípios importam por si (como entidades administrativas, não havendo pessoas da região a falar), geralmente quando são inseridos em contextos mais amplos (peças sobre vários municípios ou de comparação nacional). No extremo oposto, falta aferir a quem é atribuído o protagonismo em cada peça (tabela 10). No que se refere às vozes, este é o indicador mais equilibrado. Apesar de serem vozes dominantes em termos de número total (pois há vários em cada peça), os políticos não são sempre protagonistas. Devido ao peso da opinião no total de peças, a *Margem Sul* revela uma divisão equilibrada do protagonismo entre os *políticos nacionais* (13 peças) e os *autores* das peças (11). Restam 17 peças em que o protagonismo se distribui por sete tipos de intervenientes. Sobre os concelhos o protagonismo distribui-se pelos nove grupos de intervenientes, com os valores mais elevados a incidir em *instituições públicas e de poder* (10 peças) e em *políticos locais* (sete).

Gráfico 8 - Presença de discurso subjetivo (2007)

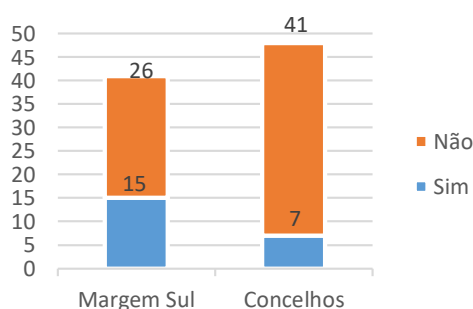
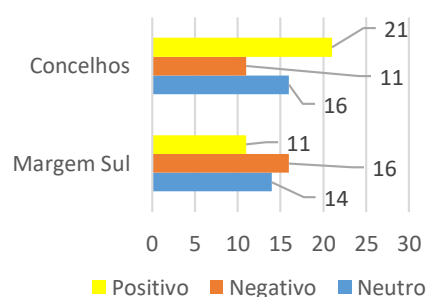


Gráfico 9 - Tom dominante (2007)



Como seria de prever em função dos indicadores anteriores, identificámos discursivo subjetivo em 15 das 41 peças sobre a *Margem Sul*, um número explicado principalmente por opiniões. Há uma presença residual de notícias com expressões valorativas, a explorar qualitativamente. A presença de discurso subjetivo é reduzida no caso dos concelhos, com sete das 48 peças a apresentar marcas de subjetividade (gráfico 8). Quanto ao tom dominante (gráfico 9), podemos afirmar que é positivo para os protagonistas das peças sobre os concelhos (21 peças), seguindo-se as peças neutras (16) e negativas (11). Já os protagonistas das peças sobre a *Margem Sul* são mais associados a acontecimentos negativos/críticas (16 peças), seguindo-se os casos em que as referências positivas e negativas se anulam (14) e as situações positivas (11).

Em suma, os dois grupos de resultados de 2007 (*Margem Sul* e concelhos) diferem na distribuição temporal das peças, com a *Margem Sul* a aparecer num período mais concentrado e irregular, principalmente em consequência de um episódio específico (as declarações do ministro que são datadas e provavelmente irrepetíveis) e do tema *Construção de um novo aeroporto* (possibilidade de este ser em Alcochete). Os vários concelhos, por sua vez, surgem de forma equilibrada ao longo do tempo. A presença exponencial da *Margem Sul* resultou da vontade demonstrada por vários setores sociais em repudiar as declarações do ministro, facto que resultou numa elevada expressão de opiniões (secção *Espaço Público*) e contribuiu para enquadramentos predominantemente temáticos (aliando-se à discussão sobre o aeroporto) e um tom negativo ou neutro. Tal não se verificou para os concelhos que aparecem principalmente em notícias curtas, com enquadramentos episódios e um tom positivo. Nos restantes indicadores os resultados foram semelhantes, pelo que destacamos a rara presença em capas, a pouca ligação entre as fotografias e o território analisado, assim como o número limitado de vozes e temas.

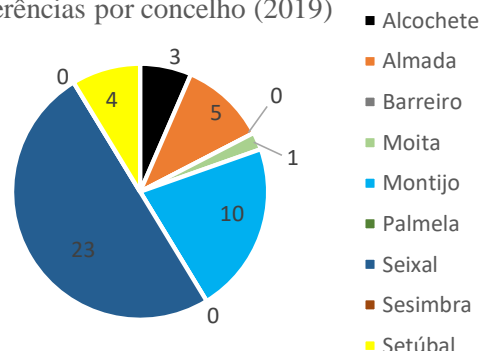
6.2. Representação da *Margem Sul* e respetivos concelhos em 2019: resultados quantitativos

Os dados aqui discutidos referem-se a 36 edições do *Público*, entre o dia 6 de janeiro de 2019 e o dia 10 de fevereiro do mesmo ano. Trata-se de cinco semanas: duas anteriores ao acontecimento-chave (20 de janeiro) e três posteriores. Identificámos 43 peças relevantes, das quais 36 incidem sobre um ou vários concelhos da Península de

Setúbal (46 referências) e sete utilizam a designação *Margem Sul*. A sua distribuição temporal e geográfica encontra-se na tabela 11 e no gráfico 10:

Tabela 11: Semanas (2019)		
Data/Nº de ocorrências	<i>Margem Sul</i>	Concelhos
Semana 1 (6/1 a 12/1)	1	6
Semana 2 (13/1 a 19/1)	1	3
Dia-chave (20/1)	0	0
Semana 3 (21/1 a 27/1)	3	16
Semana 4 (28/1 a 3/2)	2	6
Semana 5 (4/2 a 10/2)	0	5
Total: 43 peças	7	36

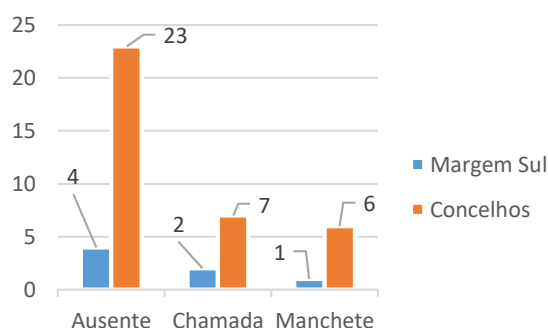
Gráfico 10 - Distribuição do nº de referências por concelho (2019)



O reduzido número de peças sobre a *Margem Sul* não favorece conclusões quantitativas, pelo que identificamos algumas tendências e centramos esta secção nos concelhos. Quanto à data das ocorrências (tabela 11), destacamos a presença de três peças com o termo *Margem Sul* na semana logo após o acontecimento-chave (duas delas relacionadas com o mesmo). Na mesma semana, as peças sobre os concelhos triplicaram (16 ocorrências), regressando depois a valores próximos das semanas prévias. O concelho mais mencionado foi o Seixal, onde fica o bairro “Jamaica”, com 64% das ocorrências (23), seguido pelo Montijo, localização preferida pelo Governo para o novo aeroporto (10 peças). Pelo contrário, não há peças sobre Barreiro, Palmela e Sesimbra (gráfico 10).

Tabela 12: Secção (2019)		
Secção/Nº de ocorrências	<i>Margem Sul</i>	Concelhos
Economia	2	3
Destaque	1	3
Espaço Público	0	8
Local	1	4
Desporto	0	1
Política	0	3
Sociedade	1	11
Cultura	0	2
Outra	2	1
Total (43 peças)	7	36

Gráfico 11 - Primeira página (2019)



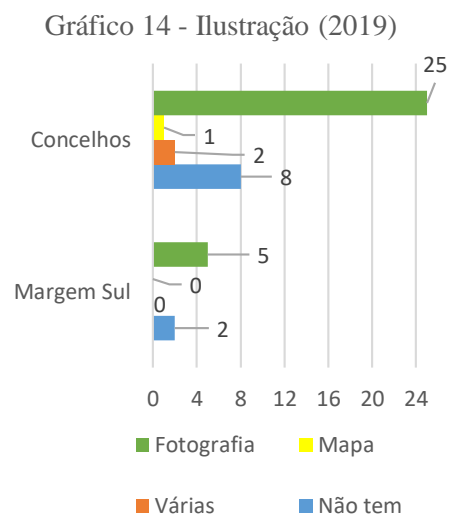
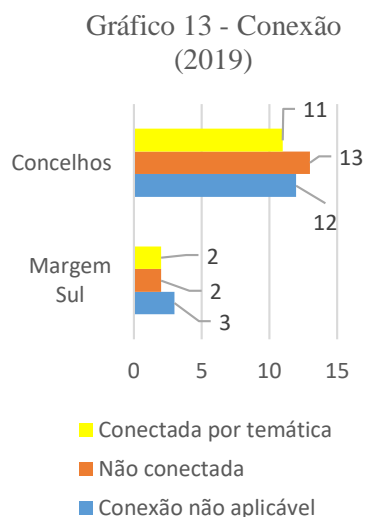
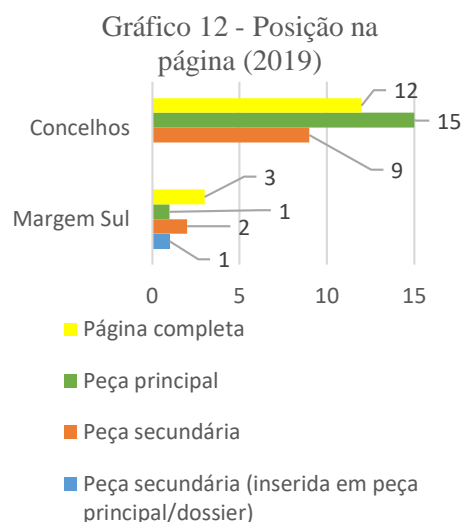
As secções em que se situaram as menções à *Margem Sul* foram *Economia* (duas), *Outra* (duas), *Destaque* (uma), *Local* (uma) e *Sociedade* (uma) – tabela 12. Já as peças relativas aos concelhos distribuíram-se por nove secções, com destaque para *Sociedade* (11 casos) e opiniões *Espaço Público* (oito). As restantes secções têm entre uma e quatro peças. Em ambos os casos predominam as peças sem expressão na capa (gráfico 11),

sendo de assinalar, ainda assim, a existência de sete *chamadas* e seis *manchetes* para os concelhos. As primeiras referem-se ao Montijo (três – duas sobre a construção do novo aeroporto e uma sobre tempos de espera muito acima do recomendado em hospitais, entre os quais o deste município), ao Seixal (duas ligadas ao caso de alegada violência policial no bairro “Jamaica” e uma sobre um duplo homicídio com contornos de violência doméstica) e a Setúbal que “vai ter um parque aquático para desportos radicais”. As *manchetes* são dedicadas aos dois concelhos já referidos: uma para o Montijo (aeroporto) e cinco para o Seixal (três sobre o “Jamaica” e duas sobre o duplo homicídio). No caso da *Margem Sul* faz *manchete* uma notícia sobre reações locais à localização do novo aeroporto na região e as *chamadas* são uma peça sobre “roteiros de bicicleta” que pertence ao suplemento *Fugas* e uma notícia sobre habitação e rendas (pouco) acessíveis.

Tabela 13: Assinatura (2019)		
Assinatura/ Nº de ocorrências	<i>Margem Sul</i>	Concelhos
Por jornalista(s)	5	23
Por leitor	0	3
Por comentador/cronista	1	4
Por redação e Lusa	0	1
Outra	1	0
Não assinada	0	5
Total (43 peças)	7	36

Tabela 14: Géneros jornalísticos (2019)		
Género jornalístico/ Nº de ocorrências	<i>Margem Sul</i>	Concelhos
Breve	0	3
Notícia curta	1	1
Notícia desenvolvida	4	21
Reportagem	0	2
Editorial	0	2
Artigo de opinião	1	4
Carta de leitor	0	3
Total (43 peças)	7	36

A tabela 13 revela que a maioria das peças foi assinada por jornalistas (cinco em sete e 23 em 36) e que não há peças *não assinadas* relativas à *Margem Sul*. O registo *outra* refere-se ao “roteiro” mencionado, sobre o qual não temos mais informações por não se encontrar no caderno principal do jornal (por isso não figura na tabela 14 sobre os géneros jornalísticos). Todavia, considerámos que o destaque dado na capa justifica a referência à peça. Os leitores assinam três peças e os comentadores quatro (coluna dos concelhos), justificando a importância da secção de opinião já identificada. A sociedade expressa-se no jornal sobre a construção de um novo aeroporto no Montijo e sobre os acontecimentos iniciados no bairro do Seixal. As peças sem assinatura visam transportes, regionalização, crime, segurança e dança. No que respeita aos géneros jornalísticos (tabela 14), as *notícias desenvolvidas* predominam – quatro e 21 ocorrências (*Margem Sul* e concelhos). No segundo caso destacamos também a existência de duas *reportagens*: uma com reações dos habitantes do “Jamaica” aos acontecimentos que envolveram o bairro e outra sobre o duplo homicídio igualmente no Seixal.

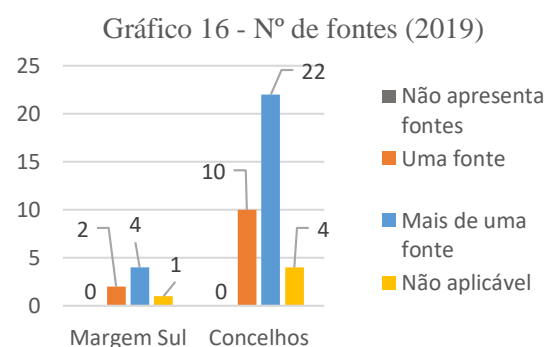
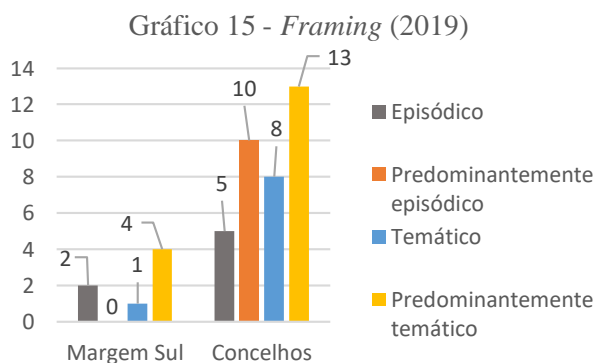


A posição na página (gráfico 12) permite concluir que em ambos os recortes prevalecem as peças principais, havendo 12 ocorrências, nos concelhos, em que as peças ocupam toda a página em que se inserem. Ou seja, em geral é atribuído espaço aos conteúdos sobre a região. Excluindo os casos em que o indicador não é aplicável (gráfico 13), metade das peças estão *conectadas por temática* às restantes da mesma página (11 e duas), enquanto a outra metade não apresenta conexão (13 e duas). O gráfico 14 apresenta a ilustração: cinco peças têm fotografias e duas não são ilustradas no caso da *Margem Sul*. Dessas, quatro estão ligadas ao território: uma placa de trânsito que indica “Campo de Tiro de Alcochete”; prédios do bairro “Jamaica”; um político local (autarca do Seixal); e um descampado, em cuja legenda/destaque abaixo se lê “o encerramento gradual da prisão está previsto até 2020. Deverá ir para a Margem Sul”. Na cobertura referente aos concelhos, apenas oito peças não estão ilustradas: 25 têm *fotografias*, uma tem um *mapa* e duas têm *várias* (num caso uma fotografia e um mapa e no outro uma fotografia e um quadro estatístico). Há 15 ilustrações ligadas ao território: dois mapas, um da base aérea do Montijo/área do aeroporto e outro de bairros da AML; quatro legendas identificam o Montijo/Setúbal/Seixal; seis fotos mostram prédios do bairro “Jamaica”, três incluem moradores e uma um político; atividade industrial/portuária (duas); polícias em frente à escola de Corroios onde encontraram a criança assassinada pelo pai.

Tabela 15: Temas (2019)		
Tema/Nº de ocorrências	<i>Margem Sul</i>	Concelhos
Construção de novo aeroporto	1	6
Acessibilidades	0	1
Política nacional	0	1

Política local	0	1
Justiça, segurança e criminalidade	1	5
Infraestruturas e investimento	2	3
Habitação	1	0
Economia	1	0
Ambiente	0	2
Atividades culturais	0	2
População	0	7
Sociedade (problemas estruturais)	1	8
Violência policial	0	7
Desporto	0	1
Saúde	0	1
Outro	1	2
Total (43 peças/ 55 ocorrências)	7 peças / 8 ocorrências	36 peças / 47 ocorrências

Uma peça sobre a *Margem Sul* contém dois temas, o que resulta em oito ocorrências distribuídas por sete temas (tabela 15): Infraestruturas e investimento (duas); Construção de novo aeroporto; Justiça, segurança e criminalidade; Habitação; Economia; Sociedade (problemas estruturais); e *outro* (peça de lazer sobre roteiros de bicicleta). As peças dedicadas aos concelhos versam sobre 14 temas, somando 47 ocorrências (11 peças referem duas temáticas). *Sociedade (problemas estruturais)* é o assunto mais abordado (oito vezes) devido à discussão em torno das desigualdades sociais no país, motivada pelos acontecimentos iniciados no bairro “Jamaica” (Seixal). Pelo mesmo motivo, *População* é a segunda categoria mais presente, a par da *Violência policial* (inicialmente uma subcategoria que se autonomizou pelo elevado número de ocorrências), com sete ocorrências cada. Destacam-se, ainda, a *Construção de um novo aeroporto* (seis) e a *Justiça, segurança e criminalidade* (cinco), muito devido à preferência do Governo por situar o novo aeroporto no Montijo e, por outro lado, a um duplo homicídio: um homem matou a sogra e a filha de dois anos (após separação da mãe da criança que fizera queixa na PSP por violência doméstica, estando em curso uma disputa judicial pela sua guarda), tendo-se depois suicidado. Em algumas peças, o tema com que tal crime é enquadrado no topo é mesmo “Crime do Seixal”. Os restantes temas surgem entre uma e três vezes.



Através do gráfico 15, é possível afirmar que o número de peças enquadradas de forma tendencialmente episódica é elevado para os concelhos (15 ocorrências). Não obstante, tal número não supera o total de enquadramentos tendencialmente temáticos em nenhum dos dois recortes (21 ocorrências sobre os concelhos). Da mesma forma, o predomínio de peças que recorrem a mais de uma fonte de informação e a ausência de peças em que não há fontes são dados positivos (gráfico 16).

Tabela 16: Vozes presentes (2019)		
Vozes presentes/ Nº de ocorrências	<i>Margem Sul</i>	Concelhos
Voz do autor (inclui	1	9
Media	2	0
Políticos nacionais	2	28
Políticos locais	13	5
Instituições públicas e de	2	18
Forças de segurança	0	13
Empresas	6	6
Sociedade civil organizada	8	15
Pessoas singulares	1	51
Outra (ex. Estudos e	3	16
Total	38	161

Tabela 17: Vozes presentes da região (2019)		
Vozes presentes (da região) / Nº de ocorrências	<i>Margem Sul</i>	Concelhos
Políticos locais	8	3
Instituições públicas e de	0	1
Empresas	4	3
Sociedade civil organizada	5	4
Forças de segurança	0	2
Pessoas singulares	0	36
Outra (ex. Estudos e	0	2
Nenhuma/Impossível	5	21
Total (vozes/ocorrências)	17 / 22	51 / 72

A tabela 16 confirma a existência de várias vozes distribuídas por nove grupos de intervenientes, onde salientamos 13 ocorrências para *Políticos locais*, oito para *Sociedade civil organizada*, seis para *Empresas* e o recurso a outros *Media* como fontes em duas peças (resultados da *Margem Sul* que totaliza 38 vozes). A cobertura ligada aos concelhos atribui um terço das 161 vozes a *Pessoas singulares* (51 casos), seguindo-se *Políticos nacionais* (28) e *Instituições públicas e de poder* (18). Apesar do número aparentemente elevado, são apenas 14 (em 36) as peças em que falam pessoas singulares, contra 10 que dão voz a políticos nacionais e 11 às instituições. Tal explica-se por haver seis peças em que é pedido a pelo menos quatro pessoas (que se encontram numa manifestação, por exemplo) que deem a sua opinião sobre um acontecimento recente. O número de vozes cai para metade (*Margem Sul*, com 17) e para um terço (concelhos, com 51) quando nos restringimos a pessoas/entidades ligadas à região (tabela 17). Apesar de haver cinco peças sem voz local, os intervenientes mais presentes mantêm-se na *Margem Sul*. Com 21 peças sem intervenção ativa local e com a exclusão dos *Políticos nacionais*, os concelhos veem acentuar-se o fosso entre a categoria mais presente *Pessoas singulares* (36 casos) e a segunda *Sociedade civil organizada* (quatro).

Tabela 18: Referências sem voz ligadas à região (2019)		
Referências sem voz ligadas à região / N° de ocorrências	<i>Margem Sul</i>	Concelhos
Políticos locais	0	2
Forças de segurança	0	1
Sociedade civil organizada	0	1
Pessoas singulares	0	27
Concelhos	0	6
Outra (ex. Estudos e relatórios)	0	1
Nenhuma/impossível determinar	7	18
Total (referências / ocorrências)	0 / 7	38 / 56

Tabela 19: Protagonismo (2019)		
Protagonismo/ N° de ocorrências	<i>Margem Sul</i>	Concelhos
Políticos nacionais	1	6
Políticos locais	2	1
Forças de segurança	0	1
Instituições públicas e de poder	0	4
Empresas	1	1
Sociedade civil organizada	0	1
Voz do autor (inclui redação)	1	9
Pessoas singulares	1	9
Total	7	36

Para além das vozes ativas, os concelhos apresentam 38 menções a pessoas/locais ligados à região (tabela 18). Destaca-se novamente a prevalência de *Pessoas singulares* (27 casos) e dos *concelhos* em si (seis). Quanto ao protagonismo, a tabela 19 mostra que é bastante equilibrado. Na *Margem Sul* apenas uma categoria protagoniza duas peças (*Políticos locais*). *Políticos nacionais*, *Empresas*, *autores* e *Pessoas singulares* surgem uma vez. Ao contrário do que seria de esperar, vendo os indicadores anteriores sobre as vozes, a categoria *Pessoas singulares* lidera o protagonismo (nove peças) em conjunto com as vozes dos autores das peças, já que estes protagonizam todas as peças que escrevem (nove). Importa igualmente referir que há seis *Políticos nacionais* como protagonistas e quatro *Instituições públicas e de poder*, aplicando-se o mesmo número para a categoria *Outra* (com destaque para estudos citados nas peças) e aos grupos de intervenientes que protagonizam uma peça.

Gráfico 17 - Presença de discurso subjetivo (2019)

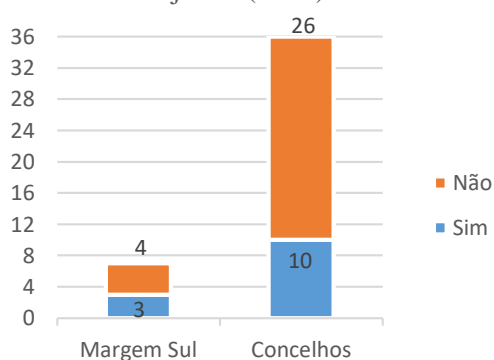
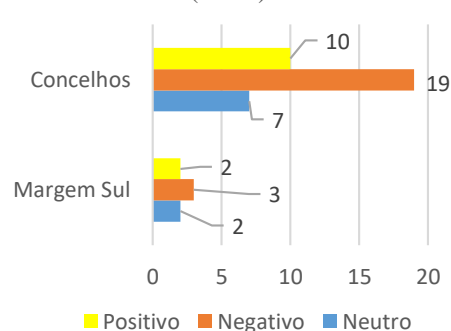


Gráfico 18 - Tom dominante (2019)



É visível discurso subjetivo em metade das peças sobre a *Margem Sul* (uma das peças classificada como *não* é o roteiro que surge na capa, onde não é possível confirmar

a presença ou ausência de subjetividade) e em 10 das 36 peças referentes aos concelhos (gráfico 17). Uma vez que os concelhos não serão alvo de análise qualitativa, salientamos a primeira notícia da polémica intervenção policial no “Jamaica” que se refere aos acontecimentos antes da chegada da polícia da seguinte forma: “Tinham-se juntado para festejar o aniversário de uma amiga. Uma festa normal para a família Coxi e outros atuais e antigos moradores do Bairro da Jamaica, no Seixal”. Consideramos que esta formulação não é neutra. Noutro contexto não seria necessário referir que a festa era “normal”, o que revela um estigma e influencia a leitura do resto da notícia sobre a intervenção da polícia. Por fim, o tom dominante é negativo em ambos os recortes (gráfico 18).

Em suma, os dois grupos de resultados de 2019 (*Margem Sul* e concelhos) apresentam uma distribuição temporal semelhante, com picos de representatividade na semana após o acontecimento-chave e posterior regresso aos valores anteriores. Os concelhos mais mencionados (Seixal e Montijo) refletem os assuntos principais colocados nas secções *Sociedade* e *Espaço Público*: Construção de novo aeroporto; acontecimentos em torno do bairro “Jamaica” e duplo homicídio “do Seixal”. Estes temas são os maiores responsáveis pelas manchetes/chamadas (municípios) e, os dois primeiros, pelas referências à *Margem Sul* (acrescenta-se reconversão de edifícios, rendas para habitação e estabelecimento de uma indústria). As assinaturas por jornalistas e as notícias desenvolvidas predominam em ambos os recortes, embora o discurso subjetivo esteja presente. Um número considerável de peças ocupa uma página completa ou conecta-se, pela sua temática, com as restantes. Além disso, a maioria das peças estão ilustradas com fotografias. Destas ilustrações, quatro em cinco (*Margem Sul*) e 15 e 25 (concelhos) relacionam-se com o território. Prevaecem enquadramentos mais temáticos, tom negativo e número/tipo de vozes diversificado, principalmente sobre o protagonismo. Contudo, há poucas vozes regionais e um predomínio de vozes de *Pessoas singulares* que corresponde à audição de muitas pessoas em relativamente poucas peças.

6.3. Resumo comparativo (quantitativo): 2007/2019

A primeira diferença entre os dois períodos de cinco semanas analisados é o número de peças, que decresceu para cerca de metade. Em 2007 havia 89 peças (48 sobre os concelhos e 41 com referência à *Margem Sul*) e em 2019 identificámos 43 (36 para os concelhos e sete para a *Margem Sul*). As alterações na estrutura do jornal contribuem para

explicar tal diferença, uma vez que a publicação passou a privilegiar notícias maiores (em extensão e tamanho de letra), o que fez subir a proporção de enquadramentos tipicamente temáticos, independentemente da sua correção e/ou variedade. Por exemplo, em 2007 os concelhos contaram com 33 peças na secção *Local*, número reduzido para quatro em 2019; a prevalência alterou-se de *notícias curtas* para *notícias desenvolvidas*. Há, por isso, menos temas tratados, mas uma maior preocupação em fornecer contexto. Contudo, menos episódios de carácter regional e o fim da secção *Portugal* (subdividida em *Política* e *Sociedade*) deixam antever uma diferente seleção das abordagens (aumenta o tom negativo) e temas que interessam a todo o país. Mantém-se uma presença considerável, com contornos distintos, do tema *Justiça, segurança e criminalidade* (concelhos). Porém, assistimos ao decréscimo de peças sobre reorganizações territoriais e de recursos (ou a sua necessidade), o que não promove o desenvolvimento regional sustentado.

A *Margem Sul* apresenta a redução mais acentuada, explicável pela utilização desse termo nas declarações que causaram polémica em 2007. Não obstante, vai sendo possível observar utilizações da expressão, em ambos os períodos, não relacionadas com as palavras do ministro, uma questão a analisar no próximo tópico. A discussão sobre a construção de um novo aeroporto foi um assunto transversal, cujo enfoque passou para os concelhos no segundo período avaliado. Neste segundo momento, foi por vezes “ofuscada” por polémicas mais momentâneas (caso “Jamaica” e “crime do Seixal”) que caracterizam a cobertura mediática cada vez mais marcada por discussões exaustivas e emotivas que fazem manchetes e se esquecem rapidamente perante uma nova polémica (em 2007, o tema principal voltou com novas perspetivas, em 2019 foi substituído).

Em geral, a diversidade de situações em que os concelhos aparecem é maior (Setúbal liderou as referências em 2007; Seixal em 2019), mas limitada e igualmente com poucas presenças em capa, atendendo ao universo de acontecimentos e problemáticas a tratar numa área tão vasta (ver capítulo III e Síntese teórica). A restrição da presença dos concelhos fez com que menos municípios tivessem expressão na segunda fase temporal. A secção *Espaço Público* revelou-se importante para a *Margem Sul* em 2007, permitindo abordagens que escapavam à cobertura jornalística, tendo o mesmo sido verdade em 2019, mas para os concelhos que estavam no centro das discussões públicas. Em 2019, há menos peças secundárias e mais principais ou páginas completas, muito devido às alterações mencionadas. Como fatores positivos destacamos a assinatura da maioria das peças por jornalistas, o recurso habitual a várias fontes de informação e a ilustrações (cuja

ligação ao território aumentou em 2019, embora continue baixa), assim como o recuo da preponderância dos políticos como vozes, mais notória nos concelhos. Contudo, tal acontece num número reduzido de temas, havendo, isso sim, várias peças em que falam muitas pessoas singulares. É igualmente negativo o facto de ser dada voz a intervenientes locais em poucas situações, característica transversal aos dois períodos e à cobertura, quer dos concelhos, quer da *Margem Sul*.

6.4. Representação da *Margem Sul* em 2007 e 2019: resultados qualitativos (texto)

Atendendo à pergunta principal da investigação, vamos organizar os 48 resultados que mencionam a *Margem Sul* de modo a caracterizar a cobertura anterior (duas semanas), durante (peças do dia seguinte, ou seja, as primeiras reações na versão impressa do jornal) e após os acontecimentos-chave (três semanas). A análise a cada peça pode ser consultada no anexo III.

6.4.1. *Margem Sul*: uma nomeação que varia

Destacamos, em primeiro lugar, o contraste entre uma forte nomeação da *Margem Sul* no primeiro momento e a quase ausência no segundo. A natureza diferente, quer dos acontecimentos, quer da própria organização do jornal, que motivou essa diferença, foi já explorada no resumo comparativo da análise quantitativa (ponto imediatamente acima).

Ainda assim, importa conceder um olhar mais próximo às peças identificadas antes dos acontecimentos-chave enquanto pistas daquilo que seria a cobertura de rotina, relativa à *Margem Sul*, em cada momento. Embora o número de peças tenha sido muito díspar (41 em 2007 e sete em 2019), nas semanas que antecedem os acontecimentos-chave o total de peças que mencionam a *Margem Sul* foi semelhante: três em 2007 (peças 1, 2 e 3) e duas em 2019 (42 e 43). Têm em comum o facto de configurarem a *Margem Sul* como território onde podem vir a acontecer coisas: ser construído um aeroporto (em 2007 através de um artigo de opinião – peça 1 – e em 2019 numa notícia desenvolvida – peça 42) ou um hospital (2007, peça 2); episódios de discriminação e estigma contra os residentes na região (artigo de opinião de 2007 – peça 3); passeios de lazer em bicicleta (2019, peça 43). Apenas a notícia de 2019 relativa ao aeroporto tem vozes locais e tanto este como o hospital não têm a sua construção iniciada em maio de 2020, o que revela uma disparidade entre o que foi noticiado e investido na região.

O dia seguinte aos acontecimentos-chave (declarações do ministro e intervenção policial no bairro) ficou marcado pela publicação de uma peça em cada momento, onde consta a expressão *Margem Sul*. Em 2007, as declarações em que o ministro chama “deserto” à região são tratadas no texto jornalístico com a neutralidade que caracteriza a transcrição das palavras de políticos (ver peça 4 no anexo III). Já em 2019, a situação foi diferente: a região foi mencionada na peça 44 que nada tem a ver com o acontecimento-chave. É uma notícia sobre arrendamento e desfasamento entre o valor por metro quadrado reconhecido pelo INE e aquele que é praticado em Lisboa, com referência secundária à *Margem Sul*.

Houve 37 peças depois do acontecimento principal, no primeiro momento, e quatro, no segundo, o que sugere uma indignação de vários intervenientes ligada à forma como o ministro Mário Lino classificou a *Margem Sul*. A opção por acontecimentos-chave com características distintas foi pensada com o propósito de perceber se uma polémica que envolvia um bairro de uma localidade específica (Seixal), numa altura em que prosseguia a discussão sobre o novo aeroporto, conseguia mobilizar a utilização da expressão *Margem Sul* como verificámos na análise exploratória que acontecera em 2007.

As quatro peças identificadas em 2019 revelam que, após o acontecimento-chave, a *Margem Sul* não foi notícia por causa do aeroporto. Houve uma notícia (peça 45) e um artigo de opinião (peça 46) a referir a *Margem Sul* no seguimento dos acontecimentos no bairro Jamaica e duas notícias com outros temas: a peça 48 refere a *Margem Sul* como possível nova localização para uma prisão que ia sair de Lisboa (portanto o tema é o planeamento urbano em Lisboa); outra (nº 47) dá conta do estabelecimento de uma fábrica no Seixal e de futuros investimentos nesse sentido.

Em 2007, pelo contrário, o que mais se destaca é que apenas cinco das 37 peças não têm como tema a construção do aeroporto ou as declarações de Mário Lino sobre a região. Duas são referências secundárias e únicas, relacionadas com transportes: a peça 15 no âmbito das eleições intercalares para a Câmara de Lisboa; a peça 19 prevê os efeitos de uma greve geral. Há uma notícia (peça 21) sobre a pouca aceitação do metro de superfície na *Margem Sul*, uma (nº 30) sobre a vontade de três municípios (Barreiro, Almada e Seixal) pensarem a reconversão de ex-espacos industriais nas áreas ribeirinhas em conjunto; e outra (nº 39) sobre a detenção de um suspeito na posse de haxixe que reside na “margem sul do Tejo”.

6.4.2. Padrões de representação e configuração da *Margem Sul*

Feitas as considerações por período temporal, passamos a explicitar padrões de representação e configuração da *Margem Sul* em resposta às perguntas formuladas.

Responder à questão sobre se o território aparece como um *lugar próximo e/ou distante* implica perceber a que atributos é associado: conjunto de “locais planos” e acessíveis onde seria mais fácil e mais barato construir o aeroporto relativamente à Ota, pois existem infraestruturas, crescimento demográfico, atividade económica, sítios com e sem entraves ambientais e proximidade a Lisboa (peças 1, 5, 6, 12, 32, 38); estigma e tensão (3, 25, 27, 45, 46); deserto (4, 35, 36); conjunto de municípios/intervenientes com posições comuns (5, 25, 27, 29, 34); alvo de interesses de grandes grupos económicos através da cobrança de portagens (5, 17); má opção para o aeroporto (4, 17, 20); alvo de incumprimento de promessas políticas (10, 11, 12, 29); população que “ainda” prefere um meio de transporte (21); necessidades de reconversão de espaços e investimento (30, 34); oportunidade (30, 34, 40, 42, 47); local de residência de um suspeito detido por posse de droga (39); lazer em bicicleta (43); local para onde é necessário ir viver para poder pagar o preço de arrendamento (44); retoma industrial (47).

Há, ainda, peças que mencionam a *Margem Sul* referir atributos (ex. local onde vai estar o camelo; opinião de habitantes sobre o aeroporto; município onde se projeta a construção de um hospital) ou onde a região surge de forma secundária (ex. no âmbito das eleições para a Câmara de Lisboa ou de outros assuntos relacionados com a capital).

A preponderância da discussão em torno do novo aeroporto marca os atributos associados à *Margem Sul*, predominando vozes sem ligação à região que falam da mesma numa perspetiva de interesse nacional: unidade territorial pronta ou não (consoante a perspetiva de quem fala) para receber o aeroporto. Mesmo as respostas às declarações do ministro seguem esta lógica ou mencionam-nas apenas como contexto. A intervenção de leitores da *Margem Sul* através de quatro cartas e a visibilidade dada a políticos locais ou aos seus habitantes permitiu tornar a região mais próxima em alguma cobertura (minoritária), sendo um espaço onde se percebe que há necessidades ao nível do investimento público (geralmente em resposta a Mário Lino) e uma capacidade de mobilização local que se traduz num reconhecimento de vários municípios como pertencentes à *Margem Sul*, correspondendo de modo geral à Península de Setúbal e, por vezes, aos municípios integrados na Associação de Municípios da Região de Setúbal.

Ainda assim, as peças onde mais se evidencia a voz dada a habitantes locais revelam uma estratégia discursiva de “estranhamento” que recupera a sensação de distância na representação do território.

A única reportagem presente (peça 41) avalia a reação dos habitantes de Alcochete à possibilidade de o aeroporto ser construído na *Margem Sul*. Contudo, a desconfiança de um residente e a referência ao largo “onde está a estátua do padre milagreiro” procuram transmitir a ideia de simplicidade da população, que reza à estátua do padre. A descrição dos entrevistados sugere, assim, distância entre a jornalista e as pessoas que retrata e Alcochete parece uma pequena terra longínqua.

A outra ocasião em que se associa estranhamento e população é uma notícia curta (peça 21) sobre escolhas de transporte da população. O advérbio “ainda” sugere que a preferência pelo autocarro relativamente ao novo metro de superfície se irá alterar ou que está desfasada relativamente ao que seria suposto, o que constitui uma forma de “estranhamento”. O novo transporte tinha um troço reduzido que incluía paragens na freguesia de Corroios (Seixal) e em algumas freguesias de Almada (ia até à Cova da Piedade). Assim, a expressão “população da Margem Sul” é indevidamente generalizante.

Por outro lado, verifica-se uma associação considerável entre a *Margem Sul* e situações caricatas/inesperadas: um ministro que chama “deserto” a uma região do país, uma juventude partidária que responde com um cartaz e trazendo um dromedário para Almada, um colóquio no Parlamento que é “animado” após a “surpresa” que constituiu a mudança de decisão do ministro relativamente à construção do aeroporto na Ota.

6.4.2.1. Características estigmatizantes

Outra condição para aferir a proximidade ou distância na representação do território é a presença de características estigmatizantes e toda a discussão em torno das declarações de Mário Lino é marcada pelo estigma. Diretamente quando o ministro se refere à *Margem Sul* como um “deserto” onde faltam pessoas, infraestruturas e atividade económica; indiretamente na medida em que muito do espaço atribuído à região visa apresentar “ideologias” para explicar a sua inferioridade como entidade estigmatizada e exaltar infraestruturas (ex. hospital ou autoestrada) como capacidades extraordinárias.

Por um lado, talvez de modo a não estigmatizar uma localidade específica, a *Margem Sul* é referida na peça 39, de forma genérica, como local de residência de um

suspeito de tráfico de droga detido. No sentido oposto, o artigo de opinião de 2007 (peça 3) explicita o estigma associado ao território, falando dos seus residentes como alvo de discriminação na atribuição de cargos. Fica implícito, por exemplo, que os edifícios onde os “distribuidores de pizzas recusam entrar” se situam na *Margem Sul*.

Ainda relacionadas com a perpetuação do estigma, estão duas situações: a identificação de tensões entre territórios do país e a circulação de discursos de ódio.

O exemplo mais claro de situações de tensão é a acesa troca de argumentos entre aqueles que defendiam o aeroporto na *Margem Sul* (Rio Frio, Faias, Poceirão, Alcochete ou Montijo) ou na Ota, marcada por questões que geram um clima de desconfiança sobre a natureza da opção por um local ou por outro. A favor da *Margem Sul* pesa principalmente o facto de existir a ponte Vasco da Gama, autoestradas e locais planos, próximos de Lisboa. Os seus opositores referem impactos ambientais, custos associados à cobrança de portagens e, no início da análise, um subdesenvolvimento geral da região (“deserto”) e maior distância relativamente a Lisboa. Aliás, Lisboa é o território central em seis peças (quatro de 2007 e duas de 2019).

A segunda situação - possibilidade de discursos de ódio - manifesta-se através de “faltas”, “excessos” ou “estranhamentos” contidos no texto. Estes podem potenciar a circulação de discursos de ódio na medida em que dão origem a discursos jornalísticos mais simplistas e generalizantes.

6.4.2.2. Estranhamento, excesso, falta

O artigo de opinião onde a autora aponta o estigma associado à *Margem Sul* foi considerado “estranho” pela sua própria introdução à margem do tema principal e pode ser visto como um “estranhamento positivo”. Houve apenas um caso de “excesso” na peça 2 que revela a intenção do Governo de construir um hospital no Seixal. Este espelha a visão política da questão: é sempre suposto que as unidades de saúde funcionem em rede e em complementaridade, pelo que o reforço dessa explicação visa contrariar a ideia de que o hospital previsto não iria ter condições de responder às necessidades existentes. Por fim, a “falta” refere-se à utilização da expressão *Margem Sul* sem a associar a um município ou conjunto de municípios em casos onde tal informação seria essencial (ex. peças sobre questões ambientais ou infraestruturas no âmbito da discussão sobre o aeroporto). Mesmo quando essa referência é feita surgem situações de generalização

indevida, onde se destaca a peça 21 sobre a aceitação do metro de superfície e outra, de 2019 (nº 47), sobre o estabelecimento de uma fábrica no Seixal que marcaria o “regresso da Margem Sul à indústria” quando houve indústrias que se mantiveram na região e estamos a falar do estabelecimento de uma empresa em apenas um concelho.

6.4.2.3. Metáforas e emoções

O rigor do texto jornalístico implica a ausência de recursos sensacionalistas, pelo que avaliámos a presença de metáforas e apelos emocionais nas peças analisadas. Numa notícia (peça 20) é afirmado que o ministro ia “dar explicações sobre ‘deserto’” para dizer que o político ia expor as suas objeções para a construção do aeroporto na *Margem Sul* (e não comentar as suas declarações iniciais); noutra (nº 35), o ministro ter evitado cruzar-se com as pessoas que assistiam às comemorações do 10 de junho, em Setúbal, deu origem a um título criativo e interpretativo “O ‘deserto’: Lino evita contacto com população”; já a peça 36 deixa transparecer “uma verdadeira surpresa” e assinala a ironia de o ministro “há dias” ter classificado uma região como “deserto” para depois anunciar “a realização de novos estudos pelo Estado para avaliar a opção Alcochete”. Para além das referidas exceções, o texto jornalístico manteve-se neutro neste aspeto (inicialmente incluindo as afirmações do ministro numa peça sobre outro tema, como vimos). Já referimos que a cobertura de acontecimentos caricatos tem características próprias e acrescentamos que a expressão *deserto* surge sempre entre aspas.

É nos artigos de opinião, nas cartas dos leitores e nas intervenções de pessoas da região nas notícias que se evidencia a utilização de recursos estilísticos e apelos emocionais, resultantes da identificação com a região e da necessidade de refutar as afirmações do ministro Mário Lino. Por exemplo, o representante da Associação Democrática de Utentes da Ponte 25 de Abril considera a portagem paga por quem se desloca a Lisboa através da ponte um “assalto”.

Esta constatação leva-nos ao ponto seguinte: os aspetos nos quais concordam e diferem os diversos tipos de vozes ouvidas.

6.4.3. Vozes locais: minoritárias, interpelantes, indignadas

Apenas 15 das 48 peças recorrem a vozes locais (habitantes, empresários, associações e políticos locais, etc.). Há um consenso em torno da vontade de ver um

aeroporto construído na região, embora em 2019 haja divergências sobre a melhor localização, entre Alcochete e Montijo. Para além disso, a indignação e forte oposição às declarações de Mário Lino são evidentes, coexistindo argumentos baseados nas características do território e emoção. Várias vezes é chamada a atenção não só para as infraestruturas já existentes, mas também para as necessidades de investimento que se verificam, com destaque para políticos locais que interpelam os centros de decisão e para ativistas, que protestam. A incongruência do Governo que identifica fragilidades na região sem cumprir promessas realizadas no sentido de as resolver é constatada por diversos intervenientes. No que toca aos habitantes, há uma diferença entre aqueles que expõem a sua opinião nas cartas, com um discurso interpelativo e articulado, e aqueles que são ouvidos em reportagem, onde sobressai uma rusticidade associada à desconfiança sobre mudanças ao nível dos transportes (peça 21) e possíveis alterações provocadas pela construção do aeroporto (peça 41).

6.4.4. Expressões territoriais “politicamente corretas”

Relacionada com o que é dito pelas vozes e pelo próprio texto jornalístico, encontramos a discussão recente sobre a vontade de ser (ou não) “politicamente correto” enquanto condicionante da forma como são realizados enquadramentos. Em 2007, por exemplo, ninguém defendeu as declarações do ministro como politicamente incorretas, nem as pessoas que apontaram pontos fortes e fracos da *Margem Sul* foram apelidadas de politicamente corretas. Por outro lado, embora isso não se reflita na cobertura sobre a *Margem Sul*, os acontecimentos desencadeados no Seixal em 2019 deram origem a uma troca de acusações nesse sentido. Assim, vamos limitar-nos a avaliar um fator onde tal preocupação pode manifestar-se de forma implícita: a coexistência, em diferentes contextos discursivos, das expressões *Margem Sul*, *Margem Sul do Tejo* e *Margem Norte*.

A expressão mais utilizada é *Margem Sul*, o que seria expectável porque foi como Mário Lino se referiu à região nas suas declarações. A maioria das vozes ouvidas, locais e não locais, utiliza a expressão, sem que isso acarrete um estereótipo ou uma identificação com o território, à partida. Aliás, *Margem Sul* é a expressão utilizada em dois artigos de opinião (um de 2007 e outro de 2019) que se manifestam contra a estigmatização deste território.

A expressão *Margem Sul do Tejo* surge principalmente quando os próprios jornalistas procuram distanciar-se das declarações proferidas pelo ministro das Obras

Públicas ou sugerir neutralidade sobre o tema da localização do futuro aeroporto. Este padrão é quebrado apenas pela carta de um leitor de Almada (peça 10) que, recorrendo à ironia, utiliza a expressão *Margem Sul do Tejo* e cria, deste modo, um falso distanciamento perante a região. Fora do âmbito do aeroporto, a expressão completa foi utilizada em duas situações (2007): enquanto localização da cerimónia de celebração do 10 de junho e local de residência de um suspeito detido por posse de droga.

Quanto à expressão *Margem Norte*, foi utilizada apenas duas vezes (uma notícia em cada momento). Numa secção de “reações” ao recuo do Governo na decisão de construir o novo aeroporto na Ota, inserida numa notícia desenvolvida (peça 36), o candidato do CDS/PP à Câmara de Lisboa recorre à expressão referida para falar sobre a opção Ota, em oposição à *Margem Sul*. Ou seja, refere-se a ambas as margens com os mesmos termos e apenas exigindo que sejam avaliadas todas as opções de forma séria, sem expressar uma preferência. Em 2019, uma notícia curta (peça 45) surge cinco dias após a intervenção policial no bairro “Jamaica”, no Seixal, dando conta de que os conflitos não se confinam a esta localidade. Uma vez mais sem vozes locais, dá conta de “uma reflexão política” sobre os “acontecimentos dos últimos dias, que começaram no Seixal, mas se espalharam a vários concelhos da área metropolitana de Lisboa, tanto na margem Norte como na Sul”. A generalização que inclui a *Margem Norte* indica que há tensões em vários locais da AML, levando a questão a merecer uma reflexão nacional, pelo que aqui se tenta afastar o estigma de um território específico.

Há ainda, noutra ocasião, uma presença da expressão *Lisbon South Bay*, marca geográfica para “vender” a região comercialmente (peça 47).

Em suma, a estigmatização está presente em várias peças, por vezes de forma subtil ou associada ao combate contra a mesma. É evidente a importância da “polémica” como valor-notícia nas peças que referem a *Margem Sul*, o que se verifica principalmente com o destaque dado à construção do novo aeroporto e às declarações que o ministro das Obras Públicas proferiu sobre a região. Mesmo as peças que tratam outros temas refletem um sentimento de orgulho relativamente ao território por parte dos intervenientes locais, associado, no entanto, a uma necessidade de justificar alguns pontos fracos ou de inferioridade, com a falta de investimento nacional que, na sua visão, resolveria os problemas materiais identificados e, talvez por extensão, as questões sociais.

Por outro lado, quer o texto jornalístico, quer os atores locais, veem as raras ocasiões em que estão em causa oportunidades associadas ao território como momentos

de promoção de informação (quase publicidade). O melhor exemplo é a notícia onde se dá conta do estabelecimento de uma indústria no Seixal, como se fosse a “salvação” de uma região ansiosa por voltar a ter atividade industrial (peça 47).

6.5. Que imagens da *Margem Sul*

A análise às imagens cingiu-se àquelas com ligação direta ao território. Assim, centrámo-nos em 17 (13 de 2007 e quatro de 2019) para caracterizar a forma como a *Margem Sul* é representada. A análise a cada imagem encontra-se no anexo IV.

Em 2007, as declarações de Mário Lino e a discussão associada à construção de um novo aeroporto são responsáveis por 10 imagens. As restantes três devem-se à previsão dos efeitos de uma greve geral nos transportes, à avaliação da aceitação do novo metro de superfície disponível em Almada e Seixal e à constatação da necessidade de requalificar os ex-espços industriais do arco ribeirinho (Almada, Seixal e Barreiro).

A gramática visual de Kress e Van Leeuwen (1996; 2006) sugere a análise de imagens por três funções: *representacional*, as maneiras de se representar o que está na imagem, incluindo significados narrativos e conceituais; *interacional*, as relações estabelecidas entre os participantes representados, os produtores da imagem e os espetadores; e *composicional*, a forma pela qual os recursos anteriores se integram para estruturar e dar coerência à significação. Apresentamos, em seguida, as conclusões que a sua aplicação permitiu retirar.

No que respeita à *função representacional*, assinalamos a ausência quase total de pessoas nestas imagens, a existência de uma representação simbólica (mapa), a forte presença de espaços abertos (urbanos, rurais e descampados), de infraestruturas (antigas indústrias, prédios habitacionais degradados ou em bom estado, a ponte 25 de Abril fotografada de sul uma vez, o que é pouco habitual) e de meios de transporte (barco, autocarro e metro de superfície).

Em duas fotografias decorrentes de uma ação de rua, a *função interacional* é a mais notória: o cartaz onde se lê “Na Margem Sul só conhecemos este camelo” e uma imagem do dromedário enquanto o animal esteve numa movimentada rotunda de Almada. Ao contrário da maioria das imagens, que são de arquivo, estas foram tiradas à data dos acontecimentos e apresentam a interpelação de atores do evento (a iniciativa da juventude partidária, que se apresenta a falar pela voz coletiva da região, “só conhecemos”) ao leitor.

No primeiro caso, trata-se da imagem de um cartaz que iria ser colocado em *outdoors* visíveis a partir de autoestradas, no distrito de Setúbal, e que só pode ser compreendido por quem tiver conhecimento sobre as declarações que lhe deram origem (recordadas no texto). A imagem do cartaz apresenta um camelo, uma seta e a frase citada, num fundo de areia e céu (deserto). O camelo está a fazer pose como um objeto em exposição. No segundo caso, a fotografia incide sobre o dromedário como referimos. Voltaremos a falar das peças 13 e 16 para explicitar aspetos de composição.

Salientamos também a presença pouco habitual de uma imagem na carta de uma leitora (peça 12), cujo título questiona “A Margem Sul é um deserto?”. A fotografia escolhida mostra a ponte 25 de Abril ao longe e, em primeiro plano, um denso conjunto de prédios para habitação, num raro momento em que a ponte é fotografada da perspectiva da *Margem Sul*. Deste modo, a imagem escolhida pela redação visa responder rapidamente à questão colocada no título pela leitora.

Por fim, a atenção vai para a *função composicional*, cujo principal propósito é avaliar o modo como os elementos imagéticos contribuem para o estabelecimento de diferentes relações entre o texto e as ilustrações. Identificámos cinco tipos de relações: redundância/ilustração (cinco), complementaridade/confirmação (nove), oposição (uma), confrontacional (uma) e outra (uma). Atendendo a que a categoria mais presente reúne as ilustrações que acrescentam informação, podemos afirmar que a falta de diversidade no que concerne aos elementos presentes nas imagens se deve mais à pouca abrangência temática do que a uma escolha pobre das imagens. Não obstante, 13 das 30 peças ilustradas incluem imagens sem ligação ao território e 14 das 17 em que essa ligação existe são (ou aparentam ser) de arquivo.

As imagens ligadas à “ação do camelo” apresentam uma relação de complementaridade com os respetivos textos. No entanto, dado o contexto que originou o cartaz, a imagem poderia ser maior na peça 13, o que revela a escolha editorial de limitar a sua força. Para além disso, a reduzida dimensão da fotografia torna difícil ler as letras do cartaz, reproduzidas numa legenda que supera o tamanho da imagem, reforçando a ideia de que esta não é plenamente aproveitada.

No segundo caso (peça 16), vemos o oposto: uma fotografia grande numa secção dedicada a *breves*. Os elementos presentes são o dromedário (excluindo as patas porque o enquadramento começa mais acima), alguns prédios de Almada ao longe e um imenso céu que acaba por ter destaque. Outros aspetos são secundarizados, dado que a realidade

envolvente é deixada fora de campo (a estrada, a rotunda onde estava o animal, o trânsito, etc.). Depreende-se que o acontecimento importa, mas é fotografado como um caso insólito, com a prevalência de elementos espetaculares.

Num artigo de opinião (peça 17), a fotografia revela uma complementaridade inesperada com o texto. Não existe relação entre o título “Imprensa militante” e um lago, seguido de um terreno e de torres de um espaço industrial aparentemente desativado no limite do enquadramento. O texto compara a *Margem Sul* e a Ota, enquanto possíveis localizações para a construção de um novo aeroporto, com o objetivo de denunciar a preferência mediática pela *Margem Sul*, errada do seu ponto de vista. Assim, a imagem subtilmente ganha a força de confirmar as palavras perante o leitor. A composição e escolha dos elementos representados aponta para um cenário abandonado e longínquo, onde não há pessoas ou estradas e as fábricas surgem ao longe (a água é o principal elemento, o que constitui um obstáculo para a construção de infraestruturas e recorda a discussão ambiental em torno das localizações sugeridas na *Margem Sul*). Embora não seja dito diretamente que o local fica na *Margem Sul*, a imagem descredibiliza a região como opção para o aeroporto.

Há ainda duas notícias a merecer destaque neste ponto. Uma representa um modo de complementaridade comum (peça 30): o título refere a vontade autárquica de “dinamizar as zonas ribeirinhas” e o corpo do texto liga essa dinamização à revitalização de antigas áreas industriais, sendo uma delas o espaço onde funcionava a Quimiparque. Ao permitir ver esse local, a fotografia contribui para situar o leitor no espaço. A outra peça (nº 38) contém um mapa que fornece informação sobre um estudo associado ao aeroporto e aos menores impactos ambientais de Alcochete (relativamente à Ota), mencionado no título e corpo do texto. O mapa mostra a área metropolitana de Lisboa, assinalando o nome de algumas localidades, ligações (possivelmente rodoviárias) entre as mesmas, a zona migratória de aves e, com um retângulo, as freguesias da Ota e de Alcochete. Do lado direito é feito *zoom* sobre a área ocupada pelo campo de tiro de Alcochete (delimitada a azul), onde se insere a “melhor alternativa” para o aeroporto (delimitada a laranja). Percebemos, assim, questões como distâncias e localizações geográficas, numa perspetiva geral e em comparação direta.

A situação de oposição regista-se na peça 5. O título dá conta da união dos partidos da “oposição” na crítica às declarações de Mário Lino sobre o “deserto” da *Margem Sul*. A imagem mostra um descampado, o que não se revela uma boa escolha. Embora a

legenda refira “Ota”, o seu tamanho é reduzido, pelo que pode passar despercebida. Há outras situações em que a *Margem Sul* é associada a espaços semelhantes, embora tenham sido incluídas na categoria redundância/ilustração por não existir uma oposição clara.

Categorizámos a imagem da peça 32 – sobre o campo de Tiro de Alcochete como localização provável para a construção do aeroporto – como *confrontacional* por surgir depois das declarações que associavam a região a um deserto. Seria expectável vermos uma imagem do campo de tiro ou do município de Alcochete, mas o que vemos é um avião (em destaque) a sobrevoar prédios, no limite inferior do enquadramento. Neste caso, a *Margem Sul* aparece associada à existência de infraestruturas de habitação.

Numa imagem fotográfica (peça 21) não é possível perceber se complementa o texto ou se, pelo contrário, se opõe. A notícia diz que o metro de superfície é pouco utilizado. Todavia, a imagem não permite ver o interior das carruagens (apenas o exterior), havendo muitas pessoas paradas nas proximidades da paragem que não sabemos por que motivo lá estão.

Vejamos agora as ilustrações de 2019 onde se manifesta a questão do território (peças 42 e 44).

A inserção de uma fotografia num artigo de opinião não é habitual, mas aconteceu na peça 46, “Do Jamaica à Caixa, dois Portugais”. Não se veem pessoas e um prédio inacabado enche o enquadramento, marcado igualmente por um céu cinzento. Os traços no prédio parecem mais artísticos do que reais. A força obtida explica-se pela capacidade da imagem de dar a entender como são condições de vida no “Jamaica” que parece um país à parte, assim retratado. É uma imagem editada para ser olhada naquele contexto de oposição: o facto de não ser uma peça noticiosa permitiu um trabalho de edição da fotografia notório que realça a pobreza e precaridade daquele território. Estabelece, por isso, uma relação de complementaridade com o texto, ao mostrar um Portugal geralmente menos visível onde há bairros sociais com prédios degradados.

A fotografia da peça 48 mostra um descampado, provavelmente no Montijo. A sua legenda afirma a possível realocação de uma prisão na *Margem Sul*.

A ilustração da peça 42 é a mesma fotografia de arquivo de uma reportagem de 2007: uma indicação de trânsito onde se lê “Campo de Tiro de Alcochete”. Desta feita o texto e a imagem adquirem dimensões superiores. A fotografia torna-se média e central na página. Apesar de se ver melhor o descampado atrás da seta, assim como alguns carros

e cabos de eletricidade, grande parte da imagem é ocupada pelo céu. Uma vez que o tema da peça é a localização do novo aeroporto e não é possível ver bem o local onde este seria construído, a imagem torna-se redundante. Todavia, uma vez que nesta peça há um “confronto” com o Montijo, a opção editorial concedeu destaque a Alcochete (e seus defensores), através da imagem e respetiva legenda.

A peça 44 contém novamente uma fotografia de arquivo que complementa o texto, com referência à *Margem Sul*. A imagem, repartida por duas páginas, contém dois prédios baixos, num plano aproximado a ponto de estes serem o único elemento relevante na imagem. São prédios de épocas diferentes, com estilos e dimensões distintas, sugerindo uma leitura visual que acentua discrepâncias urbanísticas e valores de mercado de zonas habitacionais em várias localizações. Salienta-se no texto e na imagem o desalinhamento e a falta de planeamento urbano daquele território.

Em suma, as 17 ilustrações podem ser distribuídas pelas seguintes categorias:

- Ambiente urbano: património/centro histórico, prédios, industrialização desativada, desordenação urbana (seis);
- Ambiente rural/campo (quatro);
- Infraestruturas e transportes: ponte e meios transportes (quatro); Ação de rua: rotunda com o camelo (duas);
- Representação em mapa (uma).

As fotografias são escassas, a maioria de arquivo. Destaca-se a ausência dos habitantes que surgem em apenas uma ocasião, enquanto multidão dispersa na rua, provavelmente à espera de um transporte público. Assim, as marcas da sua intervenção são igualmente invisíveis.

CONCLUSÃO

Recordemos que o objetivo da pesquisa empírica deste trabalho foi verificar a existência (ou não) de padrões de cobertura nas peças do jornal *Público* sobre a *Margem Sul* em dois momentos em que houve situações que deram visibilidade à região.

Para esse efeito, recorremos a metodologias quantitativas e qualitativas cujas conclusões parciais apresentámos no capítulo anterior, em resposta às perguntas de base. Destacamos, agora, aspetos que caracterizam a representação da *Margem Sul* antes, durante e após dois picos de visibilidade no jornal *Público*. A fraca presença da expressão nas duas semanas que antecederam os acontecimentos-chave e no dia seguinte aos mesmos salta à vista. Escasseiam vozes locais, referem-se investimentos por realizar até ao momento, uma possibilidade turística, as palavras do ministro Mário Lino sobre o “deserto” que seria a *Margem Sul* com neutralidade, dificuldades no arrendamento em Lisboa que tornam a *Margem Sul* um local para onde é necessário ir viver. Relacionadas com os acontecimentos-chave estiveram 32 peças (2007) e duas (2019). Apesar da natureza diferente do segundo acontecimento, refletiu-se na cobertura sobre a região.

Na fase quantitativa observámos as peças onde constava a expressão *Margem Sul* e aquelas em que um dos nove concelhos nela inseridos tinha relevância no tratamento jornalístico para perceber a importância dos espaços físicos para a construção deste território simbólico e vice-versa.

As referências à *Margem Sul* surgem muito ligadas ao aeroporto e encararam-na como uma região uniforme (ex. Península de Setúbal ou municípios integrados na Associação de Municípios da Região de Setúbal), no que respeita às características relevantes para o contexto da peça. Assim, de modo geral, quando a expressão é associada a locais específicos, tendem a ser referidas pelo menos três localidades/concelhos, o que não evitou generalizações indevidas. Os concelhos apresentam maior diversidade temática, associada à tendência para surgirem individualmente em notícias mais curtas e episódicas. Como pontos comuns às duas coberturas destacamos a rara presença em capas, a pouca ligação entre fotografias e território, o número limitado de vozes e temas e, pela positiva, a presença de mais de uma fonte na maioria das peças.

A observação dos indicadores *tema, vozes presentes da região e protagonismo* sugeriu que a *Margem Sul* é retratada como um lugar distante onde há ou não condições para construir um aeroporto, subalterno a Lisboa (tema principal de várias peças ou cuja

proximidade justificaria a construção do aeroporto) e com um número reduzido de intervenientes locais a proferir declarações. A análise qualitativa identificou padrões de configuração da *Margem Sul* que confirmam esta tendência.

Vimos que a estigmatização está presente em várias peças, por vezes de forma subtil ou associada ao seu combate. A expressão *Margem Sul* é partilhada por diversos grupos de intervenientes sem que isso acarrete um estereótipo ou uma identificação com o território, à partida. É evidente a importância da polémica e do insólito como valores-notícia (situações caricatas ou inesperadas, positivas e negativas). Mesmo as peças que tratam outros temas refletem um sentimento de orgulho no território por parte dos (poucos) intervenientes locais que se mobilizam para protestar e interpelar, associado, no entanto, a uma necessidade de justificar pontos fracos ou de inferioridade, com a falta de investimento nacional prometido (principalmente público) que, na sua visão, resolveria os problemas materiais identificados e, talvez por extensão, questões sociais.

As peças onde mais se evidencia a voz dada a habitantes locais contêm a estratégia discursiva de “estranhamento” que recupera a sensação de distância na representação do território. Enquanto aqueles que expõem a sua opinião nas cartas têm um discurso interpretativo e articulado, naqueles que são ouvidos em reportagem/notícia sobressai uma descrença sobre mudanças. Sendo a estratégia discursiva que mais se manifesta, contribui para a limitação de perspetivas e para a transmissão de estereótipos.

Igualmente contrária à coesão no desenvolvimento do território nacional está a presença de situações de tensão, manifestada na acesa troca de argumentos entre aqueles que defendiam o aeroporto numa das localizações propostas da *Margem Sul* ou na Ota e que ficou marcada por questões que geraram um clima de desconfiança sobre a natureza da opção por um local ou por outro, surgindo acusações diversas de parte a parte. Também as peças sobre os acontecimentos iniciados no bairro “Jamaica”, embora em menor número, revelam problemas sociais neste sentido.

As imagens confirmam os padrões encontrados no texto. As que estão ligadas ao território são escassas, maioritariamente de arquivo, excluem habitantes (que surgem uma vez enquanto multidão dispersa), passam a ideia de desordenamento urbano ou de local com muito espaço por desenvolver.

Outro ponto negativo, além da falta de vozes locais e do estigma, é a limitação temática. Esta, também presente na cobertura sobre os concelhos, afeta a visão que temos

do território. Tendo presente os temas possíveis sobre a região (ver página XX), vemos que a cobertura feita é insuficiente para uma discussão séria e integrada sobre território.

Aquilo que afirmámos até aqui mostra constrangimentos do fazer jornalismo num jornal que pretende atingir um público de escala nacional e noticiar acontecimentos que considera importantes do ponto de vista do interesse público.

No que ao cumprimento das normas de regulação em vigor diz respeito, consideramos que o *Público* vai de encontro ao que é pedido na medida em que presta informação ajustada à realidade, com reduzido grau de indeterminação, sem erros ou distorções que comprometam a sua credibilidade. Não são ultrapassados limites legais em matéria de proteção de direitos e liberdades pessoais.

Efetivamente, o estigma identificado é subtil na maioria dos casos e resulta da aplicação de rotinas de produção noticiosa que escolhem os acontecimentos do dia, independentemente do sítio onde ocorrem. Isto é, o jornal procura factos que interessem à maioria dos portugueses sem procurar perceber a sua distribuição por zonas do país como valor-notícia. É um processo rápido, marcado pela atualidade em que só situações pontuais dão origem a reportagens e a peças com contextualização. A cobertura é centrada nas visões de políticos nacionais, fontes de acesso fácil e com elevada credibilidade. Eles próprios tendem a abordar os assuntos numa perspetiva nacional (ainda assim centrada em Lisboa, muitas vezes), explicitando regiões em geral também em função de uma polémica momentânea. Do mesmo modo, o estigma “positivo” é mais visível nas intervenções dos atores ouvidos do que no texto jornalístico, pelo que o jornalista está a ser fiel às declarações proferidas.

Não obstante, e sabendo que é difícil contornar a limitação temática no contexto tratado, seria possível reenquadrar situações em que os habitantes são tratados com condescendência, assim como alterar o foco das notícias para visarem mais questões de planeamento e ordenamento do território, sem se limitar a presença habitual das regiões a uma oposição/comparação com a realidade de Lisboa.

Os resultados obtidos permitem ainda confirmar, numa perspetiva mais geral, a importância de estudar conteúdo veiculado através dos media para perceber não apenas as rotinas de produção jornalística, mas também o pensamento/intenções de quem é ouvido num dado momento, que assim fica registado e pode, no presente ou no futuro, revelar disparidades entre o que é dito e o que é feito. A título de exemplo, o hospital

prometido para o Seixal em 2007 continua por construir, ou seja, foi noticiado um investimento que não teve expressão prática.

Também o sentimento pessoal de rejeição ligado à receção de uma mensagem política difundida pelos media foi uma motivação importante para o trabalho, mostrando que os campos da produção e da receção estão interligados e devem ser compreendidos nessa interação (como a análise às cartas dos leitores exemplifica).

Chegados a este ponto, refletimos sobre as limitações da investigação, algumas das quais poderão ser colmatadas em trabalhos futuros.

Os resultados são referentes a um período de tempo especial (principalmente em 2007) e curto, pelo que mostramos a utilização do termo *Margem Sul* em alturas em que sabíamos que a região teve visibilidade. Poderá ser interessante tentar perceber que padrões se mantêm noutros contextos e noutros meios de comunicação (incluindo fora dos media *mainstream* e regulados).

A nossa intenção era comparar dois órgãos de comunicação social em dois tempos onde tudo apontava a visibilidade do território nas notícias. Os jornais pensados foram o *Público* e o *Correio da Manhã*, dois jornais com perfis distintos. Contudo, o encerramento da Hemeroteca devido à pandemia de Covid-19 levou a uma reestruturação do trabalho.

Gostaríamos de ter levado os resultados a discussão com partes interessadas antes de dar o trabalho como finalizado (inserindo tal feedback nas nossas conclusões), mas tal tornou-se impossível pelos constrangimentos mencionados. Assim, no futuro pretendemos refletir sobre os resultados com a direção do jornal (fazendo o contraditório) e com residentes da *Margem Sul*, com o propósito de avaliar a sua reação às imagens veiculadas, uma análise de receção e literacia mediática.

Embora a situação que ocorreu no bairro “Jamaica” em 2019 tenha voltado alguma atenção para as condições de habitabilidade no bairro e para situações de discriminação por local de residência, a questão do território não foi – nesta situação e em geral – realmente problematizada, “esquecidas” as palavras irrefletidas do ministro Mário Lino, em 2007. Parecia não ser um assunto a considerar ou que as assimetrias/diferendos regionais estavam a perder importância. Contudo, a pandemia de Covid-19 veio relançar a discussão e expor a forma como, sem intenção, se reproduzem estereótipos sobre regiões através dos media (ou informações que são entendidas dessa forma pelo público). Um caso flagrante aconteceu quando uma reportagem da TVI procurava explicar os motivos

“sociológicos” que teriam levado o contágio a ser mais alargado no “Norte”, provocando uma polémica considerável. Acompanhando as notícias é possível encontrar situações semelhantes. O presente trabalho oferece enquadramento teórico e ferramentas práticas para compreender essas representações.

Confirmar as semelhanças e diferenças entre as coberturas aqui estudadas e as referentes à pandemia na sua dimensão territorial poderá ser igualmente um desenvolvimento a considerar para encontrar aspetos implícitos no pensamento dos produtores de informação, das fontes e do público que interpreta os conteúdos mediáticos.

BIBLIOGRAFIA

Albuquerque, L. (2001). Ler por Prazer: "Todo leitor é um leitor de si mesmo", Marcel Proust. In *Folha de São Paulo* (online), 20 de dezembro de 2001. Acedido a 13 de novembro de 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/equilibrio/eq2012200111.htm>.

Anderson, B. (2012). *Comunidades Imaginadas: Reflexões Sobre a Origem e a Expansão do Nacionalismo*. Lisboa: Edições 70. Publicação original: *Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism* established, 1983.

Antunes, D. (2011). Mediterrâneo: uma geografia emocional. In *Repositório Científico do Instituto Politécnico de Lisboa*. Acedido a 14 de setembro de 2019. Disponível em: <https://repositorio.ipl.pt/simple-search?query=Mediterr%C3%A2neo%3A+uma+geografia+emocional>.

Ascensão, P. (2015). *Quando o Alentejo é notícia: a representação do Alentejo nos meios noticiosos nacionais*. Dissertação de mestrado em Jornalismo, Comunicação e Cultura. Instituto Politécnico de Portalegre.

Ascensão, P. (2017). Quando o Alentejo é notícia: a representação do Alentejo nos meios noticiosos nacionais. In *Aprender*, nº37, dezembro 2017, p.5-19. Portalegre: Escola Superior de Educação e Ciências Sociais, Instituto Politécnico de Portalegre.

Assembleia da República (1976). Artigo 13º: Princípio da igualdade, Título I: Princípios gerais, Parte I: Direitos e deveres fundamentais. In *Constituição da República Portuguesa*, VII Revisão Constitucional [2005]. Acedido a 11 de novembro de 2019. Disponível em: <https://www.parlamento.pt/Legislacao/Paginas/ConstituicaoRepublicaPortuguesa.aspx>.

Baía, A. (2002). *A imprensa periódica do concelho de Almada (1808-1990), contributo para a história do pensamento social*. Dissertação de mestrado em Estudos Portugueses. Universidade Nova de Lisboa.

Baptista, C. & Silva, M. (2017). Diversidade nos media em Portugal: enquadramento político e desafios atuais. In *Revista Media & Jornalismo*, vol. 17, nº 31 (2), p. 11-28.

Barbio, L. (2016). *A construção social de um subúrbio: sentimentos públicos e dinâmicas privadas, entre a produção e a apropriação*. Tese de doutoramento em Sociologia. Universidade Nova de Lisboa.

Bennett, L. W. & Pfetsch, B. (2018). Rethinking Political Communication in a Time of Disrupted Public Spheres. In *Journal of Communication*, vol. 68, nº 2, p. 243-253.

Bourdieu, P. (coord.). (2001). *A miséria do mundo*. Petrópolis: Editora Vozes.

Braga, I. (Coord.) (2003). *Revistas Portuguesas de História Regional: Estudos*. Cascais: Patrimonia, 2003.

Brandão, A. & Brandão, P. (2012). Do industrial ao pós-industrial: transição e diversidade urbana – LX/BCN. In *On the w@terfront*, Vol. 22, abril, 2012, 105-121.

Cáceres, M. (1991). Setúbal - Regionalização e desenvolvimento. In *Movimento Cultural*, Ano VII, nº 7, junho, 1991, 68-70.

Cádima, F. (2017). Media, diversidade e globalização na era digital. In *JANUS.NET e-journal of International Relations*, vol. 8, nº 2, novembro 2017 - abril 2018, p. 88-100.

Cádima, F. (coord.). (2018). *DIVinTV Televisão pública e diversidade cultural em Portugal: um estudo sobre a programação dos canais públicos generalistas, em matéria de pluralidade de expressão cultural, diversidade e inclusão*. Lisboa: Instituto de Comunicação da NOVA. Apresentação do projeto acedida a 11 de novembro de 2019. Disponível em: <http://www.icnova.fcsh.unl.pt/divintv/>.

Conselho da Europa (1970). *Convenção Europeia dos Direitos do Homem*. Tradução para português não oficial da Convenção (2010). Acedida a 11 de novembro de 2019. Disponível em: https://www.echr.coe.int/Documents/Convention_POR.pdf.

Correia, C. (2011). *Agricultura, ambiente e desenvolvimento em territórios periurbanos – um desafio para todos. Estudo empírico nas freguesias de Marateca e Poceirão do município de Palmela*. Tese de doutoramento em Geografia e Planeamento Regional, especialidade de Planeamento e Gestão do Território. Universidade Nova de Lisboa.

Costa, A., S. (2006). O espaço dos outros: Representações sociais e fronteiras num bairro do Plano Integrado de Almada. In *Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas*, nº 18, p. 37-57. Lisboa: Edições Colibri, 2006.

Empinotti, M. (2017). Discriminação no discurso: análise da representação de refugiados no *Público* através da gramática visual de Kress e Van Leeuwen. In *Revista Media & Jornalismo*, nº 31, Vol. 17(2), 2017, 95-116.

ERC (2008). *Relatório de regulação: 2007* (online), maio de 2008. Lisboa: Entidade Reguladora para a Comunicação Social. Disponível em: <http://www.erc.pt/pt/noticias/relatorio-de-regulacao-2007>.

ERC (2019). *Relatório de regulação: 2018* (online), junho de 2019. Lisboa: Entidade Reguladora para a Comunicação Social. Acedido a 12 de novembro de 2019. Disponível em: <https://www.flipsnack.com/ERCpt/erc-relat-rio-regula-o-2018-fci0rmpx2/full-view.html>.

ERC: Unidade de Monitorização (2009). *Relatório sobre a análise da cobertura Televisiva dos acontecimentos na Quinta da Fonte: Período de 11 a 17 de julho na RTP, SIC e TVI* (online). Lisboa: Entidade Reguladora para a Comunicação Social. Acedido a 12 de novembro de 2019. Disponível em: <http://www.erc.pt/pt/estudos-e-publicacoes/media-imprensa-radio-tv/relatorio-sobre-analise-da-cobertura-televisiva-dos-acontecimentos-na-quinta-da-fonte>.

ERC: Unidade de Monitorização (2018). *A representação de homens e mulheres nos noticiários de horário nobre emitidos em sinal aberto* (online). Lisboa: Entidade Reguladora para a Comunicação Social. Acedido a 12 de novembro de 2019. Disponível em: <http://www.erc.pt/pt/noticias/erc-publica-relatorio-sobre-representacao-de-homens-e-mulheres-nos-noticiarios-de-horario-nobre-emitidos-em-sinal-aberto>.

ERC: Unidade de Monitorização (2018). *Representações da violência doméstica nos telejornais de horário nobre* (online). Lisboa: Entidade Reguladora para a Comunicação Social. Acedido a 12 de novembro de 2019. Disponível em: <https://www.flipsnack.com/ERCpt/representa-es-viol-ncia-dom-stica-nos-telejornais-de-hnobre/full-view.html>.

Entman, R., Matthes, J. & Pellicano, L. (2009). Nature, Sources, and Effects of News Framing. In *The Handbook of Journalism Studies*. Karin Wahl-Jorgensen e Thomas Hanitzsch (ed.), p.175-190. Nova Iorque: Routledge.

Ernst-Pereira, A. & Mutti, R. (2011). O analista de discurso em formação: apontamentos à prática analítica. In *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 36, nº 3, p. 817-833.

Ferin, I. (coord.). (2006). *A Televisão das Mulheres: ensaios sobre a recepção*, Books on Demand.

Ferin, I. (coord.). (2009). *Imigração e diversidade étnica, linguística, religiosa e cultural na imprensa e na televisão: 2008*. Lisboa: Entidade Reguladora para a Comunicação.

Fernandes, A. (2014). *Dinâmicas de Revitalização de Frentes Ribeirinhas no Período Pós-Industrial: o Arco Ribeirinho Sul do Estuário do Tejo*. Tese de doutoramento em Geografia e Planeamento Territorial – Especialidade de Planeamento e Ordenamento do Território. Universidade Nova de Lisboa.

Fowler, R., Hodge, B., Gunther, K. & Trew, T. (1979). *Language and Control*. Londres: Routledge e Kegan Paul.

Fry, S., Peterson, J., Dyson, M. & Goldberg, M. (2018). *Political Correctness gone mad?* Londres: Oneworld Publications.

Fuini, L. (2014). Território e geografia no Brasil: uma revisão bibliográfica. In *Revista Formação*, vol. 1, nº 21, p. 3-20.

Goffman, E. (1988). *Estigma: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada* (4ª edição). Rio de Janeiro: LTC. (Original publicado em 1963).

Gomes, I. (2017). *Confronto entre margens: uma proposta de requalificação para a frente ribeirinha do Ginjal*. Dissertação de mestrado em Arquitetura. Universidade de Lisboa.

Haynes, A. (2007). Mass media representations of the social world: ethnicity and ‘race’. In *Media Studies: Key issues and debates*. Deveraux, Eoin (ed.), p.162-190. Londres: Sage Publications.

Hermes, J. (2007). Media representations of social structure: gender. In *Media Studies: Key issues and debates*. Deveraux, Eoin (ed.), p.191-210. Londres: Sage Publications.

Instituto Nacional de Estatística (2012). Quadros resumo: População residente, população presente, famílias, núcleos familiares, alojamentos e edifícios. In *Censos - Resultados definitivos. Região Lisboa – 2011*. Acedido a 11 de janeiro de 2020. Disponível em: https://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=ine_censos_publicacao_det&contexto=pu&PUBLICACOESpub_boui=156651739&PUBLICACOESmodo=2&selTab=tab1&pcensos=61969554.

Instituto Nacional de Estatística (2014). Índice Sintético de Desenvolvimento Regional 2011. In *Destaque. Informação à Comunicação Social*, 11 de abril de 2014.

Jorge, P. (2019). *A oposição ao Estado Novo no concelho de Almada (1933-1974)*. Dissertação de mestrado em História Contemporânea. Universidade Nova de Lisboa.

Karppinen, K. (2007). Making a difference to media pluralism: a critique of the pluralistic consensus in European media policy. In *Reclaiming the Media: Communication Rights and Democratic Media Roles*. Bart Cammaerts e Nico Carpentier (ed.). European communication research and education association series, p. 9–30. Bristol: Intellect.

Kitzinger, J. (2007). Frame and frame analysis. In *Media Studies: Key issues and debates*. Deveraux, Eoin (ed.), p.134-161. Londres: Sage Publications.

Lameiras, M. & Sousa, H. (2015). Perplexidades e incertezas da regulação dos media na Europa. In *Revista Eptic*, vol. 17, nº 2, p.120-136, maio-agosto, 2015.

Lourenço, R. (2017). Estratégias para a diversidade em televisão: os casos dos EUA e Reino Unido. In *Revista Media & Jornalismo*, vol. 17, nº 31 (2), p.85-94.

MacAvaney, S., Yao, H-R., Yang, E., Russell, K., Goharian, N., Frieder, O. (2019). Hate speech detection: Challenges and solutions. In *PLOS ONE*, vol. 14, nº 8, agosto de 2019.

Malty, L. (2017). *Participação Social Decorrente da Implantação de Megaprojetos em Pequenas Comunidades: o caso da Trafaria, estuário do rio Tejo*. Tese de doutoramento em Ecologia Humana. Universidade Nova de Lisboa.

Matos, J., Baptista, C. & Subtil, F., (orgs.) (2017). *A crise do jornalismo em Portugal*. Porto: Deriva. ISBN 978-989-8701-26-8.

McCombs, M. & Shaw, D. (1993). The evolution of agenda-setting: twenty-five years in the marketplace ideas. In *Journal of Communication*, 1993, vol. 43, nº 2, p. 58-67.

Milovanova, M. & Svinkina, M. (2018). Representation of Russia's Image in German Media Discourse in the Context of the 2018 FIFA World Cup. *Vestnik Volgogradskogo gosudarstvennogo universiteta. Seriya 2, Yazykoznanie [Science Journal of Volgograd State University. Linguistics]*, 2018, vol. 17, nº 3, p. 148-157. (in Russian). DOI: <https://doi.org/10.15688/jvolsu2.2018.3.15>.

Monteiro, B. & Pereira, J. (Coord.) (2013). *De Pé Sobre a Terra. Estudos sobre a Indústria, o Trabalho e o Movimento Operário em Portugal*. Contribuições provenientes da série de encontros de investigadores de ciências sociais “Áreas Industriais e Comunidades Operárias”, organizados em 2011 em Portimão, a 3 e 4 de junho, em Lisboa, a 20, 21 e 22 de outubro, em Almada, a 25, 26 e 27 de novembro, e no Porto, a 16 e 17 de dezembro.

Moraes, A. (2004). *Comunicação, Discurso e Identidade – A Construção da Identidade Capixaba nos Jornais A Gazeta e A Tribuna*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Comunicação e Cultura, Escola de Comunicação, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil.

Mortari, E. (2004). *Identidades Negociadas: O Rádio e a Construção Simbólica da Quarta Colônia/Rs*. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil.

Nabais, A., Silva, C. & Pereira, F. (1989). A unidade histórica e cultural do distrito de Setúbal. In *Movimento Cultural*, Ano IV, nº 6, setembro, 1989, 67-74.

Ofcom (2015). *PSB Diversity Research Summary* (online), junho de 2015. Acedido a 13 de novembro de 2019. Londres: Office of Communications. Disponível em: https://www.ofcom.org.uk/data/assets/pdf_file/0023/59333/psb_diversity_report.pdf.

Organização das Nações Unidas (1948). *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. Tradução para português. Acedido a 11 de novembro de 2019. Disponível em: https://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR_Translations/por.pdf.

Pereira, E. (2006). *Mulheres migrantes de São Tomé e Príncipe em Portugal -Um estudo de caso no Bairro Vale de Chicharos*. Dissertação de mestrado em Relações Interculturais. Universidade Aberta.

Persi, P. Geografia ed emozioni. Genti e luoghi tra sensi, sentimenti ed emozioni. In Persi, P. (org.). *Territori Emotivi. Geografie Emozionale*. Fano (Itália): Università di Urbino Carlo Bo, p.3-10, 2010. Tradução para português: Furlanetto, B. (2014). Geografia e Emoções. Pessoas e Lugares: Sentidos, Sentimentos e Emoções. In *Revista Geografar*, Curitiba, vol. 9, nº 1, p. 200-218, junho de 2014. Universidade Federal do Paraná Curitiba, PR, Brasil.

Pinheiro, M. (2013). Palavras e Problemas de uma História dos Subúrbios. In *De Pé Sobre a Terra. Estudos sobre a Indústria, o Trabalho e o Movimento Operário em Portugal*. Contribuições provenientes da série de encontros de investigadores de ciências sociais “Áreas Industriais e Comunidades Operárias”, organizados em 2011 em Portimão, a 3 e 4 de junho, em Lisboa, a 20, 21 e 22 de outubro, em Almada, a 25, 26 e 27 de novembro, e no Porto, a 16 e 17 de dezembro.

Pinto, J. (2016). *Reprodução de Desigualdades Sociais: “Efeito Território” e “Efeitos De Lugar”*. Comunicação apresentada na Sessão Semi-plenária: Território(s) e

Desigualdades Sociais. IX Congresso Português de Sociologia: Portugal, Território de Territórios. Faro, Universidade do Algarve, Faculdade de Economia, 6 a 8 de julho de 2016.

PORDATA (2015). Crimes registados pelas polícias por mil habitantes. In *PORDATA*. Fundação Francisco Manuel dos Santos. Acedido a 11 de janeiro de 2020. Disponível em: www.pordata.pt.

PORDATA (s.d). Municípios. In *PORDATA*. Fundação Francisco Manuel dos Santos. Acedido a 22 de março de 2020. Disponível em: <https://www.pordata.pt/Municipios>.

Porto Editora (s.d). *Espaço* in Dicionário infopédia da Língua Portuguesa [online]. Porto: Porto Editora, 2003-2019. Acedido a 23 de outubro de 2019. Disponível em: <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/espaco>.

Porto Editora (s.d). *Representação* in Dicionário infopédia da Língua Portuguesa [online]. Porto: Porto Editora, 2003-2019. Acedido a 11 de novembro de 2019. Disponível em: <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/representacao>.

Porto Editora (s.d). *Território* in Dicionário infopédia da Língua Portuguesa [online]. Porto: Porto Editora, 2003-2019. Acedido a 23 de outubro de 2019. Disponível em: <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/territorio>.

Porto Editora (s.d). *Virtual* in Dicionário infopédia da Língua Portuguesa [online]. Porto: Porto Editora, 2003-2019. Acedido a 27 de outubro de 2019. Disponível em: <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/virtual>.

Público (s./d.). *Estatuto editorial* (online). Acedido a 24 de março de 2020. Disponível em: <https://www.publico.pt/nos/estatuto-editorial>.

Raffestin, C. (1993). *Por uma geografia do poder*. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993. Publicação original: *Pour une géographie du pouvoir*, 1980.

Ribeiro, J. (2010). *A imprensa regional e as comunidades locais – Jornal “Alvorada”: caracterização de um quinzenário local do concelho da Lourinhã*. Dissertação de mestrado em Antropologia: Especialização em Imagem e Comunicação. Escola de Ciências Sociais e Humanas do Instituto Universitário de Lisboa.

Rodrigues, J. (2000). Infraestruturas e urbanização da margem sul: Almada, séculos XIX e XX. In *Análise Social*, Vol. XXXV (156), 2000, 547-581.

Rodrigues, M. (2016). *Projeto para o Terminal de Contentores do Barreiro - Requalificação Sustentável na Zona*. Dissertação de mestrado em Engenharia Civil, área de Especialização: Construção Projeto. Instituto Politécnico de Setúbal.

Santos, J. (2017). “*Somos operários, é malta do ferro*” – *Desindustrialização, Classe e Memória Operária em Setúbal*. Dissertação de mestrado em História Contemporânea. Universidade Nova de Lisboa.

- Schäfer, G., Leivas, P. & Santos, R. (2015). Discurso de ódio: Da abordagem conceitual ao discurso parlamentar. In *RIL*, Brasília, vol. 52, nº 207, jul./set. de 2015, p. 143-158.
- Sequeira, I. & Filipe, C. (2007). Ministro das Obras Públicas: margem Sul é “um deserto” e não serve para o aeroporto. In *Público*, 23 de maio de 2007, 18:47 [online]. Acedido a 5 de setembro de 2019. Disponível em: <https://www.publico.pt/2007/05/23/economia/noticia/ministro-das-obras-publicas-margem-sul-e-um-deserto-e-nao-serve-para-o-aeroporto-1294849>.
- Shields, R. (1991). *Places on the margin: alternative geographies of modernity*. London/New York: Routledge.
- Sousa, H., Pinto, M., Lopes, F., Fidalgo, J., Stanislaw, J., Costa e Silva, E., Melo, A. & Lameiras, M. (2012). *A Regulação dos Media na Europa dos 27*. Braga: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS)/Universidade do Minho.
- Sousa, J. (2002). Imagens do Brasil na imprensa portuguesa de grande circulação. In *Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, vol. 25, nº 1, jan./jun. de 2002, p.27-46.
- Silva, I. & Silva, P. (2016). Usos do conceito geográfico “território” e sua relevância na análise de conflitos territoriais e socioambientais na Amazônia. In *Revista Pegada*, vol. 17, nº 1, julho de 2016, p.47-66.
- Silvano, F. (1988). *Os lugares da cidade: Multiplicidade de escalas de representação do espaço e papel da cidade nas estratégias de organização do espaço local*. Atas do I Congresso Português de Sociologia: A Sociologia e a Sociedade Portuguesa na Viragem do Século. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 27 a 29 de janeiro de 1988.
- Silvano, F. (2001). *Antropologia do espaço: uma introdução*. Oeiras: Celta Editora.
- Sponholz, L. (2010). Quando a imprensa se controla: o caso do Conselho de Imprensa da Alemanha. In *revista Fronteiras – estudos midiáticos*, vol. 12, nº 3, p.145-155, setembro/dezembro, 2010.
- Traquina, N. (2002). *O que é: Jornalismo*. Lisboa: Quimera.
- Trimano, L. (2016). Habitar, percibir y narrar el territorio. La construcción subjetiva de una tensión rural/urbana. In *Cuadernos de Vivienda y Urbanismo*, vol. 9, nº 18, julho-dezembro de 2016, p.212-231. DOI: <http://dx.doi.org/10.11144/Javeriana.cvu9-18.hpnt>.
- Viana, B., Faustino, J. & Costa, P. (2019). *As Representações do Brasil nos Media Online Portugueses: Um Projeto de Investigação De Doutoramento*. Atas do X Congresso da Sopcom – Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação. Ciências da Comunicação: Vinte Anos de Investigação em Portugal. Viseu, Instituto Politécnico de Viseu, 27 a 29 de novembro de 2017.

ANEXOS

Anexo I – Análise exploratória de 2007

Definição de território a considerar: “recorte do espaço geográfico definido por (e a partir de) relações de poder, controlo, apropriação e uso. Tais relações são definidas em termos políticos, institucionais, económicos e culturais” (Lucas Fuini, 2014). Completando a definição do autor, importa igualmente pensar a apropriação do território em termos sociais, ou seja, como se apresenta demograficamente, em termos de urbanização ou ainda no que toca a questões de segurança.

A partir desta definição, entendemos *Margem Sul* como um território a analisar.

Pergunta estabelecida no primeiro capítulo: como podemos entender a importância dos espaços físicos para a construção de territórios simbólicos e vice-versa?

Aplicando a pergunta ao estudo em si, o que pretendemos descobrir é se existe um padrão nas representações que são feitas sobre os vários espaços administrativos (concelhos) que integram a *Margem Sul*, ou seja, em que contextos (e transmitindo que ideias) são notícia. O caminho inverso será igualmente percorrido: nas peças que mencionam explicitamente *Margem Sul* que representações estão associadas a este território simbólico e respetivos concelhos?

Conforme referimos no terceiro capítulo, de forma a operacionalizar a pesquisa propomos uma equivalência entre a ideia de *Margem Sul* e a Península de Setúbal (NUT III até 2013, quando se fundiu com a Grande Lisboa para formar uma nova unidade administrativa NUT III: a área metropolitana de Lisboa), constituída por nove concelhos: Alcochete, Almada, Barreiro, Moita, Montijo, Palmela, Seixal, Sesimbra e Setúbal. Assim, procurámos, nas edições dos jornais correspondentes às datas em análise, peças que mencionem explicitamente um destes concelhos (nos termos acima identificados como importantes para a definição de um território) ou que contenham a expressão *Margem Sul* em substituição/alusão aos mesmos.

É consensual que, para o bem e para o mal, as escolhas que se repetem muitas vezes (incluindo as ausências) podem transmitir significados não intencionados pelos produtores de informação, nomeadamente algumas estruturas de pensamento, das quais por vezes não estão conscientes por diversos motivos. É por isso que a primeira fase do

estudo consiste num levantamento formal sobre as peças, onde importa quantificar alguns aspetos que descrevemos a partir daqui.

A fase exploratória refere-se ao período entre 16 e 30 de maio de 2007, motivada por declarações proferidas então ministro das Obras Públicas (Mário Lino), no dia 23 desse mês, sobre a possibilidade de ser construído um novo aeroporto de Lisboa na *Margem Sul*. Neste período encontrámos, inicialmente, 83 peças no jornal PÚBLICO, nas quais consta um dos dez termos procurados (Margem Sul; Alcochete; Almada; Barreiro; Moita; Montijo; Palmela; Seixal; Sesimbra; Setúbal). Não contabilizámos as referências presentes nas secções *Classificados*, *Jogos* (inclui meteorologia, palavras-cruzadas, etc.), *Ficar* e *Sair* (à exceção dos classificados, as restantes existem apenas em 2019).

Assim, uma vez que o trabalho incide sobre a *Margem Sul* começamos por descrever os 18 resultados em que a expressão consta (42, 43, 44, 45, 50, 51, 52, 53, 63, 65, 66, 69, 70, 71, 72, 79, 80, 81). Observando a tabela 1, destacamos o facto de a primeira referência ao termo *Margem Sul* ter acontecido no dia 24 de maio (precisamente visando as declarações do ministro), quando a análise teve início no dia 16 do mesmo mês. A partir daí (e até ao fim do período em análise – 30 de maio), a expressão esteve presente em todas as edições do jornal, tendo especial destaque nos dias 26 e 29, onde surgiu quatro vezes. A partir deste período exploratório podemos colocar a hipótese de que o termo não é habitual nas rotinas de produção do jornal Público, tendo surgido associado principalmente ao episódio das declarações do ministro das Obras Públicas (onde a expressão é empregue de forma pejorativa), prontamente criticadas por vários setores da sociedade portuguesa. Esperamos que a análise ao restante período definido possa esclarecer se a expressão perde preponderância com o afastamento (antes e depois) do acontecimento referido.

Relativamente às secções em que ocorrem as referências (tabela 2), é de assinalar que metade das mesmas (nove) surge na secção *Espaço Público*, onde predomina a opinião de jornalistas e comentadores, assim como as cartas de leitores, e não o habitual discurso jornalístico objetivo em forma de notícia. Em contrapartida, apenas uma peça é *Local*, centrando-se em características da região. Sobre as peças presentes nas secções *Economia* e *Portugal*, pode afirmar-se que criticam as declarações do ministro, sem, contudo, mostrar dados que revelem a realidade das várias regiões portuguesas, incluindo a *Margem Sul*. A discussão, incluindo nas duas peças situadas em *Destaque*, é centrada

em possíveis localizações para o novo aeroporto, de forma superficial (a posterior análise ao discurso poderá conceder mais informações sobre estas primeiras constatações).

A preponderância da secção *Espaço Público* ajuda a explicar a presença na capa de notícias relacionadas com a *Margem Sul* em apenas quatro ocasiões (duas chamadas e duas manchetes), confirmando a ausência da expressão nas peças importantes da produção noticiosa de rotina (tabela 3). Tal facto é igualmente relevante quando percebemos que, excluindo os três editoriais (tabela 5), apenas oito das 18 peças estão assinadas por jornalistas (tabela 4). A tabela 5 revela ainda que o género jornalístico preponderante são as notícias curtas (sete peças), enquanto as notícias desenvolvidas surgem em duas ocasiões (num total de nove peças). Os formatos opinativos somam as restantes nove peças: três editoriais, um artigo de opinião, três cartas de leitor e dois outros: avaliações feitas pela redação sobre personalidades públicas que se destacaram no dia, pela positiva ou pela negativa.

Quanto à posição na página, os números da tabela 6 revelam um aparente equilíbrio entre as peças principais e secundárias: dez e oito, respetivamente. Este dado não é significativo nos casos em que consideramos a peça como *principal* por ser a primeira da página, tendo, contudo, uma dimensão semelhante às restantes e nos casos em que a peça partilha a página com publicidade, sendo esta, por vezes, o componente principal. Neste período, tal acontece em dois casos. Desta forma, podemos confirmar o equilíbrio entre o número de peças principais e secundárias. Relacionado com este indicador, verificámos que existem três peças em que não podemos avaliar a *conexão* (tabela 7), uma vez que a peça em questão ocupa a página completa. No que se refere às restantes, apenas duas podem considerar-se *não conectadas*, ambas por partilharem a página com publicidade. A *conexão por temática* (13 ocorrências) expressa, na maioria dos casos, a inserção das peças em contextos opinativos, apresentando, muitas vezes, temáticas realmente muito próximas dos outros conteúdos opinativos da página. Há apenas quatro exceções que correspondem a notícias conectadas pela temática *partidos e debate político*. Ainda no que concerne à visibilidade, sete das 18 peças não têm uma ilustração associada (tabela 8). Existem 14 ilustrações (fotografias), distribuídas por 11 peças, onde, em traços gerais, pode ver-se: dois descampados sem localização específica, cinco fotos de políticos nacionais, uma foto do território (veem-se prédios e a ponte 25 de abril), uma foto do “cartaz do camelo”, uma foto do camelo colocado no centro-sul (Almada), uma foto do autor da peça (opinião), três fotos de meios de transporte. As

fotografias refletem a importância dos políticos nas notícias sobre a região, a qual vamos confirmar nas próximas tabelas. Já os descampados surgem ligados às reações às declarações do ministro, embora nos pareçam desadequadas para ilustrar a reação negativa que as mesmas suscitaram, ao confirmá-las, de certa forma.

Olhando para os temas abordados (tabela 9), encontramos 22 referências, já que quatro das 18 peças abordam duas temáticas. Estamos, assim, em presença de sete temas principais. Foi necessário, nesta fase, separar a discussão sobre a construção de um novo aeroporto (sete peças) das declarações de Mário Lino e respectivas repercussões (oito peças), uma vez que, para além do primeiro caso – que consta mesmo como um dos principais temas do ano de 2007, de acordo com o relatório anual elaborado pela ERC – começaram a surgir opiniões e notícias que já pouco tinham a ver com o aeroporto, visando essencialmente criticar as afirmações do ministro, assim como a ele próprio, esquecendo, muitas vezes, que seria um momento importante para falar sobre planeamento e ordenamento do território, tema que conta apenas com uma peça a ele associada. Os restantes quatro temas registados contam igualmente com uma ou duas referências (política nacional, acessibilidades, política local e outro – liberdade de imprensa e efeitos de uma greve geral nos transportes).

O próximo indicador, representado pela tabela 10, designa-se por *framing*. Trata-se de uma categorização que terá maior importância aquando da análise ao discurso. Para já, importa distinguir entre enquadramentos centrados num acontecimento ou caso particular que ilustra um assunto (*framing* episódico ou predominantemente episódico) e enquadramentos mais abstratos, inseridos num contexto próprio – histórico, geográfico ou outro (*framing* temático ou predominantemente temático). Deste modo, é possível afirmar, nesta fase, que existe um equilíbrio entre o número de peças contidas nos dois campos (nove ocorrências em cada). Temos seis enquadramentos episódicos e três que são predominantemente episódicos (seria desejável que fosse ao contrário, pois assim temos seis peças sem qualquer contexto). Além disso, há seis enquadramentos predominantemente temáticos e três enquadramentos temáticos. Duas das peças inseridas neste segundo tipo de enquadramento têm apenas referências episódicas quanto ao assunto em estudo, a *Margem Sul*. A análise ao discurso irá esclarecer até que ponto, nas restantes sete peças, os temas são explorados convenientemente e contribuem para uma discussão pública informada sobre a região.

Segue-se a contagem do número de fontes presente em cada peça (tabela 11). Destacamos, em primeiro lugar, o elevado número de peças em que não se aplica a obrigatoriedade ética de recorrer a fontes, por se tratarem de opiniões: sete em 18. Excluindo essas, todas as peças jornalísticas apresentam uma fonte (três casos) ou mais (oito casos), realidade que constitui um indicador positivo.

Não obstante, a situação revela-se diferente quando analisamos quem são as 58 vozes efetivamente ouvidas nas 18 peças (tabela 12). Cerca de 43% pertencem a políticos nacionais (25 casos), seguindo-se as vozes dos próprios autores da peça (no caso de opiniões, avaliações ou crónicas), com oito ocorrências. A preponderância dos políticos, que não seria de prever face aos temas abordados (descritos acima e presentes na tabela 9), deve-se ao facto de haver várias notícias em que todas as forças políticas com assento parlamentar (nesta altura PS, PSD, PCP, BE, CDS e Verdes) comentam as declarações do ministro Mário Lino que acabaram por se tornar um tema independente de todos os outros, como também já foi referido. Em terceiro lugar, com seis ocorrências para cada, encontram-se as empresas e as pessoas singulares. Com três/quatro registos estão ainda presentes políticos locais, instituições públicas e de poder, sociedade civil organizada e outras - Estudo Preliminar de Impacto Ambiental (EPIA); Guia Michelin e "estatísticas conhecidas" (registámos esta *voz* para afirmar que não é válida como fonte, mesmo constando num artigo de opinião).

O número de vozes presentes é substancialmente reduzido, ou seja, apenas 12 vozes, quando contabilizamos exclusivamente os intervenientes ligados à *Margem Sul* (por indicação de residência ou ocupação de cargo local, principalmente). Tais resultados são apresentados através da tabela 13 e revelam o seguinte: 11 das 18 peças não dão voz a pessoas/entidades associadas à região em estudo. As 12 vozes estão distribuídas pelas restantes sete peças: pessoas singulares (cinco vozes); políticos locais (quatro vozes) e autor das peças (três vozes). No mesmo sentido, o número de referências sem atribuição de voz através de declarações (tabela 14) é um pouco superior, mas não suficiente para igualar o número de peças (16 referências sem voz). A diversidade de referências é igualmente limitada, sendo de realçar o regresso da importância (quase exclusiva) dos políticos locais, os quais concentram 11 ocorrências (69%). Surgem, ainda, os concelhos da *Margem Sul* com quatro referências (registo realizado quando o território é importante para a compreensão da peça) e outras referências – “interface do Terreiro do Paço, onde se situam os transportes fluviais para a Margem Sul”.

Consequentemente, o protagonismo nas peças (tabela 15) é igualmente pouco diverso. Os políticos nacionais protagonizam oito das 18 peças, os autores das peças são os protagonistas de sete peças e as restantes três peças são protagonizadas por políticos locais, sociedade civil organizada e pessoas singulares. No total, cinco das 18 peças têm uma pessoa ou entidade da região como protagonista (três são moradores que escrevem cartas sobre a região). Aqui evidencia-se, uma vez mais, o destaque da opinião na amostra em análise. O referido destaque volta a ser visível no indicador seguinte (tabela 16) que avalia a presença ou não de discurso subjetivo. Ao contrário daquilo que seria de esperar, à partida, num produto jornalístico, 11 peças apresentam discurso subjetivo e sete não o fazem. Das 11 peças onde é notória a presença de subjetividade, nove são opiniões ou avaliações de jornalistas e leitores, uma é um perfil inserido numa notícia desenvolvida e a outra é uma notícia que merecerá uma análise mais próxima na fase de análise de discurso, devido à presença de expressões que revelam juízos de valor.

O último indicador a considerar na análise formal (tabela 17) é o tom dominante da peça. Pode ser positivo, negativo ou neutro (caso os elementos positivos e negativos estejam presentes em igual número). Nesta avaliação, o facto de uma peça ser considerada *negativa* não significa que transmita uma imagem negativa do território em análise. Por exemplo, nas peças em que todos criticam as declarações do ministro e não há outro assunto, o enfoque é considerado negativo, mesmo tratando-se de uma peça favorável à região. O que interessa é perceber se a peça se centra em factos/acontecimentos positivos ou negativos, havendo, ainda, a possibilidade de equilibrar ambos (neutralidade). Assim, das 18 peças, consideramos que uma é positiva, 13 são negativas e quatro são neutras.

Tabela 1: Peças por data	
Data	Nº de ocorrências
24/05/2007	1
25/05/2007	3
26/05/2007	4
27/05/2007	1
28/05/2007	2
29/05/2007	4
30/05/2007	3
Total	18

Tabela 2: Secções	
Secção	Nº de ocorrências
Economia	2
Destaque	2
Espaço Público	9
Portugal	4
Local	1
Total	18

Tabela 3: Primeira página	
Primeira página	Nº de ocorrências
Ausente	14
Chamada	2

Tabela 4: Assinatura	
Assinatura	Nº de ocorrências
Por jornalista(s)	11
Por leitor	3

Manchete	2
Total	18

Por comentador/cronista	1
Por redação e Lusa	1
Outra	1
Não assinada	1
Total	18

Tabela 5: Géneros jornalísticos	
Género Jornalístico	Nº de ocorrências
Notícia curta	7
Notícia desenvolvida	2
Editorial	3
Artigo de opinião	1
Carta de leitor	3
Outro	2
Total	18

Tabela 6: Posição na página	
Posição na página	Nº de ocorrências
Peça principal	7
Peça principal (página completa)	3
Peça secundária	6
Peça secundária (inserida em peça principal/dossier)	2
Total	18

Tabela 7: Conexão	
Conexão	Nº de ocorrências
Conectada por temática	13
Não conectada	2
Conexão não aplicável	3
Total	18

Tabela 8: Ilustração	
Ilustração	Nº de ocorrências
Fotografia	11
Não tem	7
Total	18

Tabela 9: Temas	
Tema	Nº de ocorrências
Construção de novo aeroporto	7
Política nacional	2
Acessibilidades	1
Declarações do ministro Mário Lino	8
Planeamento e ordenamento do território	1
Política local	1
Outro	2
Total	22 (4 peças com dois temas)

Tabela 10: Framing	
Framing	Nº de ocorrências
Episódico	6
Predominantemente episódico	3
Temático	3

Tabela 11: Nº de fontes	
Nº de fontes	Nº de ocorrências
Uma fonte	3
Mais de uma fonte	8
Não aplicável	7

Predominantemente temático	6
Total	18

Total	18
-------	----

Tabela 12: Vozes presentes	
Vozes presentes	Nº de ocorrências
Voz predominante/única é do/a autor/a (inclui redação)	8
Políticos nacionais	25
Empresas (ex. Clubes desportivos das primeiras ligas nacionais)	6
Políticos locais	3
Instituições públicas e de poder	3
Sociedade civil organizada	4
Pessoas singulares	6
Outra (ex. Estudos e relatórios)	3
Total	58

Tabela 13: Vozes presentes (da região)	
Vozes presentes (da região)	Nº de ocorrências
Voz predominante/única é do/a autor/a	3
Políticos locais	4
Pessoas singulares	5
Nenhuma	11
Total (de vozes/ocorrências)	12 / 23

Tabela 14: Referências sem voz ligadas à região	
Referências sem voz ligadas à região	Nº de ocorrências
Políticos locais	11
Outra (ex. Estudos e relatórios)	1
Concelhos	4
Nenhuma	13
Total (referências/ocorrências)	16 / 29

Tabela 15: Protagonismo	
Protagonismo	Nº de ocorrências
Voz predominante/única é do/a autor/a (inclui redação)	7
Políticos nacionais	8
Políticos locais	1
Sociedade civil organizada	1
Pessoas singulares	1
Total	18

Tabela 16: Presença de discurso subjetivo

Tabela 17: Tom dominante

Presença de discurso subjetivo	Nº de ocorrências
Sim	11
Não	7
Total	18

Tom dominante	Nº de ocorrências
Positivo	1
Negativo	13
Neutro	4
Total	18

Consideramos, igualmente, que as peças onde surgem mencionados concelhos associados ou englobados na ideia de Margem Sul, contribuem para a manutenção de representações mentais sobre tal território simbólico como uma totalidade, extravasando o contexto de uma peça sobre a localidade explicitamente referida. Deste modo, torna-se necessário distinguir entre peças onde a questão do território está valorizada em termos de tratamento (referência em títulos/subtítulos, lead, fotografias/legendas ou no texto como temática principal) – as quais serão objeto de uma análise formal semelhante à que realizámos acima (2, 4, 5, 10, 11, 13, 19, 23, 26, 27, 28, 31, 32, 36, 37, 38, 40, 46, 48, 54, 56, 57, 61, 67, 74) –, e peças onde as localidades pertencentes à Península de Setúbal são apenas mencionadas sem terem uma importância visível que, na nossa perspetiva, pudesse levar os leitores a formar qualquer opinião ou juízo de valor sobre as mesmas. No segundo caso (1, 3, 6, 7, 8, 9, 12, 14, 15, 16, 17, 18, 20, 21, 22, 24, 25, 29, 30, 33, 34, 35, 39, 41, 47, 49, 55, 58, 59, 60, 62, 64, 68, 73, 75, 76, 77, 78, 82, 83), importa apenas, no contexto do presente estudo, enumerar os motivos e temas que originaram tais referências em peças onde o foco é outra região ou o contexto nacional.

Começamos, então, por olhar para a coluna B da tabela 18, onde registámos o número de peças em que o território mencionado se insere num contexto mais amplo ou é irrelevante para a compreensão imediata da peça. Temos 40 peças nesta classificação, sendo que uma delas não faz referência a nenhum dos concelhos, mencionando, antes, a Península de Setúbal, como equivalente a Margem Sul, o que vai ao encontro da opção metodológica aqui seguida. Trata-se de um leitor que, ao comentar as declarações de Mário Lino, afirma: “É difícil escolher o pior. (...) se um ministro que despova a península de Setúbal (...)”. Salvaguardada esta referência, existem 39 casos em que um dos concelhos da margem sul é referido sem ter um papel central na peça. Setúbal lidera o número de referências com 16 (apenas duas pretendem referir o distrito de Setúbal como um todo), embora isso se deva principalmente à presença do Vitória de Setúbal na 1ª liga do futebol português e ao facto de o candidato do PSD nas eleições intercalares de Lisboa ser vereador na Câmara Municipal de Setúbal.

O Seixal é o segundo concelho mais mencionado, com nove referências. Há uma leitora que reside no Seixal e escreve cartas – três; fechou uma fábrica que operava no Seixal – uma (esta notícia aparece na presente secção porque o seu tema é o aumento do desemprego no país, o Seixal não é relevante, surge apenas no corpo do texto como localização em que houve uma fábrica a fechar); vai fechar uma fábrica (noutra localidade) que também opera no Seixal – uma; SL Benfica vai hipotecar o direito de superfície do centro de estágio no Seixal, a fim de servir de garantia a um empréstimo (é uma referência feita apenas no final da peça) – uma; Jardim Zoológico e município do Seixal promovem atividades para o dia da criança (o destaque é dado ao Zoo) – uma. Há, ainda, duas menções *por acaso*: uma análise crítica a tutela dos transportes por não avançar com os grandes projetos que promove largamente, sobrando as obras pequenas para publicitar, na sua opinião as únicas que se realizam – “(...) de cuja cartola a tutela retira de vez em quando um coelho para apresentar ao público, quer seja a construção de um ramal de nove quilómetros em Aveiro, ou uma linha de três quilómetros no Seixal”; e um comentador que refere, sobre Lisboa, que um vereador do Seixal é candidato.

A presença dos outros sete concelhos oscila entre quatro representações (Almada e Montijo) e zero (Moita). Três das presenças do Montijo estão relacionadas com a sua base aérea (tabela 19), o que significa que não teria expressão de outra forma. A produção de rotina sobre os concelhos (sem destaque), durante as duas semanas da análise, foi pouco afetada pela polémica sobre a construção do novo aeroporto. De acordo com a tabela 19, o futebol, a economia/política nacionais, Lisboa (eleições) e Justiça, segurança e criminalidade foram os principais temas abordados, por esta ordem: 13, seis, cinco, quatro e quatro referências em 40 peças). Os dados mais detalhados da tabela 20 mostram que o futebol tem como representante principal o Vitória de Setúbal, que a economia é representada pelas indústrias que têm pólos na região (especialmente a Autoeuropa) e que a questão da justiça se revela nos quatro momentos em que a região teve vítimas de crimes ou foi o palco dos mesmos (inclui crimes económicos).

Tabela 18: Peças que mencionam os concelhos		
Concelho	A) Nº de peças em que o território importa	B) Nº de peças em que o território se insere num contexto mais amplo ou é irrelevante
Alcochete	0	1
Almada	5	4
Barreiro	2	1
Moita	2	0
Montijo	3	4

Palmela	2	3
Seixal	5	9
Sesimbra	3	1
Setúbal	14	16
Total (peças/ referências)	25 / 36	40 / 39

Tabela 19: Temas das peças sem relevância dos concelhos	
Temas associados às peças da coluna B)	Nº de ocorrências
Educação	1
Justiça, segurança e criminalidade	4
Futebol	13
Lisboa	4
Construção de novo aeroporto / base aérea do Montijo	3
Economia	6
Política nacional	5
Trabalho (burla)	1
Ambiente	1
Dia da criança	1
Saúde	1
Total	40

Tabela 20: Motivos das referências sem relevância aos concelhos	
Motivo da referência aos concelhos em estudo em B)	Nº de ocorrências
Local de residência da leitora que escreve a carta	3
Local de passagem de um evento/atividades culturais	3
Vitória de Setúbal + Academias de Alcochete e Seixal (futebol)	13
Proximidade geográfica com Lisboa	1
Possível localização para o aeroporto + estruturas aeroportuárias existentes	3
Empresa opera/fecha/pode fechar num dos concelhos	5
Político de Setúbal tem voz/referência na peça	3
Local/vítima de um crime	4
Projetos de transportes (descrença)	1
Possível implementação de gestão de energia/proteção ambiental	1
População (não é deserto)	1
Possível fecho de hospital psiquiátrico	1
Total	39

Procedemos, em seguida, à análise formal relativa às 25 peças em que reconhecemos existir uma centralidade de um ou vários dos concelhos em estudo. Uma vez que houve várias peças a abordar mais do que um concelho, o primeiro dado que importa destacar é que há 36 referências aos nove concelhos que compõem a Península de Setúbal (tabela 18, coluna A). Setúbal é novamente o concelho mais referido, com 14 ocorrências (apenas uma visa o distrito), seguido, desta feita, com maior distância e por

dois concelhos: Almada e Seixal, com cinco referências cada. Alcochete não foi referido neste contexto e os restantes cinco concelhos aparecem duas/três vezes. A partir daqui, a análise dos vários indicadores será realizada às 25 peças em conjunto e intercalada com informações a destacar sobre algumas especificidades da cobertura sobre cada concelho.

À semelhança do método utilizado para monitorizar as peças sobre a “Margem Sul”, podemos ver, na tabela 21, as datas das edições onde constam as referências aos nove concelhos. Contudo, ao contrário do que verificáramos anteriormente, o número de peças diárias mantém-se baixo, mas estável, ao longo de todo o período de análise (varia entre zero e três). Há peças logo no primeiro dia e até ao penúltimo dia (29 de maio), sendo três os dias em que não registámos nenhuma. Assim, a produção jornalística de rotina que confere alguma atenção aos concelhos em análise parece ter ignorado a polémica instalada em torno do aeroporto. A maioria das peças (13) situa-se na secção *Local*. No outro extremo, há dois *Destaques* e duas peças no *Espaço Público* (situação bem diferente da análise anterior). As secções *Portugal* e *Desporto* contam com quatro ocorrências (tabela 22).

Devido ao elevado número de registos, iremos perceber de que peças locais falamos ao chegar ao indicador *tema* (tabela 29). Para já, importa assinalar que o primeiro *destaque* é, na verdade, uma peça sobre as eleições de Lisboa, em que uma caixa de texto com fotografia (bem visível no contexto da notícia) apresenta o candidato do PSD, Fernando Negrão, como “vice-presidente da bancada do PSD e vereador da Câmara Municipal de Setúbal”. A segunda peça inserida na categoria *Destaque* é uma opinião sobre a disputa dos lugares de manutenção na 1ª liga do futebol português, luta na qual está presente o Vitória de Setúbal (referido logo no título da peça). As peças inseridas na secção *Portugal*, ou seja, os acontecimentos regionais que teoricamente interessam a todo o país, não se revelam mais informativos para a região, mantendo uma imagem negativa e subalterna a Lisboa. Uma delas fala de um caso (sob investigação policial) de “reformas compulsivas” na Câmara Municipal de Setúbal, apenas porque “ensombram” a “candidatura de Negrão”. As restantes referem-se a outros crimes cometidos na região: apreensão de droga (Setúbal e Moita); maus-tratos num lar para crianças com deficiências em Setúbal, cujo julgamento brando no Supremo Tribunal de Justiça deu origem a uma “condenação europeia”; suspeito de pedofilia julgado em Almada.

O indicador seguinte aponta igualmente no sentido da pouca importância conferida às notícias presentes nesta secção do estudo (tabela 23). Das 25 peças, apenas

três são matéria de capa: uma chamada e duas manchetes (a primeira é a opinião que inclui o Vitória de Setúbal; a segunda é igualmente um *Destaque* – sobre o candidato do PSD às eleições de Lisboa; e a outra refere-se a uma peça sobre atrasos salariais na 1ª liga de futebol português).

A tabela 24 acrescenta que 16 peças foram assinadas por jornalistas. No entanto, somando as ocorrências *assinada por leitor* (aqui apenas representa um caso), *por comentador ou cronista*, *por redação e Lusa*, *outra e não assinada*, temos um total de nove peças pelas quais não há um jornalista a responsabilizar-se individualmente. No que respeita aos géneros jornalísticos presentes (tabela 25), a grande maioria são presumivelmente objetivos, com destaque para as notícias curtas (13 peças). Há, ainda, seis notícias desenvolvidas e duas breves. Do lado mais subjetivo existe um artigo de opinião e uma carta de leitor. As duas peças cujo género classificámos como *outro* são um direito de resposta e uma crónica.

Quanto à visibilidade das peças (tabela 26), podemos ver que 15 são secundárias. Dentro das 10 peças classificadas como principais, três ocupam uma página completa: a primeira é sobre a existência de atrasos salariais em vários clubes de futebol da 1ª liga portuguesa, entre os quais se inclui o Vitória de Setúbal; a segunda é uma crónica, do nosso ponto de vista irónica, mas um pouco descabida, sobre a vida quotidiana de um cidadão que reside no Montijo; e a terceira é uma notícia desenvolvida sobre a união de 75 concelhos (inclui Sesimbra), através da Associação Portuguesa de Gestão de Centros Urbanos, de forma a combater o esvaziamento dos centros urbanos. Observando as sete peças *principais* que restam, verificamos que tal classificação não é significativa em dois casos: num consideramos a peça como *principal* por ser a primeira da página, embora tenha uma dimensão semelhante às restantes e no outro a peça partilha a página com publicidade, sendo esta o componente principal.

No que se refere à conexão entre peças (tabela 27), considera-se *não aplicável* nos três casos em que a peça ocupa a página completa. Para além desta situação, 14 das 25 peças apresentam uma conexão temática que se divide em: Lisboa – duas; desporto (futebol e basquetebol) – quatro; peças locais com proximidade temática (um deles direito de resposta) – seis; decisões europeias e justiça – duas. Assim, são oito as peças que não estão conectadas com o restante conteúdo da página.

O próximo indicador a avaliar é a ilustração das peças (tabela 28). Das 25 consideradas, apenas sete não apresentam qualquer ilustração. Para confirmar o carácter

positivo deste dado, é importante verificar o que consta nas 20 fotografias que ilustram as restantes 18 peças (uma peça tem três fotos): foto de um político ou representante de instituição pública local – três; animal – uma; edifícios não identificados – três; edifícios do centro histórico de Setúbal/Oeiras/Lisboa – três; foto de jogadores de futebol de equipas portuguesas/jogador de basquetebol da NBA – três; instalações de empresa situada na região – duas; Sociedade civil organizada (pessoa a tocar bombo, em alusão à presença dos Tocá Rufar no Festival de Percussão no Seixal – uma; foto do presidente de Associação que junta 75 concelhos) – duas; portagens numa autoestrada – uma; imagem parcial e desfocada de criança, a dar a mão a um/a adulto/a – uma; pessoas a encetar cerimónia formal local no Seixal – uma. Atendendo a esta descrição, algumas fotos poderiam acrescentar mais informação à peça, enquanto outras revelam que a região não é o principal foco na peça (apenas seis revelam alguma ligação ao território estudado). Ainda assim, nenhuma delas induz em erro sobre o conteúdo da peça ou é marcadamente despropositada.

Igualmente relevante para aferir o conteúdo das 25 peças é o seu tema (tabela 29). *Desporto* conta com cinco referências, sendo quatro delas sobre futebol e não tanto sobre o clube Vitória de Setúbal, pelo que o futebol é o verdadeiro valor-notícia, não interessando a região de onde provém cada clube que joga na 1ª liga portuguesa. A outra notícia inserida neste tema é uma inesperada referência ao campeonato nacional de basquetebol sub-20, no contexto de uma notícia sobre basquetebol nos EUA, onde um subtítulo destaca a vitória do “Barreirense”. Em seguida, surge o tema *Justiça, segurança e criminalidade*, onde se insere apreensão de droga, realização de buscas na Câmara Municipal do Montijo, ratificação de condenação europeia de um acórdão do STJ que aceita castigos sobre crianças (caso ocorrido em lar de Setúbal) e o julgamento de um suspeito de pedofilia em Almada. Com o mesmo número de referências temos um conjunto de peças agrupadas na temática *Outros* por não se inserirem nos temas previamente codificados e parecerem esporádicos: mudança de liderança na sociedade Setúbal Polis (instituições públicas); prevenção e identificação de vulnerabilidades no centro histórico de Setúbal em caso de sinistro natural; vida quotidiana entre Montijo e Lisboa (crónica); Seixal recorda personalidade importante para o desenvolvimento do concelho no passado em cerimónia que exalta a “árvore”.

Os restantes temas são referidos entre uma e três vezes: *Política nacional*, *Planeamento e ordenamento do território*, *Infraestruturas (investimento público)*, *Saúde*,

Política local, Ambiente, Educação, Atividades culturais. Dentro destes temas, é possível identificar dois em que a região não é o foco principal. *Política nacional* traduz-se em decisões da direção nacional do PSD para as eleições em Lisboa e uma das notícias sobre *Política local* é igualmente sobre Lisboa. Recuperando a análise iniciada na tabela 22, sobre a secção em que se encontram as peças, verificamos que as 13 peças inseridas na secção *Local* têm como tema: Saúde – duas; Instituições públicas – uma; Infraestruturas (investimento público) – uma; Ambiente – uma; Segurança em caso de sinistro – uma; Planeamento e Ordenamento do Território – duas; Política local – duas; Atividades culturais – uma; Justiça, segurança e criminalidade – uma; cerimónia local e memória de habitante destacado – uma. A comparação entre as peças inseridas na secção *Local* e *Portugal* (enumeradas acima para a análise da tabela 22) mostra-nos como é diferente aquilo que deve interessar a todo o país ou constar na secção *Local*. Vimos acima que *Portugal* continha três crimes confirmados e um em investigação que “ensombra” a candidatura de Negrão à Câmara de Lisboa. Ficamos agora a saber, principalmente através da secção de notícias locais, que houve mais acontecimentos no território em estudo, embora o número pudesse ser mais elevado, pois falamos de nove concelhos (um deles sede de distrito).

Chegados a este ponto, torna-se necessário esclarecer o motivo de estarem englobadas nesta categoria notícias onde o foco principal não é a região. Conforme já referimos, entraram na análise formal peças onde a questão do território está valorizada em termos de tratamento (referência em títulos/subtítulos, lead, fotografias/legendas ou no texto como temática principal). No entanto, há peças em que o título inclui o Vitória de Setúbal sem a peça mostrar uma ligação efetiva ao território (é uma equipa como as restantes da 1ª liga, o que por um lado é positivo, ao mostrar que a localização não condiciona a ação da equipa). Há, igualmente, destaques, legendas e subtítulos em peças maiores que mencionam a região, tornando-a visível e obrigando à sua inclusão nesta categoria, mesmo não constituindo a temática principal do texto completo. Assim, para o bem ou para o mal, incidem efetivamente sobre a região 18 das 25 peças selecionadas.

O momento escolhido para incluir tal explicação deve-se ao facto de ser relevante para a compreensão do próximo indicador: a avaliação do *framing* (tabela 30). Isto é, além do número de peças associado a cada tipo de enquadramento, importa perceber se aqueles que são mais temáticos focam mesmo a região e aspetos importantes para a mesma. Existem, então, 14 enquadramentos *episódicos* (número elevado de peças sem

contexto) e cinco *predominantemente episódicos*. Por outro lado, há três enquadramentos *temáticos*: atrasos salariais na 1ª liga do futebol português; balanço da época desportiva (futebol); e vida quotidiana Montijo-Lisboa. Apenas o último visa a realmente a região e é uma crónica (muito irónica, com um objetivo difícil de perceber), pelo que o tratamento jornalístico não o fez. Contabilizámos, ainda, três enquadramentos *predominantemente temáticos*: centro histórico de Setúbal (vulnerabilidades gerais do território e atitude de prevenção de sinistros naturais); Associação une 75 concelhos na luta contra o “efeito donut” (medidas e reflexão sobre o efeito); Centenário da Festa da Árvore no Seixal evoca memória de António Augusto Louro (refere a obra do cidadão e como era o Seixal no passado). A produção jornalística de rotina tende a basear-se em acontecimentos. Porém, seria possível haver mais notícias como as três que enumeramos aqui, capazes de conciliar a existência de um acontecimento âncora com uma reflexão sobre problemas e soluções ou potencialidades dos vários concelhos que compõem a Península de Setúbal.

Sobre o número de fontes (tabela 31), destacamos o facto de metade das peças recorrerem a, pelo menos, duas fontes – 12. Ainda assim, é elevado o número de peças que utiliza apenas uma – nove. Em contrapartida, apenas uma notícia não cita qualquer fonte (anuncia o Festival de Percussão, no Seixal) e há três peças em que tal indicador não é aplicável, devido ao seu carácter opinativo. A próxima tabela em análise (32) elenca as 52 “vozes” que podemos encontrar em cada uma das 25 peças. Em primeiro lugar, não obstante a pouca profundidade das informações sobre a região, identificada acima, aquilo que se verifica é um equilíbrio na distribuição das vozes por entidades ligadas ao poder: *Políticos locais* (14 vozes); *Instituições públicas e de poder* (13 vozes); *Políticos nacionais* (sete vozes). Seguidamente, cinco vozes pertencem aos próprios autores das peças (inclui um direito de resposta e uma breve em que ninguém fala). As (poucas) vozes que falta atribuir pertencem às seguintes categorias: *Empresas* (ex. Clubes desportivos das primeiras ligas nacionais) – quatro; *Pessoas singulares* – três; *Outra* (ex. Estudos e relatórios) – três; *Sociedade civil organizada* – duas; *Forças de segurança* – uma.

À semelhança daquilo que aconteceu nas notícias sobre a *Margem Sul*, o número de vozes sofre uma redução considerável, embora não tão expressiva, quando olhamos em exclusivo para as *vozes da região* (tabela 33). Em vez de 52 vozes, encontramos perto de 50%, ou seja, 25 atores têm uma ligação à região. Tendo em conta que há 13 peças sem vozes da região, estas distribuem-se pelas restantes 12 peças do seguinte modo: *Políticos locais* – 14 (enorme destaque); *Instituições públicas e de poder* – seis; *Pessoas*

singulares – três; *Voz predominante/única é do/a autor/a* – uma; *Empresas* (ex. Clubes desportivos das primeiras ligas nacionais) – uma.

Em sentido contrário, o número de *referências sem voz ligadas à região* é de 45 (tabela 34), um valor próximo do número geral de vozes ativas (52). Isto quer dizer que há muitos casos em que os jornalistas mencionam pessoas/entidades ligadas à região sem lhes conceder a possibilidade de falar sobre o assunto (ou sem isso ser necessário para a compreensão da peça). Os cinco casos em que não há referências sem voz indicam que os atores da região falaram ou que só o concelho é referido e não pessoas/entidades com ele relacionados. A distribuição das referências sobre a região é um pouco diferente da anterior devido ao peso elevado das pessoas singulares, mantendo-se, contudo, a presença forte dos políticos: *Políticos locais* – 16; *Pessoas singulares* – 14; *Concelhos* – seis; *Empresas* (ex. Clubes desportivos das primeiras ligas nacionais) – cinco; *Instituições públicas e de poder* – três; *Sociedade civil organizada* – uma.

Relativamente às vozes presentes nas peças, o indicador que mede o *protagonismo* parece ser aquele que apresenta a distribuição mais equilibrada (tabela 35): *Instituições públicas e de poder* – seis; *Políticos locais* – quatro; *Empresas* (ex. Clubes desportivos das primeiras ligas nacionais) – três; *Pessoas singulares* – três; *Voz predominante é do/a autor/a* – dois; *Sociedade civil organizada* – dois; *Não é possível determinar* – dois; *Políticos nacionais* – um; *Forças de segurança* – um; *Outra* – um. Assim, apesar de estarem presentes em grande parte das peças, as instituições/personalidades ligadas ao poder local e nacional partilham o protagonismo com outros intervenientes (vários da região), facto que assinalamos como positivo.

O próximo indicador (tabela 36) confirma a preponderância dos géneros jornalísticos que visam a objetividade face aos géneros opinativos. Efetivamente, detetámos a *presença de discurso subjetivo* em apenas cinco das 25 peças (e sempre em casos em que o mesmo é suposto existir: crónica, informação desportiva, artigo de opinião, carta de leitor, direito de resposta). As restantes 20 não apresentam marcas claras de subjetividade.

Para finalizar, avaliamos o *tom dominante* de cada peça (tabela 37). A ressalva que fizemos anteriormente mantém-se: um tom negativo não significa necessariamente a passagem de uma imagem negativa sobre os concelhos em estudo, principalmente quando não são o principal foco da peça, mas sim uma cobertura jornalística assente em factos

ou numa abordagem negativa. Temos, assim, 11 peças *negativas*, oito peças *positivas* e seis peças *neutras*, distribuição que entendemos ser equilibrada.

Tabela 21: peças por data	
Data	Nº de ocorrências
16/05/2007	3
17/05/2007	3
19/05/2007	1
20/05/2007	3
21/05/2007	3
22/05/2007	1
23/05/2007	3
25/05/2007	2
26/05/2007	3
27/05/2007	1
28/05/2007	1
29/05/2007	1
Total	25

Tabela 22: Secções	
Secção	Nº de ocorrências
Destaque	2
Espaço Público	2
Portugal	4
Local	13
Desporto	4
Total	25

Tabela 23: Primeira página	
Primeira página	Nº de ocorrências
Ausente	22
Chamada	1
Manchete	2
Total	25

Tabela 24: Assinatura	
Assinatura	Nº de ocorrências
Por jornalista(s)	16
Por leitor	1
Por comentador/cronista	1
Por redação e Lusa	2
Outra	2
Não assinada	3
Total	25

Tabela 25: Géneros jornalísticos	
Género Jornalístico	Nº de ocorrências
Breve	2
Notícia curta	13
Notícia desenvolvida	6
Artigo de opinião	1
Carta de leitor	1
Outro	2
Total	25

Tabela 26: Posição na página	
Posição na página	Nº de ocorrências
Peça principal	7
Peça principal (página completa)	3
Peça secundária	15
Total	25

Tabela 27: Conexão	
Conexão	Nº de ocorrências
Conectada por temática	14
Não conectada	8
Conexão não aplicável	3
Total	25

Tabela 28: Ilustração	
Ilustração	Nº de ocorrências
Fotografia	18
Não tem	7
Total	25

Tabela 29: Temas	
Tema	Nº de ocorrências
Política nacional	1
Saúde	2
Planeamento e ordenamento do território	2
Política local	3
Infraestruturas (investimento público)	1
Ambiente	1
Educação	1
Desporto	5
Atividades culturais	1
Justiça, Segurança e Criminalidade	4
Outro	4
Total	25

Tabela 30: <i>Framing</i>	
<i>Framing</i>	Nº de ocorrências
Episódico	14
Predominantemente episódico	5
Predominantemente temático	3
Temático	3
Total	25

Tabela 31: Nº de fontes	
Nº de fontes	Nº de ocorrências
Sem fontes	1
Uma fonte	9
Mais de uma fonte	12
Não aplicável	3
Total	25

Tabela 32: Vozes presentes	
Vozes presentes	Nº de ocorrências
Voz predominante/única é do/a autor/a (inclui redação)	5
Políticos nacionais	7
Empresas (ex. Clubes desportivos das primeiras ligas nacionais)	4
Políticos locais	14
Instituições públicas e de poder	13
Sociedade civil organizada	2
Pessoas singulares	3
Forças de segurança	1
Outra (ex. Estudos e relatórios)	3
Total	52

Tabela 33: Vozes presentes (da região)	
Vozes presentes (da região)	Nº de ocorrências
Voz predominante/única é do/a autor/a	1
Empresas (ex. Clubes desportivos das primeiras ligas nacionais)	1
Políticos locais	14

Instituições públicas e de poder	6
Pessoas singulares	3
Nenhuma	13
Total (de vozes/ocorrências)	25 / 38

Tabela 34: Referências sem voz ligadas à região	
Referências sem voz ligadas à região	Nº de ocorrências
Empresas (ex. Clubes desportivos das primeiras ligas nacionais)	5
Políticos locais	16
Instituições públicas e de poder	3
Sociedade civil organizada	1
Pessoas singulares	14
Concelhos	6
Nenhuma	5
Total (de referências/ocorrências)	45 / 50

Tabela 35: Protagonismo	
Protagonismo	Nº de ocorrências
Voz predominante/única é do/a autor/a (inclui redação)	2
Políticos nacionais	1
Empresas (ex. Clubes desportivos das primeiras ligas nacionais)	3
Políticos locais	4
Instituições públicas e de poder	6
Forças de segurança	1
Sociedade civil organizada	2
Pessoas singulares	3
Outra (ex. Estudos e relatórios)	1
Não é possível determinar	2
Total	25

Tabela 36: Presença de discurso subjetivo	
Presença de discurso subjetivo	Nº de ocorrências
Sim	5
Não	20
Total	25

Tabela 37: Tom dominante	
Tom dominante	Nº de ocorrências
Positivo	8
Negativo	11
Neutro	6
Total	25

Conclusões

A fase exploratória analisou o período entre 16 e 30 de maio de 2007, uma semana antes e após declarações depreciativas do então ministro das Obras Públicas, Mário Lino,

sobre a Margem Sul (23 de maio), quando se discutia a melhor localização para a construção de um novo aeroporto de Lisboa (discussão essa que se mantém em 2020).

O método utilizado para recolher as peças foi a procura, nas edições do jornal PÚBLICO dos dias selecionados, dos seguintes dez termos: Margem Sul, Alcochete, Almada, Barreiro, Moita, Montijo, Palmela, Seixal, Sesimbra, Setúbal. Excluímos, à partida, referências realizadas na secção *Classificados*.

Encontrámos 83 peças onde consta explicitamente um dos termos procurados e separámos os resultados obtidos em três grupos:

- Peças em que consta a expressão *Margem Sul* – 18 resultados;
- Peças em que é referido um dos concelhos (ou Península de Setúbal) sem relevância no tratamento (território é mencionado, mas o foco da peça é nacional ou outra localidade, tornando-o irrelevante para a compreensão imediata da peça) – 40 resultados;
- Peças em que é referido um dos concelhos e onde a questão do território está valorizada em termos de tratamento (referência em títulos/subtítulos, lead, fotografias/legendas ou no texto como temática principal) – 25 resultados que passaram a 18 depois da exclusão de alguns resultados onde a valorização em termos de tratamento não correspondia a uma importância efetiva do território (situação que explicaremos ao definir os critérios finais de recorte).

As principais conclusões a destacar sobre o primeiro grupo de 18 resultados são:

- A primeira referência ao termo *Margem Sul* aconteceu apenas no dia 24 de maio (nono dia de análise), em sequência das declarações proferidas pelo ministro na véspera (23 de maio). A partir daí, a até ao fim do período considerado (30 de maio), a expressão esteve presente em todas as edições do jornal, principalmente nos dias 26 e 29 onde é referida em quatro ocasiões diferentes. Colocamos, então, a hipótese de que tal termo não surge habitualmente nas rotinas de produção do jornal, tendo surgido associado principalmente ao episódio referido.
- Metade das referências (nove) surgiram na secção *Espaço Público*, uma secção onde predomina a opinião. O tratamento jornalístico realizado nas restantes secções *Local*, *Economia*, *Portugal* e *Destaque* é superficial e pouco centrada nas características da região.
- Apenas quatro peças marcaram presença na capa do jornal (duas chamadas e duas manchetes). Das nove peças cujo género visa a objetividade, oito foram assinadas por jornalistas. Houve sete notícias curtas e duas notícias desenvolvidas.
- O número de peças principais e secundárias é semelhante: dez e oito. Treze peças estão conectadas por temática, destacando-se a inserção em contextos opinativos com temáticas próximas. Apenas quatro se diferenciam, com conexões a dever-se à temática *partidos e debate político*.

- Sete peças não estão ilustradas. As restantes onze totalizam 14 fotografias, das quais apenas seis estão claramente associadas ao território. Não obstante, duas peças estão ilustradas com descampados (em alusão às declarações de Mário Lino), facto que vemos como desadequado (e contraditório) para ilustrar a reação negativa que as declarações suscitaram em diversos setores sociais.
- Há sete temas visados. As declarações do ministro e posteriores reações acabaram por se distanciar do tema *Construção de novo aeroporto* (sete peças), obrigando à criação de uma nova categoria intitulada *Declarações do ministro Mário Lino* que acabou, infelizmente para o debate público, por superar a inicial (oito peças). As críticas ao ministro tornaram-se pessoais, negligenciando a discussão sobre *Planeamento e ordenamento do território* que seria necessária (apenas uma peça). Os restantes quatro temas tiveram uma/duas referências: política nacional, acessibilidades, política local e outro.
- Temos seis enquadramentos episódicos (muitas peças sem contexto, portanto) e três predominantemente episódicos, assim como seis enquadramentos predominantemente temáticos e três enquadramentos temáticos. Duas das peças inseridas no segundo tipo de enquadramento têm apenas referências episódicas quanto ao assunto em estudo, a *Margem Sul*.
- Em sete peças não se aplica a obrigatoriedade ética de recorrer a fontes, por se tratarem de opiniões. As onze peças onde tal necessidade se verifica apresentam uma fonte (três casos) ou mais (oito casos), o que é positivo.
- Contudo, das 58 vozes presentes no total das peças, cerca de 43% pertencem a políticos nacionais (25 casos), seguindo-se as vozes dos próprios autores da peça (no caso de opiniões, avaliações ou crónicas), com oito ocorrências. As restantes 25 vozes dividem-se pelos outros seis tipos de atores.
- O número de vozes reduz-se para 12 quando contabilizamos exclusivamente os intervenientes ligados à *Margem Sul* (por indicação de residência ou ocupação de cargo local, principalmente), cujo total é zero em 11 peças. Nas restantes sete peças, as vozes são: pessoas singulares (cinco); políticos locais (quatro), autores das peças (três). Há, ainda, 16 referências sem atribuição de voz, um número um pouco superior, porém inferior ao número de peças inserido neste grupo (18).
- O protagonismo nas várias peças é igualmente pouco diverso: políticos nacionais (oito), autores das peças (sete), políticos locais (uma), sociedade civil organizada (uma), pessoas singulares (uma). Cinco protagonistas são pessoas/entidades da região (três correspondem a moradores que escrevem cartas sobre a região).
- Onze peças apresentam discurso subjetivo: nove são opiniões ou avaliações de jornalistas e leitores, uma é um perfil inserido numa notícia desenvolvida e a outra é uma notícia que contém expressões reveladoras de juízos de valor.
- O tom dominante das peças revela que uma é positiva, 13 são negativas e quatro são neutras.

Relativamente às 40 peças inseridas no segundo grupo procurámos apenas perceber o que faz com que os concelhos da *Margem Sul* sejam referidos no jornal quando não são importantes para a compreensão geral da peça. O concelho de Setúbal lidera com

14 referências que se devem principalmente à presença do Vitória de Setúbal na 1ª liga do futebol português e ao facto de o candidato do PSD nas eleições intercalares de Lisboa ser vereador na Câmara Municipal de Setúbal. Em segundo lugar aparece o Seixal com nove referências diversas, enquanto os outros sete concelhos oscilam entre quatro (Almada e Montijo) e zero (Moita). A produção de rotina na qual os concelhos não têm destaque parece ter sido pouco afetada pela polémica sobre a construção do novo aeroporto (à exceção do Montijo que viu a sua base aérea referida em três ocasiões). Os temas principais foram: futebol (13 casos), economia (seis), política nacional (cinco), Lisboa – eleições (quatro) e Justiça, segurança e criminalidade (quatro). O futebol tem como representante principal o Vitória de Setúbal, a economia é representada pelas indústrias que têm polos na região (especialmente a Autoeuropa) e a questão da justiça revela-se nos quatro momentos em que a região teve vítimas de crimes ou foi palco dos mesmos (inclui crimes económicos).

No que respeita ao terceiro grupo (25 peças), retirámos as seguintes conclusões:

- Dado que algumas peças abordaram vários municípios, há 36 referências aos nove concelhos da Península de Setúbal. Setúbal é novamente o mais referido (com 14 ocorrências, das quais uma visa o distrito), seguido por Almada e Seixal, com cinco referências cada. Alcochete não foi referido neste contexto e os restantes cinco concelhos aparecem duas/três vezes.
- O número de peças diárias mantém-se baixo, mas estável, ao longo de todo o período de análise (varia entre zero e três), havendo peças entre o primeiro e o penúltimo dia analisado (29 de maio) e três dias em que não registámos nenhuma. Assim, a produção jornalística de rotina que confere atenção aos concelhos em análise parece ter sido independente da polémica instalada em torno do aeroporto e foi colocada nas seguintes secções: Local (13), Portugal (quatro), Desporto (quatro), Destaque (dois), Espaço Público (dois).
- As peças inseridas na secção *Destaque* não são verdadeiramente sobre a região, enquanto as peças da secção *Portugal*, ou seja, os acontecimentos regionais que teoricamente interessam a todo o país, não se revelam mais informativos para a região, mantendo uma imagem negativa (associada à criminalidade) e subalterna a Lisboa.
- Apenas três peças são matéria de capa (uma chamada e duas manchetes): duas relacionadas com o Vitória de Setúbal e uma com o candidato do PSD às eleições intercalares de Lisboa).
- Dezasseis peças foram assinadas por jornalistas, existindo igualmente um total de nove peças pelas quais não há um jornalista a responsabilizar-se individualmente. Quanto aos géneros jornalísticos, predominam as notícias curtas (13 peças), há seis notícias desenvolvidas e duas breves. Do lado mais subjetivo existe um artigo

de opinião e uma carta de leitor. Destacamos, ainda, que 15 peças são secundárias e que as outras 10 são principais, havendo três que ocupam uma página completa. Dessas, duas centram-se efetivamente sobre a região.

- Há 14 peças a apresentar uma conexão temática com as peças da mesma página: Lisboa – duas peças; desporto (futebol e basquetebol) – quatro; peças locais com proximidade temática (um deles direito de resposta) – seis; decisões europeias e justiça – duas.
- Apenas sete peças não estão ilustradas, havendo um total de 20 fotografias nas restantes 18 peças, das quais escassas seis revelam alguma ligação ao território estudado.
- Os temas abordados dividem-se em: Desporto (cinco), Justiça, segurança e criminalidade (quatro), Outro (quatro) – mudança de liderança na sociedade Setúbal Pólis; prevenção e identificação de vulnerabilidades no centro histórico de Setúbal, em caso de sinistro natural; vida quotidiana entre Montijo e Lisboa (crónica); Seixal recorda personalidade importante para o desenvolvimento do concelho no passado em cerimónia que exalta a “árvore”. Há ainda temas abordados entre uma e três vezes: Política nacional, Planeamento e ordenamento do território, Infraestruturas (investimento público), Saúde, Política local, Ambiente, Educação, Atividades culturais.
- Existem 14 enquadramentos episódicos (um número muito elevado de peças sem contexto) e cinco predominantemente episódicos. Por outro lado, há três enquadramentos temáticos: atrasos salariais na 1ª liga do futebol português; balanço da época desportiva (futebol); e vida quotidiana Montijo-Lisboa. Apenas o último visa a região e é uma crónica, pelo que o tratamento jornalístico não o fez. Contabilizámos, ainda, três enquadramentos predominantemente temáticos: centro histórico de Setúbal (vulnerabilidades gerais do território e atitude de prevenção de sinistros naturais); Associação une 75 concelhos na luta contra o “efeito donut” (medidas e reflexão sobre o efeito); Centenário da Festa da Árvore no Seixal evoca memória de António Augusto Louro (refere a obra do cidadão e como era o Seixal no passado). A produção jornalística de rotina tende a basear-se em acontecimentos. Porém, seria possível haver mais notícias como as três que enumeramos aqui, capazes de conciliar a existência de um acontecimento âncora com uma reflexão sobre problemas e soluções ou potencialidades dos vários concelhos que compõem a Península de Setúbal.
- Metade das peças (12) recorrem a pelo menos duas fontes, sendo igualmente elevado o número de peças que utiliza uma fonte (nove). Uma peça não apresenta fontes e há três em que o indicador não se aplica.
- As 52 vozes que podemos encontrar nas 25 peças refletem o predomínio dos atores ligados ao poder local e nacional: políticos locais (14 vozes); instituições públicas e de poder (13 vozes); políticos nacionais (sete vozes).
- O número de vozes reduz-se para metade quando olhamos em exclusivo para as vozes da região (25) e distribui-se por 12 peças, do seguinte modo: Políticos locais – 14 (enorme destaque); Instituições públicas e de poder – seis; Pessoas singulares

- três; Voz predominante/única é do/a autor/a – uma; Empresas (ex. Clubes desportivos das primeiras ligas nacionais) – uma.
- O número de *referências sem voz ligadas à região* é de 45, um valor próximo do número geral de vozes ativas (52). Isto quer dizer que há muitos casos em que os jornalistas mencionam pessoas/entidades ligadas à região sem lhes conceder a possibilidade de falar sobre o assunto (ou sem isso ser necessário para a compreensão da peça). A distribuição das referências sobre a região é um pouco diferente da anterior devido ao peso elevado das pessoas singulares, mantendo-se, contudo, a presença forte dos políticos: Políticos locais – 16; Pessoas singulares – 14; Concelhos – seis; Empresas – cinco; Instituições públicas e de poder – três; Sociedade civil organizada – uma.
- O *protagonismo* parece ser o indicador que apresenta a distribuição mais equilibrada: Instituições públicas e de poder – seis; Políticos locais – quatro; Empresas – três; Pessoas singulares – três; Voz predominante é do/a autor/a – dois; Sociedade civil organizada – dois; Não é possível determinar – dois; Políticos nacionais – um; Forças de segurança – um; Outra – um. Assim, apesar de estarem presentes em grande parte das peças, as instituições/personalidades ligadas ao poder local e nacional partilham o protagonismo com outros intervenientes (vários da região).
- Detetámos *presença de discurso subjetivo* em apenas cinco das 25 peças (e sempre em casos em que o mesmo é suposto existir: crónica, informação desportiva, artigo de opinião, carta de leitor, direito de resposta).
- No que se refere ao *tom dominante*, temos 11 peças negativas, oito positivas e seis neutras.

Em suma, o primeiro e o terceiro grupo diferem na distribuição temporal das peças, com a *Margem Sul* a aparecer num período mais concentrado, em consequência de um acontecimento específico e datado (sem repetição), enquanto os vários concelhos surgem poucas vezes, mas de forma equilibrada ao longo das duas semanas. A presença exponencial da *Margem Sul* resultou igualmente da vontade demonstrada por vários setores sociais em repudiar as declarações do ministro, facto que resultou numa elevada expressão de opiniões sobre o assunto, divididas principalmente entre artigos de opinião, cartas de leitores e editoriais, colocados na secção *Espaço Público*. Tal não se verificou no caso dos concelhos que aparecem principalmente em notícias curtas. Relativamente aos restantes indicadores, é possível afirmar que os resultados foram semelhantes, pelo que destacamos a sua rara presença em capas, a pouca ligação entre as fotografias que ilustram as peças e o território analisado, assim como o número limitado de vozes e temas, na maioria dos casos com um *framing* episódico e tom dominante negativo.

Importa, especificar, por fim, os critérios para o recorte das peças a identificar na análise ao restante período, de modo a evitar incluir peças cujo enfoque principal não seja a região, como aconteceu nesta análise exploratória (de forma propositada, para ser possível estabelecer um recorte rigoroso para a análise completa). Assim, vamos voltar a ter um grupo para as peças onde o termo *Margem Sul* seja explicitamente mencionado e um segundo grupo para as peças que se referem a um ou vários dos nove concelhos da Península de Setúbal, desde que a questão do território esteja valorizada em termos de tratamento: títulos/subtítulos, lead, destaques, fotografias/legendas ou no texto como temática principal. Tal exclui algumas situações de fronteira, identificadas pela presente pesquisa exploratória: peças onde o enfoque seja nacional e o texto apenas mencione um concelho, entre outros, sem falar em implicações para a região (ex. Fechou uma fábrica que operava na Guarda e no Seixal, fazendo aumentar a taxa de desemprego no país); peças em que seja claro que a temática principal não é a região, apesar de aparecer no título ou na legenda de uma fotografia (ex. Peças sobre as eleições em Lisboa em que aparecia Fernando Negrão – candidato pelo PSD, apresentado como vice-presidente da bancada do PSD e vereador da Câmara Municipal de Setúbal, sendo esse o único *papel* desse município na peça); peças em que o verdadeiro valor-notícia é o futebol (temática que destacamos pela frequência com que tal aconteceu) e não o clube Vitória de Setúbal e em que não interessa de que região provém cada clube que joga na 1ª liga portuguesa.

Anexo II – Folha de código

1. Número da peça
2. Título
3. Data
4. Secção – Portugal, Política, Sociedade, Local, Economia, Mundo, Cultura, Desporto, Ciência, Espaço público, Destaque, Outra
5. Primeira Página – chamada, manchete, ausente
6. Assinatura – Não assinada, Assinada por jornalista(s), Assinada por leitor, Assinada por comentador/cronista, Assinada por redação e Lusa, Outra
7. Género jornalístico – Breve, Notícia curta, Notícia desenvolvida, Reportagem, Editorial, Carta de leitor, Análise, Entrevista, Artigo de opinião, Cartoon, Outro
8. Posição na página – Página completa, Peça principal, Peça secundária, Peça secundária (inserida em peça principal/dossier)

9. Conexão – Conectada por temática, Não conectada, Conexão não aplicável

10. Ilustração – Fotografia, Infografia, Estatísticas, Mapa, Outra

Categorias de análise temática

1. Qual é o tema?

Construção de novo aeroporto
Declarações do ministro Mário Lino
Planeamento e ordenamento do território
Infraestruturas e investimento
Acessibilidades
Economia (comércio, serviços, indústrias, Turismo...)
Política local
Política nacional
Trabalho e movimento sindical
Habitação
Educação
Saúde
Atividades culturais
Justiça, segurança e criminalidade
População (diversidade socioeconómica, étnica, religiosa...)
Sociedade (problemas estruturais)
Violência policial
Ambiente
Desporto
Outros temas

2. *Framing*

Episódico (os assuntos são construídos em torno de exemplos e indivíduos específicos – não é fornecido um contexto mais amplo)

Temático

Predominantemente episódico

Predominantemente temático

3. Número de fontes

Uma fonte

Mais de uma fonte – presença do contraditório

Não aplicável

4. Foco da peça

A região como um todo

Peça sobre uma ou várias localidades

Inserido numa dimensão territorial mais abrangente

5. Atores

5.1. Que Vozes são referidas

Políticos nacionais
Políticos locais (autarcas)
Pessoas singulares
Forças de segurança
Instituições públicas
Empresas
Sociedade civil organizada
Media
Outra
Nenhuma/impossível determinar

5.2. Protagonismo

A quem pertence a primeira voz

5.3. Dessas vozes, quais e quantas pertencem a pessoas ligadas à região

Políticos locais (autarcas)
Pessoas singulares
Forças de segurança
Instituições públicas
Empresas
Sociedade civil organizada
Media
Outra
Nenhuma/impossível determinar

5.4. Quem é referido, mas não tem voz

Políticos nacionais
Políticos locais (autarcas)
Pessoas singulares
Forças de segurança
Instituições públicas
Empresas
Sociedade civil organizada
Media
Outra
Nenhuma/impossível determinar

6. Presença de estilo discursivo opinativo

Sim (inclui cartoons, cartas de leitores, editoriais e artigos de opinião)

Não

7. Tom dominante da peça (ver texto bairros na televisão)

Positivo (situações de sucesso, resolução de problemas e apresentação de propostas ou ideias)

Negativo (situações de insucesso, quebra de compromissos, envolvimento em situações polémicas e de violência ou alvo de crítica)

Neutro (valorações positivas e negativas equilibram-se ou são inexistentes)

Palavras para escrever na pesquisa

“Margem”

“Alcochete”

“Almada”

“Barreiro”

“Moita”

“Montijo”

“Palmela”

“Seixal”

“Sesimbra”

“Setúbal”

Anexo III – Análise qualitativa por peça (texto)

2007

Peça 1 (nº 2 na grelha) – Ota: o maior disparate da História das obras públicas (10/05/2007)

O artigo de opinião de um professor de Engenharia Civil do Instituto Superior Técnico trata o tema da construção de um novo aeroporto numa perspetiva nacional e afirmativa (deixada de parte no final do texto). A *Margem Sul* é referida várias vezes como conjunto de “locais planos” onde seria mais fácil e mais barato construir o aeroporto do que na opção defendida pelo Governo, a Ota. Também a maior facilidade de reconversão dos acessos existentes para uma linha ferroviária é utilizada como argumento. Não refere uma localização específica na *Margem Sul*, sendo conotada com a “Península de Setúbal”.

Peça 2 (nº 6 na grelha) – Governo quer Hospital do Seixal em “consórcio” com hospitais da Margem Sul (12/05/2007)

Notícia curta (secundária), com assinatura jornalística, em que a expressão *Margem Sul* surge no título e uma vez no corpo do texto. A *Margem Sul* é diretamente associada ao Seixal, Almada, Barreiro e Setúbal, já que é nos três últimos que se situam os “três grandes hospitais da zona” (para além dos três, apenas o Montijo tem um

hospital). Todo o texto contém um “excesso” que espelha a visão política. A peça foi colocada na secção *Local*. Apesar de ter várias fontes (essencialmente ligadas ao poder político) e um carácter positivo, é notória a ausência de vozes locais, assim afastadas do processo de decisão. A peça não contextualiza nem questiona as necessidades que estiveram na base da decisão ou há quanto tempo foram identificadas.

Peça 3 (nº 9 na grelha) – Quem ia no autocarro 32 em Marselha? (14/05/2007)

Artigo de opinião escrito pela jornalista Helena Matos, aborda o tema do racismo e discriminação em Portugal (num aparte) quando comenta um acontecimento em França, no qual o racismo é um enquadramento possível. A jornalista não se limita às questões étnicas, ao incluir a discriminação de género e por local de residência: “Já agora, em Portugal, quais serão as probabilidades de ser aceite para um cargo com visibilidade numa grande empresa, uma mulher negra ou uma loura e de olhos azuis mas que se chame Vanessa Carina e dê como morada na margem sul, um daqueles edifícios onde os distribuidores de pizzas recusam entrar?”

O tema da *segurança e criminalidade* associado à região só surgirá de novo em 2019, devido a um acontecimento que teve início num desses edifícios da margem sul, habitualmente longe dos olhares mediáticos. A *Margem Sul* é um local cujos habitantes são alvo de discriminação, fica implícito que os edifícios onde os “distribuidores de pizzas recusam entrar” se situam na *Margem Sul* (uma característica estigmatizante). Perante o inesperado da referência à *Margem Sul* no contexto de distúrbios em França e a ausência de um quadro em que o jornal tenha vindo a abordar questões de discriminação no interior do território nacional, consideramos que a peça se insere na estratégia discursiva do “estranhamento”.

Peça 4 (nº 25 na grelha) - Vaivém ferroviário Lisboa-Ota vai ter estação na Gare do Oriente (24/05/2007)

Notícia desenvolvida, sobre declarações de ministro e reações que suscitou. O título principal articula-se com um título secundário (“Declarações sobre a Margem Sul – PSD pede a Sócrates que demita Mário Lino”). Peça principal na secção *Economia*, com assinatura jornalística, cita as afirmações que o ministro proferiu “durante um almoço organizado pela Ordem dos Economistas” sobre as razões que impediam a sua construção na *Margem Sul*. Aqui incluem-se a metáfora da caracterização da *Margem Sul*

como um “deserto” e duas comparações: construir um aeroporto na região seria como “construir uma Brasília no Alto Alentejo” e a *Margem Sul* é como uma pessoa “aparentemente saudável, mas com um cancro nos pulmões”.

A ênfase é dada à ligação ferroviária Lisboa-Ota e à apresentação das “razões” do ministro para essa escolha, através da neutralidade habitual na transcrição de frases ditas por políticos. A exceção é quando a jornalista afirma que “o ministro teve mais do que uma tirada humorística”. A generalização do ministro que se refere a toda a *Margem Sul*, quando, à data, havia apenas três localizações já consideradas (Faias, Poceirão e Rio Frio) passa porque a neutralidade assumida pelo texto jornalístico não permitiu enquadrar as declarações como indevidas e incorretas. O título secundário contém a reação negativa do PSD e conciliatória do coordenador do PS para a área das obras públicas. Estamos perante vozes, maioritariamente políticas, sem intervenientes da região. A utilização frequente da expressão “Margem Sul do Tejo” sugere distanciamento da expressão *Margem Sul* usada pejorativamente pelo ministro, uma escolha que parece pensada para tal efeito.

Peça 5 (nº 26 na grelha) - Oposição em uníssono contra as declarações de Mário Lino + As portagens – Vital Moreira acusa Lusoponte + Um alforge de gaffes, em dois anos de Governo + Perguntas & Respostas – A Ota e as novas alternativas a sul do Tejo + Municípios querem estudo sobre aeroporto em Alcochete (25/05/2007)

Dois dias depois das declarações de Mário Lino, o assunto surge na secção *Destaque* (com chamada de capa), ocupando duas páginas com uma diversidade de abordagens sobre a construção do novo aeroporto, embora com apenas uma voz local (presidente da Associação de Municípios da Região de Setúbal e também autarca do Seixal). A expressão *Margem Sul* é utilizada de forma a ser perceptível que engloba um território considerável, onde se inserem vários municípios. Um deputado do CDS condena as declarações do ministro, ao traduzi-las como podendo referir-se a “Setúbal, Seixal, Barreiro ou Alcochete”, havendo outras vozes que referem “Montijo” e “Rio Frio”. Além disso, o texto jornalístico menciona os “municípios da Margem Sul”, como sinónimo daqueles que integram a AMRS, atribuindo-lhes uma posição comum de querer um pedido de desculpas e o estudo de Alcochete como localização do aeroporto.

Além do “autêntico coro de protestos de toda a oposição”, há outras abordagens à região: em “As portagens – Vital Moreira acusa Lusoponte”, a *Margem Sul* é sinónimo

de receita em portagens, o que já acontece para as pessoas que entram diariamente em Lisboa; em “Perguntas & Respostas – A Ota e as novas alternativas a sul do Tejo”, esclarecem-se questões citando apenas estudos. A resposta à questão “A Margem Sul é ‘um deserto’?” centra-se em características do território e enfatiza as infraestruturas já existentes; no texto breve com subtítulo “Autarcas reclamam pedido de desculpas público aos 800 mil habitantes da Margem Sul. A demissão do ministro não faz parte das exigências”, fala o presidente da AMRS, enquanto representante dos “municípios da Margem Sul”.

Aqui, as expressões “Margem Sul” e “Margem Sul do Tejo” coexistem. Os intervenientes chamados a falar (políticos e um constitucionalista) usam ambas as expressões, embora prefiram a primeira em situações de identificação emotiva com a região (positiva e negativa), enquanto a segunda é aplicada para sugerir neutralidade quando falam sobre a localização do aeroporto.

Peça 6 (nº 27 na grelha) e **Peça 9** (nº 32 na grelha) – O ministro, a Ota ou como o autismo só pode criar suspeições (25/05/2007) + A política rasca (26/05/2007)

Em editorial, José Manuel Fernandes expõe argumentos para contrariar as declarações do ministro Mário Lino sobre a *Margem Sul*. A indignação é evidente nas duas perguntas retóricas do seu início: “Como é que um ministro diz que a Margem Sul do Tejo é um ‘deserto para onde seria necessário deslocar milhões de pessoas’? E como foi possível tentar corrigir agravando o disparate, dizendo que não se referia à Margem Sul, apenas às localizações alternativas propostas para o novo aeroporto?”. O jornalista começa por se referir à Margem Sul do Tejo, mantendo o padrão de distanciamento, para depois utilizar a expressão *Margem Sul*, e enumerar argumentos referentes às “localizações alternativas para o novo aeroporto” situadas na região em estudo (explicitamente refere Rio Frio). Descreve a *Margem Sul* como um conjunto de lugares mais próximos de Lisboa do que a Ota, com melhores acessibilidades rodoviárias e ferroviárias já construídas, assim como um hospital, “indústria por todo o lado”, portos e atividade económica (comprovada por um olhar “para o mapa” ou a abertura do “Google Earth”).

No dia seguinte, outro editorial (peça 9), desta vez do subdiretor Manuel Carvalho e dedicado à política nacional, recorre a figuras de estilo para se referir a políticos que considera terem estado mal no caso das declarações sobre a *Margem Sul*: “o segundo

[Mário Lino] decidindo ensaiar os seus dotes para o *show* tendo como galã da fita a Ota e como vilão o ‘deserto’ da Margem Sul – tudo abrilhantado com aqueles ‘jamais, jamais’ em francês que fazem corar de riso ou de vergonha qualquer pessoa com o mínimo sentido do ridículo. (...). É uma posição editorial semelhante à anterior.

Peça 7 (nº 28 na grelha) e **Peça 14** (nº 40 na grelha) – Sobe e desce: Mário Lino [seta para baixo] (25/05/2007) + Sobe e desce: Pedro Rodrigues [seta para baixo] (28/05/2007)

Neste espaço opinativo curto, onde é avaliada a intervenção recente de personalidades conhecidas, o visado é o ministro das Obras Públicas, Mário Lino. A *Margem Sul* é referida de forma genérica, como alvo das declarações polémicas que este proferiu. A forma como o ministro se referiu à *Margem Sul* é caracterizada como uma “tirada” que este “largou” e que poderia ter sido “logo reparada com tacto”. Três dias depois (28/5), a mesma rubrica visa criticar a resposta do líder da JSD às declarações do ministro. Por não estar a citar o ministro, desta vez utiliza-se a expressão “Margem Sul do Tejo” e aponta-se como “excesso” a atitude da JSD, considerando que sugerir que o ministro é um camelo dificilmente poderá ser uma boa resposta (peça 14).

Peça 8 (nº 31 na grelha) – Cavaco Silva quer “debate aprofundado” no Parlamento sobre a localização do novo aeroporto de Lisboa (26/05/2007)

O sujeito principal da peça, o então presidente da República, Cavaco Silva (que pediu um “debate aprofundado” no Parlamento sobre a localização do novo aeroporto de Lisboa”), leva esta notícia curta, assinada pela redação e pela Lusa, a ser chamada de capa. A presença da *Margem Sul* num parágrafo limita-se a contextualizar ou recordar a polémica, com o texto a afirmar (num registo de transcrição) que o ministro Mário Lino “afastou a hipótese de localização do novo aeroporto na Margem Sul do Tejo” (expressão completa). A referência à região é complementada com a menção das zonas alternativas à Ota aí localizadas, às quais o ministro alegou estar a referir-se nas suas afirmações: Poceirão, Faias e Rio Frio. Não há vozes locais no parágrafo analisado.

Peça 10 (nº 33 na grelha: inclui **peças 11, 12 e 31** – na grelha 34, 38 e 72) – Apelo ao ministro Mário Lino + O “império do umbigo” (26/05/2007) + A Margem Sul é um deserto? (27/05/2007) + Ainda a Ota (07/06/2007)

Estamos perante quatro cartas, escritas por leitores da *Margem Sul*. Duas delas, de residentes em Almada, foram publicadas no mesmo dia. A primeira, marcada pela ironia, utiliza a expressão Margem Sul do Tejo para criar um falso distanciamento, adequado ao conteúdo do texto: “Senhor ministro Mário Lino, apelando à sua generosidade, apresento-lhe a seguinte situação. Por azares da fortuna acabei por nascer e viver no deserto do Sara, como sabe, o *petit nom* da margem sul do Tejo (...). A segunda carta de leitor assume a voz dos “habitantes da Margem Sul”, habituados ao “esquecimento e abandono” por parte do poder central, mas nunca, até aí, “distinguidos com o mais alto grau da inexistência”.

A terceira carta, de uma leitora do Seixal, acrescenta argumentos e apresenta um maior enfoque na região. O título interroga a afirmação do ministro: “A Margem Sul é um deserto?”. Lamenta que as afirmações “escabrosas e injustas” do ministro sobre uma região do país e que não ouça outras opiniões, quando estão “fundamentadas”. Refere “princípios científicos e técnicos”, defendidos por “especialistas”, que recordam a distância a Lisboa e os custos associados à construção do aeroporto como fatores favoráveis à *Margem Sul* concluindo que a *Margem Sul* não é um deserto porque “tem conhecido um crescimento demográfico assinalável”. Acrescenta que o ministro se centrou nos “aspetos negativos da Margem Sul” e considera “curioso” que a “escassez” de infraestruturas, assim reconhecida, não sirva para que o Governo assumas as “suas responsabilidades” no cumprimento de promessas, exemplificando com a “morosidade na construção de um novo hospital no Seixal, culpa exclusiva do Governo”.

Onze dias depois (7/6), a mesma leitora escreve uma carta sobre a construção de um novo aeroporto, onde reforça a necessidade de se discutir bem a sua localização, sem “constrangimentos e analogias de mau gosto” ou “teimosia”. Desta vez a *Margem Sul* surge apenas como uma localização sobre a qual autora gostaria de saber o motivo de ser considerada inviável pelo Governo: “E mais: [os contribuintes] pretendem também saber por que razão a Margem Sul ou uma intervenção na Portela são inviáveis” (peça 31).

Peça 13 (nº 39 na grelha) – JSD traz camelo verdadeiro para a margem sul (28/05/2007)

Esta notícia curta, inserida na secção *Portugal*, revela a Juventude Social Democrata como protagonista de uma ação política na região, a campanha de apresentar ao vivo um camelo numa praça em Almada, justificada porque “declarações surreais merecem respostas surreais”. A *Margem Sul* surge no título como um agente passivo (não

há vozes locais envolvidas na descrição/comentário deste episódio) e é ampliada como local onde vai haver uma conferência de imprensa e onde irá estar o camelo. O texto jornalístico recupera a metáfora do “deserto faraónico”, como contribuição para o enquadramento deste acontecimento. Estamos perante uma estratégia discursiva de “estranhamento”, motivada pela natureza do próprio acontecimento.

Peça 15 (nº 42 na grelha: inclui **peças 19 e 23** – na grelha 47 e 55) – Obras do metro no Terreiro do Paço Ruben de Carvalho alerta para “escândalo” (29/05/2007) + O que se prevê nos transportes de Lisboa e Porto (30/05/2007) + Novo aeroporto ganha cada vez mais força na campanha autárquica de Lisboa (01/06/2007)

Notícia curta, não assinada, na secção *Portugal*, inserida no contexto de cobertura das eleições intercalares para a Câmara Municipal de Lisboa. A *Margem Sul* é brevemente referida porque uma das obras prometidas pelo ministro das Obras Públicas para Lisboa era a construção do “interface do Terreiro do Paço, onde se situam os transportes fluviais para a Margem Sul”. Referência única e secundária, sem há vozes locais.

Idêntica a esta peça, a 30 de maio temos a peça 19. Colocada na secção Destaque e inserida numa manchete é, no entanto, uma peça não assinada em que, no contexto de uma cobertura de página completa sobre uma greve geral, se preveem os efeitos da mesma nos transportes de Lisboa e do Porto e se afirma o seguinte: “a Soflusa anunciou segunda-feira em comunicado que não pode garantir as normais ligações fluviais entre a Margem Sul e Lisboa, prevendo perturbações e falta de alternativas”. Semelhante às anteriores, a 1 de junho há uma notícia desenvolvida e assinada pela redação com a Lusa, em que é feita uma referência única à região, pelo candidato do partido PCTP/MRPP à Câmara de Lisboa, sobre a construção do aeroporto na Ota. Para ele, uma das alternativas poderia ser “a Margem Sul, com a construção de uma nova ponte sobre o Tejo”.

Peça 16 (nº 43 na grelha) - Um dromedário no ‘deserto’ que é Almada (29/05/2007)

A iniciativa da JSD de colocar um dromedário na rotunda centro sul de Almada leva ao título irónico. O primeiro parágrafo em que a expressão *Margem Sul* está presente difere da cobertura noticiosa habitual em peças curtas, contendo um forte “estranhamento”, criado pela narração do que aconteceu: pessoas a dar várias voltas à rotunda, a parar para tirar fotografias e a gritar “camelos” e um dromedário que, pelo contrário, se mantém “indiferente” e ocupado a “pôr fim” a ervas daninhas. A peça

descreve também a colocação de cartazes (onde se lê “na Margem Sul só conhecemos este camelo”) em vários pontos do distrito de Setúbal. O texto jornalístico classifica a situação como uma resposta às declarações de Mário Lino, a “apostar num camelo de carne e osso para corporizar a resposta”. Tudo isto torna esta cobertura particular.

Para além das questões caricatas, foi dada voz ao líder da distrital de Setúbal da JSD que refere: “Desta vez [o ministro] humilhou uma comunidade de mais de 800 mil habitantes”.

Peça 17 (nº 44 na grelha) e **Peça 18** (nº 45 na grelha) – Imprensa militante + Liberdade, poder e a escolha de Thomas Jefferson (29/05/2007)

Em artigo de opinião, Vital Moreira (professor universitário) argumenta que os órgãos de comunicação social estão a fazer campanha pelas localizações a sul do Tejo com base em factos errados. Critica o editorial do *Público* (peça 6), contraria que a distância relativamente a Lisboa seja menor do que a da Ota e acrescenta “mais despesas em viagens, incluindo em portagens”, “para especial proveito da Brisa e da empresa concessionária das travessias do Tejo em Lisboa”.

No mesmo dia, o editorial de José Manuel Fernandes (peça 18) deixa um P.S. a rebater as acusações de Vital Moreira, que acusa de ter feito “mal o trabalho de casa” ao tirar as suas conclusões quando se socorreu do ViaMichelin para avaliar as distâncias, ignorando as distâncias referidas num estudo entregue ao Governo.

Nesta troca de argumentos, a *Margem Sul* é elogiada e desacreditada, dependendo de quem fala e que raramente tem uma ligação à região.

Peça 20 (nº 48 na grelha) - Ministro vai dar explicações sobre “deserto” (30/05/2007)

Notícia curta, não assinada, na secção *Portugal*. Com título irónico, o texto esclarece que o ministro Mário Lino vai falar sobre os motivos que o levam a recusar a *Margem Sul* (enquanto unidade geográfica) como localização para o futuro aeroporto. Isto é, “explicações sobre o deserto” substitui *Margem Sul* e significa que o ministro vai justificar na Assembleia da República não as declarações iniciais, mas sim as suas “objeções” no que respeita à construção do aeroporto. O título pressupõe conhecimento sobre o tema por parte dos leitores. Embora não sejam ouvidas vozes locais, é de salientar

a preocupação dos partidos políticos nacionais (CDS/PP e BE) com o tema e, por extensão, com a região.

Peça 21 (nº 49 na grelha) – População da Margem Sul ainda prefere o autocarro ao metro de superfície (30/05/2007)

Notícia curta, do *Local*, onde a expressão *Margem Sul* surge apenas no título, de forma ativa. O advérbio “ainda” sugere que essa preferência se irá alterar ou que está desfasada relativamente ao que seria suposto, o que constitui uma forma de “estranhamento”. A peça refere-se a um meio de transporte recente e com um troço muito reduzido que incluía paragens na freguesia de Corroios (Seixal) e em algumas freguesias de Almada (ia até à Cova da Piedade). Assim, a expressão “população da Margem Sul” é generalizante. Entre as vozes locais, estão pessoas que usam ou não o metro e um político local (vereador das acessibilidades na Câmara do Seixal).

Peça 22 (nº 50 na grelha) – As gaffes do Governo: verdade ou consequência? (31/05/2007)

O tema do artigo de opinião, de Pedro Afonso (médico psiquiatra), são as “gaffes do Governo”. A *Margem Sul* como um deserto é uma dessas gaffes, do ministro das Obras Públicas.

Peça 24 (nº 59 na grelha) - Aeroporto na margem Sul custará mais, diz CCDRLVT (02/06/2007)

Nesta notícia desenvolvida, embora o título aponte críticas feitas pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo à possibilidade de ser construído um aeroporto na *Margem Sul*, a expressão surge pelo motivo oposto: o antigo presidente da Câmara de Lisboa, João Soares, considera a construção do aeroporto noutra localização “prejudicial para a Margem Sul que vai pagar cara a asneira em 20 ou 30 anos”. Sem vozes locais.

Peça 25 (nº 60 na grelha) – “Buzinão” na ponte contra declarações de Mário Lino (02/06/2007)

Notícia curta, na secção *Portugal* e assinada pela Lusa, onde a *Margem Sul* surge como sinónimo de Península de Setúbal. É dado protagonismo a um representante local, o presidente da Associação Democrática de Utentes da Ponte 25 de Abril, Aristides Teixeira, que anuncia e explica uma ação de massas, um “buzinão” na ponte 25 de Abril. As frases polémicas do ministro são de novo transcritas, com a repetição da metáfora do “deserto”. Aristides Teixeira esclarece que a ação nada tem a ver com a localização do aeroporto, mas sim com a “ignorância” mostrada por Mário Lino relativamente à *Margem Sul*, referindo que “as pessoas estão muito indignadas e magoadas”. Chama “assalto” à portagem que é necessário pagar para entrar em Lisboa e critica a “cidadania de segunda” que resulta das palavras do ministro, que a associação se mostra disposta a guiar numa “visita à Margem Sul”. A última referência à *Margem Sul* tem a ver com o facto de os “vários partidos da oposição” também se terem insurgido contra as declarações em causa. A *Margem Sul* é aqui mencionada como região em direito próprio.

Peça 26 (nº 63 na grelha) – Defensor do Poceirão trabalhou para plano da Ota (03/06/2007)

Esta notícia desenvolvida, da secção *Portugal*, incide sobre o autor de um estudo relativo à localização do futuro aeroporto, que teria passado a defender as opções na *Margem Sul*. A região surge associada às localidades Faias e Poceirão, sem vozes locais.

Peça 27 (nº 67 na grelha) - Buzinão na Margem Sul juntou milhares de pessoas contra o ministro dos Transportes (06/06/2007)

A notícia desenvolvida, com assinatura jornalística, na secção *Portugal*, reporta a ação “buzinão”, promovida por associação local. Apresenta-a já não como buzinão “na ponte” (peça 25), criando uma identificação automática com a região e atribuindo-lhe uma agência ao ser capaz de juntar “milhares de pessoas contra o ministro dos Transportes”. Recupera a metáfora do “deserto” apenas como contexto e o distanciamento com a expressão “Margem Sul do Tejo”. Dá novamente destaque ao presidente da Associação Democrática de Utentes da Ponte 25 de Abril: cita-o a exigir do ministro um “pedido de desculpas” às pessoas “que todos os dias atravessam a ponte para ir trabalhar para Lisboa”, a reapropriar-se da expressão com outro sentido (“deserto de cidadania e da qualidade de vida”) e a reforçar a proposta da visita guiada, incluindo-se na população “ofendida” pelas declarações.

Peça 28 (nº 69 na grelha) – Privatização da ANA está ligada à decisão da Ota (07/06/2007)

Na notícia curta, com assinatura jornalística na secção *Portugal*, vemos uma referência à *Margem Sul* no contexto de uma peça centrada na ligação entre a privatização da ANA e a decisão de construir o novo aeroporto na Ota. Dois políticos do PSD são citados a defender, uma vez mais, que deve ser feito um “pedido de desculpas aos habitantes da *Margem Sul*”, recordando a metáfora do “deserto”.

Peça 29 (nº 70 na grelha) - Margem Sul garante ter lobby nacional e não regional para o novo aeroporto (07/06/2007)

Notícia curta, com assinatura jornalística, na secção *Portugal*. O título destaca a *Margem Sul* como sujeito com voz ativa, com uma posição comum a intervenientes da região. A expressão é usada como sinónimo de Península de Setúbal e complementada pela referência a Rio Frio como opção defendida no passado. Uma das duas vozes locais (Alfredo Monteiro, presidente da Associação de Municípios da Região de Setúbal), afirma que não “houve respostas de Mário Lino sobre os investimentos reclamados para a Margem Sul”. Assim, para além da discussão sobre o aeroporto e o “deserto”, a peça aborda necessidades da região que levam o presidente da AMRS a solicitar uma reunião “com carácter de urgência” ao primeiro-ministro José Sócrates.

Peça 30 (nº 71 na grelha) - Barreiro quer dinamizar as zonas ribeirinhas (07/06/2007)

Notícia curta de âmbito *Local* e assinada pela Lusa. Para além do concelho referido no título, a menção à *Margem Sul* como região alvo de intervenção urbanística é complementada com Seixal e Almada, já que os três municípios pensariam em conjunto a requalificação das áreas ribeirinhas e ex-industriais. O presidente da Câmara do Barreiro protagoniza a peça e é quem faz a referência à *Margem Sul*: “Para a requalificação das áreas ribeirinhas da Margem Sul, os territórios da Quimiparque [Barreiro], Siderurgia [Seixal] e Margueira [Almada] são essenciais por questões estratégicas”.

Peça 32 (nº 74 na grelha) – Campo de Tiro de Alcochete ganha peso como alternativa à Ota (09/06/2007)

Notícia desenvolvida que fez manchete, com assinatura jornalística na secção *Portugal*, sobre a possibilidade de o novo aeroporto ser construído em Alcochete. Sem vozes locais, a única referência à *Margem Sul* é feita na legenda da fotografia, ligando-se, assim, o potencial do município à sua inserção na *Margem Sul* como unidade regional: “A Margem Sul volta a surgir como possível localização do aeroporto”. A *Margem Sul* aparece como um sujeito sem ação, novamente como uma “possível localização”.

Peça 33 (nº 75 na grelha) – Câmara de Benavente defende solução e fala em benefícios financeiros para o Estado (09/06/2007)

Notícia curta, com assinatura jornalística, na secção *Portugal*. A referência genérica à *Margem Sul* é feita por um dirigente da Quercus, como símbolo de um conjunto de locais a considerar apenas depois de serem avaliadas outras opções.

Peça 34 (nº 77 na grelha) – Cavaco quer manutenção de consulados (10/06/2007)

Notícia desenvolvida, com assinatura jornalística, na secção *Portugal*. O destaque vai para as afirmações feitas pelo presidente da República, Cavaco Silva, no âmbito do discurso de comemoração do 10 de junho, que decorreu em Setúbal, cidade que o presidente descreveu como um bom “exemplo de inconformismo”. A intervenção da presidente da Câmara de Setúbal é enquadrada como um “não esquecimento” relativamente às declarações que Mário Lino proferiu sobre a *Margem Sul*, sendo este o contexto da menção à região como unidade geográfica com pontos fortes e fracos. A autarca fala como “porta-voz dos municípios” da região: “Do que precisamos é de mais e melhores investimentos que qualifiquem esta região”, apelou a autarca comunista, reclamando novas infraestruturas para as quais a região tem ‘o espaço, as acessibilidades e os transportes, os hospitais e os hotéis e, sobretudo, pessoas qualificadas para as construir e manter”’.

Peça 35 (nº 79 na grelha) – O “deserto”: Lino evita contacto com população (11/06/2007)

Notícia curta e não assinada, sem vozes locais, na secção *Portugal* e inserida num conjunto de peças sobre as comemorações do 10 de junho. Depois do título criativo e interpretativo, o corpo do texto recupera um tom de neutralidade e antecede a recuperação da frase principal das iniciais declarações do ministro com a utilização da expressão “margem sul do Tejo” enquanto localização atribuída ao evento de celebração.

Peça 36 (nº 82 na grelha) – Intervenção de Cavaco decisiva para recuo do Governo + (12/06/2007)

Notícia desenvolvida, colocada em *Destaque* e manchete, com assinatura jornalística. O destaque é dado à intervenção de Cavaco Silva, presidente da República, para o “recuo” do Governo na decisão de construir o novo aeroporto na Ota. A peça deixa transparecer “uma verdadeira surpresa” e assinala a ironia de um ministro que “há dias” havia classificado uma região como “deserto” ter agora anunciado “a realização de novos estudos pelo Estado para avaliar a opção Alcochete”. É essa a referência feita à *Margem Sul*. Sem vozes locais, há uma secção onde se encontram concentradas as “reações” de várias figuras públicas (principalmente da área política) ao anúncio do ministro, sendo, pela primeira vez utilizada a expressão “Margem Norte” para referir a opção Ota, em contraposição à *Margem Sul* (declarações de Telmo Correia, candidato do CDS/PP à Câmara de Lisboa).

Peça 37 (nº 83 na grelha) – Após surpresa da cedência de Mário Lino – Colóquio no Parlamento animado (12/06/2007)

Esta notícia curta inserida no mesmo destaque realça o inesperado do anúncio de Mário Lino sobre a reversão da Ota como localização final para o aeroporto. O corpo do texto mantém o tom de “animação” e refere a *Margem Sul* como localização da “nova alternativa” a ser estudada para o aeroporto.

Peça 38 (nº 84 na grelha) – Alcochete com menos impactos ambientais que a Ota (12/06/2007)

Notícia desenvolvida, inserida no destaque. O lead refere terem sido “postos de parte os entraves ambientais que chumbaram a Margem Sul”. Tendo em conta que havia três localizações propostas na região (Rio Frio e Poceirão, referidas na peça, e Faias), o texto começa por generalizar a *Margem Sul* como um todo para depois desfazer a generalização: “Depois da opção Rio Frio ter sido chumbada por razões ambientais, importava perceber se na Margem Sul este tipo de questões era incontornável. Para se concluir que não”. Mais à frente, afirma que a “grande questão da margem sul do Tejo é a existência do maior aquífero do país”, destacando a relação do território com o rio. Não são ouvidas vozes locais na peça.

Peça 39 (nº 85 na grelha) – PSP apreende haxixe e detém dois suspeitos (12/06/2007)

Notícia curta, da Lusa e de âmbito *Local*, onde a *Margem Sul* aparece de forma genérica, como local de residência de um suspeito de tráfico de droga detido, de forma talvez a não estigmatizar um local específico. Não há vozes locais, já que o Comando Metropolitano de Lisboa da PSP é a única fonte da peça.

Peça 40 (nº 88 na grelha) – Fundos europeus - Alcochete pode receber mais apoios (13/06/2007)

Notícia curta e não assinada, na secção *Destaque* e em chamada de capa. A menção à *Margem Sul* é complementada com a referência a Alcochete, localização pensada para a construção do aeroporto. O enfoque é a possibilidade de se obterem mais fundos europeus com esta localização, por ser “mais pobre” e “considerada menos desenvolvida” do que a Ota.

Peça 41 (nº 89 na grelha) – Alcochete entre a esperança e a desconfiança (13/06/2007)

Reportagem na secção *Destaque* e em chamada de capa, sobre a reação da população de Alcochete à possibilidade de o aeroporto ser construído na *Margem Sul*. A desconfiança de um residente e a referência ao largo “onde está a estátua do padre milagreiro” procuram transmitir a ideia de simplicidade da população, que reza à estátua do padre. A descrição sugere distância entre a jornalista e as pessoas que retrata e Alcochete parece uma pequena terra longínqua. A peça é construída em torno de vozes de habitantes, com a inclusão de declarações do presidente da Associação de Municípios da Região de Setúbal.

Ainda que a peça esteja centrada em Alcochete, a vila surge enquanto espaço inserido na *Margem Sul*. A “maioria da população” é favorável ao aeroporto, pela possibilidade de criação de postos de trabalho, aumento de lucros dos negócios locais e recordação de uma forte emigração recente. A AMRS, por sua vez, argumenta a favor da *Margem Sul* com a defesa do “interesse nacional” pois o CTA “não tem constrangimentos ambientais, é propriedade do Estado e fica junto à Ponte Vasco da Gama, junto às ligações norte-sul e a Espanha e junto às cidades e às populações”.

Peça 42 (nº 2 na grelha) – Comércio e indústria deseja, turismo aplaude, autarcas dividem-se (08/01/2019)

Doze anos depois da última peça analisada acima, encontramos uma notícia desenvolvida, igualmente com assinatura jornalística, na secção *Destaque* e que fez manchete, ainda sobre a construção do novo aeroporto, contemplando duas localidades inseridas na *Margem Sul*: Alcochete e Montijo. *Margem Sul* é sinónimo de Península de Setúbal e elemento em comum às duas localizações. No tom neutro predominante, destaca-se a utilização, por duas vezes, da expressão “Margem Sul do Tejo” (a primeira no lead), ao expor as divergências entre os autarcas comunistas e socialistas, no que respeita à melhor localização para o aeroporto (Alcochete ou Montijo).

Peça 43 (nº 11 na grelha) – Trafaria-Caparica Roteiros de bicicleta na margem Sul (19/01/2019)

Este é o único caso em que se refere *Margem Sul* no título e surge na capa do jornal, mas com a indicação de que é possível lê-la no suplemento *Fugas*. O seu tema é turismo/lazer, a região surge associada a Almada, como referência geográfica mais ampla/reconhecível do que as localidades, e tem um tom positivo.

Peça 44 (nº 12 na grelha) e **Peça 48** (nº 35 na grelha) – Estatísticas do INE dificultam programa de rendas acessíveis (21/01/2019) + Prisão passa a residência estudantil e poderá vir a ser o novo Campus (30/01/2019)

Apesar de a peça ter surgido no dia a seguir ao acontecimento central, nada teve a ver com o mesmo. A região surge uma vez nesta notícia desenvolvida, dedicada ao tema da habitação e a programas de arrendamento acessível na cidade de Lisboa, colocada na secção *Economia* e que foi chamada de capa. A *Margem Sul* é referida como um lugar onde não é desejável morar, mas para onde é necessário ir. A secundarização da região relativamente a Lisboa é semelhante às peças 15, 19 e 23 (grelha de 2007).

A peça 48 aborda o tema da reconversão de infraestruturas em Lisboa para reduzir gastos públicos com arrendamento de espaços. Inserida na secção *Local*, refere o Montijo como possível localização de uma prisão que vai sair de Lisboa. Enquanto o planeamento urbano de Lisboa é discutido, a *Margem Sul* surge apenas referida em legenda: “O encerramento gradual da prisão está previsto até 2020. Deverá ir para a Margem Sul”.

Peça 45 (nº 24 na grelha) – César acusa BE de “acirrar ânimos” (25/01/2019)

No dia 25 de janeiro, cinco dias depois da intervenção policial no bairro “Jamaica” (Seixal), uma notícia curta na secção *Sociedade* menciona a *Margem Sul* numa associação indireta. Sem vozes locais, dá conta de uma “reflexão política” sobre os “acontecimentos dos últimos dias, que começaram no Seixal, mas se espalharam a vários concelhos da área metropolitana de Lisboa, tanto na margem Norte como na Sul”. A generalização que inclui a “Margem Norte” indica que há tensões em vários locais da AML, deixando de ser uma questão exclusiva do Seixal e que merece uma reflexão nacional.

Peça 46 (nº 30 na grelha) - Do Jamaica à Caixa, dois Portugais (27/01/2019)

O tema do artigo de opinião do jornalista Vicente Jorge Silva são desigualdades sociais e o perigo que representam para o avanço de “populismos”. O título realiza uma antítese só perceptível para quem conhece o contexto e a menção à *Margem Sul* é secundária no texto. Ao explicar o conjunto de fatores que, na sua visão, convergiam de forma propícia à propagação de populismos, afirma que Cabo Verde, visitado pelo Presidente da República, é o país de origem de “grande parte dos residentes” no Jamaica, referido como “bairro da margem sul”, em vez de dar como localização específica o Seixal.

Peça 47 (nº 32 na grelha) - Hovione investe 200 milhões no Seixal e anima regresso da Margem Sul à indústria (29/01/2019)

Notícia desenvolvida, com assinatura jornalística na secção *Economia*. A *Margem Sul* é apresentada como entidade onde se vai realizar uma ação (regressar à indústria). A generalização é indevida, uma vez que a instalação de uma fábrica num concelho não pode ignorar que continuou a haver indústrias na região. Esta forma de encarar uma empresa como salvadora de toda uma região espelha as palavras dos representantes locais (autarca do Seixal e associação Baía do Tejo) e do CEO da empresa. Assim, o texto jornalístico faz eco do discurso (indevido e propagandístico) dado pelas vozes ouvidas.

Anexo IV – Análise das imagens

2007 – **Peça 5** (nº 26 na grelha)

A peça continua na página seguinte, mas sem ilustração. Nesta página vemos uma fotografia grande de um descampado que não sabemos onde é, mas cuja legenda se refere à “Ota”. Ainda assim, é dissonante do título, junto ao qual se encontra, onde o destaque vai para as críticas realizadas às palavras do ministro Mário Lino sobre a *Margem Sul*. Esta afirmação baseia-se no facto de o título ser muito maior do que a legenda que passa despercebida facilmente e não afirma que o descampado está situado na Ota, deixando margem para interpretações diversas. Em termos objetivos vemos em primeiro plano um sinal colocado no terreno, provavelmente a assinalar um caminho e, até ao longe, um céu coberto de nuvens que ocupa a maior parte da foto e uma vegetação rasteira esverdeada. Não há ação ou pessoas, apenas a paisagem. Na legenda completa pode ler-se: “Ota. Governo considera que o tempo dos estudos e das discussões já passou”. Em termos de significado, é contraditório dizer que a Ota não é uma boa opção e que chamar “deserto” à *Margem Sul* é desadequado, ilustrando a peça com um descampado, desocupado e aparentemente plano, onde se poderia construir um aeroporto. Assim sendo, estabelece-se uma relação de oposição entre o texto e a imagem que parece ter sido retirada de arquivo fotográfico, de forma pouco pensada.

3 • Público • Sexta-feira 25 Maio 2007

Destaque

Aeroporto Todos querem estudar alternativas à Ota menos o Governo

Oposição em uníssono contra as declarações de Mário Lino

PSD exige pedido de desculpas. CDS estranha que Mário Lino “continue ministro” e PCP lembra que a discussão do tema exige rigor

Luís de Matos

Um autêntico coro de protestos de toda a oposição contra-se ouviu no Parlamento contra as afirmações do ministro Mário Lino sobre a rejeição do novo aeroporto de Lisboa na Margem Sul do Tejo, que classificou como “um deserto”.

O ministro tem de vir à Assembleia da República pedir desculpas aos portugueses, exigiu também um português da Margem Sul pelos discursos de “terra incógnita”, “cangaço” e “deserto”, afirmou o líder parlamentar do PSD, Marquês Guedes.

Mas não chegou a pedir a demissão de Mário Lino, como de imediato sugeriu na TSF Luís Rodrigues, coordenador do PSD na comissão de Obras Públicas, ao considerar que o primeiro-ministro devia “falar as devidas razões” das posições deste ministro, que ainda há pouco tempo fez uma visita com o chefe da delegação de José Sócrates.

“Independente de o ministro já não parecer estar no seu período júnior”, disse Marquês Guedes, “que está por detrás dos seus discursos a arrogância, o autoritarismo e o desrespeito que o Governo e o primeiro-ministro têm mostrado no caso Ota.”

“Este ministro do Governo veio aqui a constatação de que, senão, senão, há de ser o futuro do nosso país, hospitais, escolas, pessoas, não um deserto. E se não quiser continuar ministro do Governo de Portugal”, concluiu o deputado do CDS/PP Paulo Melo. Da mesma bancada, Pedro Mota Soares acusou a ausência de ministros na sessão e ironizou, usando a palavra em francês, como fez o ministro: “O Governo vir ao Parlamento, jamais, jamais.”

Rigor e não disparates

Para Bruno Nuno (PS), a discussão sobre a localização do novo aeroporto de Lisboa exige rigor, seriedade e transparência. “O Governo, ao perfilar o caminho do aeroporto, da demarcação do terreno às populações, apenas reforça a nossa convicção de que é absolutamente indispensável o estado ser de abertura”, concluiu Marquês Guedes.

Perfil

Um alforje de gaffes, em dois anos de Governo

o blogue Alforje conta-se a 24 de março no âmbito de um projeto ligado ao congresso do CDS, quando, para

Ota. Governo considera que o tempo dos estudos e das discussões já passou



Um primeiro olhar sugere o estabelecimento de uma relação de oposição entre o título da carta enviada por um leitor que reside num dos concelhos da *Margem Sul* (Seixal) e a imagem que, de forma pouco habitual (poucas cartas de leitor surgem ilustradas no jornal), a ilustra. O título questiona “A Margem Sul é um deserto?” e a imagem mostra a ponte 25 de Abril, ao longe, e, em primeiro plano, um denso conjunto de prédios para habitação. Ao ler o texto, no entanto, a imagem adquire outra força e sentido, passamos a entendê-la como um complemento do mesmo, já que o seu objetivo comum é negar que a *Margem Sul* seja um deserto. É uma fotografia informativa que não se limita a ilustrar a carta. Apesar de não vermos pessoas, os prédios indicam a sua presença permanente e estão em destaque através da luz e do enquadramento, chamam a atenção de quem vê a imagem e encontra Lisboa como uma mancha indistinta, ignorada neste contexto. O facto de a fotografia estar a preto e branco pode estar relacionado com a sua localização na secção *Espaço Público*. Contudo, permite, como já referimos, estabelecer uma hierarquia de relevância no que respeita aos elementos representados.



2007 – **Peca 13** (nº 39 na grelha)

Apesar da sua reduzida dimensão, também associada ao facto de acompanhar uma notícia curta, estamos perante um caso raro em que a imagem contém a informação mais importante, sendo um elemento fundamental para a compreensão da peça. Dada a sua importância e o contexto extraordinário que lhe deu origem (as declarações do ministro Mário Lino), a imagem poderia ser maior, o que revela a escolha editorial de limitar a sua força. Tal sensação é reforçada pela dificuldade de ler as letras do cartaz, reproduzidas na legenda (cuja extensão supera o tamanho da imagem): “Na Margem Sul só conhecemos

este camelo”. Objetivamente, vemos um camelo e uma seta, num fundo de areia e céu (deserto) e podemos ler a frase citada. O camelo está a fazer pose, como um objeto em exposição, salientando a sua raridade como exemplar único. É a imagem de um cartaz que iria ser colocado em *outdoors* visíveis a partir de autoestradas, no distrito de Setúbal, e que só pode ser compreendido por quem tiver conhecimento sobre as declarações que lhe deram origem, apesar de o texto ajudar a recordar os acontecimentos e ele associados e oferecer as justificações políticas que levaram à sua elaboração. Além disso, o título destaca a ação de levar um “camelo verdadeiro para a margem sul”, enquanto a imagem se refere ao cartaz afixado (duas ações de resposta distintas).



2007 – **Peça 16** (nº 43 na grelha)

Desta feita em absoluta consonância com o título da peça anterior e com o título da peça a que nos referimos agora (“Protesto. Um dromedário no ‘deserto’ que é Almada”), vemos uma grande imagem (principalmente considerando que está numa página que concentra *Breves*) de um dromedário que levou um fotógrafo a deslocar-se a Almada nesse dia para a tirar. Não é, ao contrário da maioria, uma foto de arquivo que serve apenas para ilustrar. Porém, os únicos elementos que encontramos são o dromedário (não se veem as patas porque o enquadramento começa mais acima), alguns prédios de Almada ao longe e um imenso céu com nuvens que acaba por ser o centro das atenções, secundarizando os outros aspetos e deixando fora de campo a realidade envolvente (a estrada, a rotunda onde estava o animal, o trânsito, etc.). Ou seja, é dada importância ao acontecimento, mas este é fotografado como um caso insólito e são os elementos espetaculares que prevalecem.

Opini **PSD quer debate** **no Parlamento**

O PSD quer deixar no Parlamento o decreto de lei que institui o Operário Organizado de Produção Artística e quer, ainda, assegurar a diversificação da Administração Central, gerir o Teatro de Colón e a Companhia Nacional de Bailado, assegurar o período de apreciação dos trabalhos realizados pelo PSD, em contramão "a um sistema artístico" do teatro de ópera e da companhia de balé de Bolshoi. Como criação do Espetral, o Governo, através de deputados sociais democratas, "apresenta uma ideia original, dos princípios legais, e um sistema artístico de criação organizadora".



Convenção
Moção de Louça
com 80 por cento

A reunião apresentada por Francisco Langá à V Conferência Nacional do Ufpa de Engenharia elétrica foi por consenso com a de 1993 delegados, assinaram o Ufpa.

Protesto Um demonstração no "deserto" que é Almada



A minidate contra o di Álexia
tornou se durante esta hora
un centro de todos os atencións.
Haverá quen se mantén a certa
para tirar fotografías con a
intencional, desde os primeiros
na estrada para gritar «non o
nos "caramelo"» un chamamento
sencello para os Álexia.

figuração, mas também por ele mesmo, que, após sofrer a transformação para o Ministério das Cidades, habita.

A privănțele sociale din România rezultă așadar, într-o succesiune de cauze și efecte, pentru corporații și organizații de dezvoltare din cele mai sărace din lume. Mișcă ține.

[illegible]

O líder da distrital do trabalho da FUI, Nuno Martins, recorda que entre maio e a primeira de Junho de 1977, os membros da "comissão" da Manta

coloca-se o indivíduo que a libertação
a libertar a individualidade do cidadão
Algoritmo para a realização de

Alencar: "Desde que ele morreu, em Pádua, que está com desejo de vir a deserta", explicou. "Como está dizer que havia um deserto nas arredores da cidade hoje. Então como seria

2007 – Peça 17 (nº 44 na grelha)

À primeira vista não é possível estabelecer qualquer relação entre o título do artigo de opinião escrito pelo professor universitário Vital Moreira e a imagem que o acompanha. “Imprensa militante” dificilmente estabelece uma conexão com um lago, seguido de um terreno onde, ao longe, no limite do enquadramento, se erguem torres de um espaço industrial, possivelmente desativado, já que a fotografia a preto e branco e a distância sugerem abandono (quanto às cores podem dever-se apenas à localização do artigo na secção *Espaço Público*). A leitura do texto permite perceber que se trata de uma comparação entre a *Margem Sul* (especialmente o “famoso Poceirão”) e a Ota, enquanto possíveis localizações para a construção de um novo aeroporto em substituição da Portela, com o objetivo de denunciar a preferência mediática pela *Margem Sul*, do seu ponto de vista fundada em alegados factos errados. Entre os argumentos apontados destacam-se a distância relativamente a Lisboa e as acessibilidades que ficariam mais caras. Começa a desenhar-se, assim, uma inesperada relação entre o texto e a imagem que, subtilmente, ganha a força de confirmar as palavras. Como tínhamos afirmado, a composição e escolha dos elementos representados aponta para um cenário pouco aprazível e longínquo, onde não há pessoas ou estradas e as fábricas surgem ao longe (sendo a água o principal

135



2007 – **Peça 21** (nº 49 na grelha)

Esta é a segunda peça em que é bastante notório que o tamanho da imagem supera a extensão do texto (em notícias curtas ou breves), o que pode significar uma tendência (a confirmar no final) para a utilização de fotografias maiores em situações onde o valor-notícia principal é o excêntrico ou inesperado. Neste caso, tal característica revela-se no título (explorado na análise textual): “População da *Margem Sul* ainda prefere o autocarro ao metro de superfície”. Tendo em conta que o metro (apenas algumas paragens) tinha sido inaugurado há um mês, é provável que a fotografia tenha sido tirada aquando da realização da peça ou no momento de inauguração, já que, pela primeira vez na presente amostra, vemos muitas pessoas na imagem e não conseguimos observar o interior do metro para contabilizar o número de pessoas que transporta (aparente relação de oposição com o texto, pois não sabemos o que fazem as pessoas que estão nas proximidades da estação do metro da Cova da Piedade). Na imagem estão duas composições do metro de superfície, envolvidas pelos carris onde circulam (metade direita da imagem), pelos prédios próximos e por um conjunto alargado de pessoas, na sua maioria paradas e de costas (metade esquerda da imagem).

Local

Mobilidade Metro de superfície da Margem Sul do Tejo circula "às moscas"

O percurso curto e a pouca profundidade de algumas das paragens para a fraca adesão ao novo transporte



População da Margem Sul ainda prefere o autocarro ao metro de superfície

Um mês após a entrada em funcionamento do primeiro troço do Metro Sul do Tejo, mesmo durante a chamada "hora de ponta", as carruagens circulam praticamente vazias

Cristina Veloso

■ São TSH48. Na estação da Casa do Povo, Henrique Pires aguarda a passagem do Metro Sul do Tejo (MST). É a segunda vez que utiliza este meio de transporte, inaugurado há um mês pelo primeiro ministro, José Sócrates. Tem a carta assinada e o bilhete que, de metro, chega imediatamente à porta da Casa do Povo. "Depois é só atravessar a estrada, descer um lance de escadas e estou no trabalho". A composição chega e detém-se. É o único paragem nas quatro estações.

■ 1653. Tiago Mendes chega à paragem do metro que o vai levar, em menos de dez minutos, à Avenida Gago Coutinho, onde vive a sua família. É um bilhete de ida e volta do MST pela rapidez, pontualidade e conforto. "É frágil",

mas, quando está calmo, "é bom". A cada dia que passa nota que cada gente se tem de ir trabalhar de metro, mas ainda assim reconhece que o actual troço, entre Corroios e a Casa do Povo, é insuficiente para as necessidades da população. "Quanto menos que a linha se estenda, porque por enquanto só faz ligação com a estação da Penha de França em Corroios." O metro chega e Tiago entra. Foi companhia a outro passageiro.

■ 1807. As duas composições, que seguem em sentido oposto, encontram-se na Casa do Povo. Porém, mais não há ninguém para subir. Não de manhã, nem de noite.

■ 1816. Teresa Mendes prepara-se para apontar o transporte que a vai levar, sete minutos depois, ao Laranjais, onde trabalha. De autocarro demora mais 15 minutos. Costuma

ir a companhia de "superos quatro, cinco pessoas", porque este troço só dá para circular a dois ou três entre Corroios ou Povo. "Mas já tenho dificuldade em encontrar uma vaga para ir a trabalho, mas agora as pessoas já estão a utilizar mais". O metro chega e Teresa entra. Costuma usar viagens sem passageiros.

Autocarros só em pé

■ 1821. Paragem de Transportes Sul do Tejo (TST), na Avenida de 25 de Abril, em Corroios. Alde Gordo aguarda a chegada do 66, com destino a Capelas. Muitos experimentam o metro porque ficam no Centro sul e não têm acesso ao problema de mobilidade. "Não são está a dar resultado, porque o troço não é suficiente." O metro chega e os 20 pessoas que se encontram na paragem entram. A

TST não muda nada

A fraca adesão ao MST não surpreendeu o vencedor das licitações na Câmara de Setúbal. "Como se previa, esta primeira etapa não se tem revelado muito útil", diz Joaquim Santos, que critica o "tudo novo". "Como se já existisse a funcionar a nível da Capela no 1.º andar". O troço TST é o primeiro, de 2,5 km, que vai servir a primeira fase, para atingir as paragens, enquanto não está criada uma verdadeira articulação com os outros meios de transporte. A linha deve chegar ao Monte da Capela no segundo semestre e a Capela no fim de 2008.

maioria das de pé, porque as linhas servidas já estão muito ocupadas. Alde Gordo espera entre de uma hora e chegar a Capelas.

Entre a paragem das TST e a linha do MST, Isabel Oliveira admite, no seu quotidiano de trabalho, a corrente habitual de um nível de mobilidade. Mas também já está habituado a ver o metro passar, para cima e para baixo, com pouca gente. Também nunca experimentou o novo modo de transporte. "Vive no Monte da Capela e vou de autocarro com a filha, todos os dias. A hipótese de utilizar o metro quando eu chegar à casa não está muito desafiada. "Tudo, depende da prova."

A Metro Transportes do Sul não responde ao pedido dos autores de utilização no primeiro mês de exploração da linha.

2007 – Peça 25 (nº 60 na grelha)

A fotografia presente na peça é redundante na medida em que o título se refere a uma "ponte" que é precisamente aquilo que a imagem retrata. Por outro lado, a legenda confere-lhe uma função de complementaridade parcial ao identificar a ponte (25 de Abril), uma informação presente igualmente no corpo do texto e assim destacada. Trata-se de uma fotografia de arquivo, o que se justifica por a notícia ser referente a um acontecimento futuro. Poderia fazer sentido, contudo, incluir carros na fotografia, já que se trata de uma ponte atravessada diariamente por milhares de pessoas e estas serão as protagonistas do evento anunciado. Deste modo, é apenas um pormenor da ponte, não há ação a registar.

das análises laboratoriais a pesquisas que foram canceladas para o processo e que podem, momentaneamente, permitir a identificação de ADN do suspeito.

Este elemento será sempre, contudo, de importância relativa, uma vez que o perfil de ADN de qualquer indivíduo é único, por si, o suspeito e não apenas os pais que têm base de dados com esta informação, disse ao PDL33 um investigador da justiça.

Outro, o juiz de Madrid está atento em Madrid, onde se encontravam com o ministro do Interior espanhol. A viagem a Espanha destina-se a apoiar as ações das autoridades espanholas na procura de Madrid.

Também existe, o jornal *El País* disse notícias que Madrid e Margaret Thatcher teria sido vista em Lige por Jonathan Benquet, uma filha de 72 anos, residente na localidade de Bélgica. "El País" para os efeitos da pesquisa e reportagem manuseia no caso. Há a possibilidade de um homem que aproximadamente 40 anos visitado com uma filha e uma mulher com uma aparência de idade. "Como se sabe de que tinha visto Margaret, Jonathan confirmou a sua visita, mas não fugiu quando a sua filha se na sua direção.

60 potenciais candidatos. O grupo de Portugal e Inglês/Pain de tem 10 professores em condições de ensinar, mas apenas seis lugares.

A partir de segunda-feira, iniciaram as candidaturas, sempre por via eletrónica. A formação académica,

do momento de ensino de ensino está impedido de aceitar a categoria de titular por falta de vagas, denuncia a Lusa e secretário geral do PDL33, Mário Nogueira, que acredita poder

passar a ser admitido a diferença. O caso dos docentes que não têm o habilitação e estão os que estão neste momento dispensados de dar aulas, total no parâmetro, por motivos de ensino.

O problema, refere uma professora da secretaria de Educação, é que não se sabe quais serão as consequências para os professores que não conseguem candidatar-se ou que, tendo condições para o fazer, não o fazem.

"Buziño" na ponte contra declarações de Mário Lino

■ A Associação Democrática de Eleitores da Ponte de 25 de Abril promoveu hoje uma "buziño" contra as declarações do ministro das Obras Públicas, Mário Lino, que considerou que a Margem Sul é um "deserto". Os promotores do protesto afirmam que as palavras do ministro são "inverossímeis".

A 25 de Maio passado, Mário Lino afirmou que faltar o aeroporto internacional de Lisboa na Margem Sul seria "um projecto marginalizado e fraco", porque, além das questões ambientais, não há gente, não há habitação, não há escolas, não há hospitais, não há comércio, pelo que seria preciso levar para lá milhares de pessoas. "Não é mais do que se faz um aeroporto", foi a sua frase polémica de Mário Lino.



Protesto na Ponte 25 de Abril

das declarações de Lino, o presidente da associação, António Teixeira, afirmou que as palavras "deserto marginalizado" e "projecto fraco" são uma afronta à sua indignação. A acção vai decorrer, como já é habitual, a partir da ponte do Pragal e na praça da portagem, enquanto a sua preparação a distribuição de panfletos colocados em locais estratégicos e distribuição de panfletos aos automóveis em Alameda, Praça da República, Torre Hiss (Lisboa) e em Alameda.

"Esta manifestação não tem a ver com o novo aeroporto, mas com as declarações do ministro, que revela uma enorme ignorância sobre a Margem Sul", acrescenta António Teixeira. "As pessoas estão muito indignadas e magoadas. Já não houve o mesmo espírito que nos levou pa-

ra entrar em Lisboa e ainda esta ideia de cidadania de segunda", afirmou. A manifestação começa com um cortejo para girar o ministério numa visita à Margem Sul.

De acordo com a Associação Nacional de Municípios, existem 700.000 pessoas na Península de Setúbal.

Os vários partidos da oposição manifestam-se igualmente contra as declarações do ministro e manifestam pedidos de desculpas formais. Mário Lino respondeu as declarações do líder do PSD, Marques Mendes, que disse que o governo não está longe da culpa por se afirmar que a Margem Sul é um deserto.

Por sua vez, o ministro da Presidência, Pedro Passos Coelho, considerou a atitude da política um erro das declarações de Mário Lino. Lusa

2007 – **Peça 30** (nº 71 na grelha)

A imagem estabelece uma relação de complementaridade com o texto na medida em que o título refere uma vontade autárquica de “dinamizar as zonas ribeirinhas” e o corpo do texto liga essa dinamização à revitalização de antigas áreas industriais, sendo uma delas o espaço onde funcionava a Quimiparque. Ao permitir ver esse local, a fotografia de arquivo contribui para situar o leitor no espaço. Não vemos pessoas nem qualquer ação, apenas os edifícios da fábrica, vistos de fora (está presente o muro que delimita a fábrica). É uma fotografia tirada de longe (um plano geral) que não permite distinguir pormenores. Além disso, o céu ocupa praticamente toda a metade superior da imagem. Tais elementos apresentam a fábrica como distante e abandonada, confirmando a necessidade de intervenção no local.

direito de fazer justiça, na altura, que o uso do território estava considerado o melhor modelo para

Barreiro quer dinamizar as zonas ribeirinhas

■ O presidente da Câmara do Barreiro, Carlos Beirão, quer dinamizar as potencialidades da zona ribeirinha do concelho, promovendo no território da Quimiparque o emprego que criou uma zona de desenvolvimento que constitui o arco ribeirinho.

"Para a requalificação das zonas ribeirinhas da Margem Sul, os serviços da Quimiparque (Barreiro), Siderurgia (Setúbal) e Margem Sul (Almada) são essenciais por questões estratégicas. A vontade dos municípios é valorizar os rios, que no nosso caso são o Tejo e o Sado", refere à Lusa o autarca.

Carlos Beirão afirma que já existem investimentos privados prontos para analisar os terrenos, mas a ação que se pretende que seja realizada "muito mais complexa". "Cada zona tem as suas características, mas queremos ter uma visão conjunta e analisar a possibilidade de uma iniciativa municipal para apre-

Margarida Mota considerou "positiva" a criação de zonas de jardim que surgiram no desenvolvimento da zona

Hotel de luxo no Campo Mártires da Pátria

■ A empresa espanhola Royal Tótem comprou o Palácio de São Afonso, em Lisboa, por 20 milhões de euros, para o transformar num hotel de 5 estrelas, incluindo mesmo o jardim monumental que, citado pela agência Lusa.

Segundo o jornal, que cita fontes da empresa, o projeto de requalificação do palácio está incluído no plano de requalificação do centro histórico de Lisboa, que, de momento, prevê a construção de um hotel de luxo no Campo Mártires da Pátria e a sua zona total de 10 milhões de metros quadrados.

O jornal acrescenta que o novo hotel será integrado na cadeia de hotéis Raffles, que, de momento, possui hotéis de luxo em Madrid, Barcelona e Roma.

O projeto do hotel em Lisboa prevê 150 quartos, salões, restaurantes e deverá estar em funcionamento em 2009.



Quimiparque

D. Maria II 1826-1858
13 Junho a 8 Julho

NOVA LOJA Público
já abriu em BRAGA

Agência Nacional de Estatística de Portugal, Lda
Praça da República, 100-101, 4º e 5º andares
4700-001 Braga
Tél: 253 201 200

VISITE-NOS!

2007 – **Peça 32** (nº 74 na grelha)

Embora a peça seja sobre o campo de tiro de Alcochete como uma localização específica, provável para a construção do novo aeroporto, a legenda da imagem associa esse “ganho de peso” do município, referido no título, ao ressurgimento da *Margem Sul* “como possível localização do aeroporto”. Deste modo, depois das polémicas declarações que associavam a *Margem Sul* a um deserto, podemos encarar a fotografia de arquivo que acompanha a peça como simbólica. Considerando que a expressão *Margem Sul* não surge no corpo do texto, seria expectável (pela frequência com que acontece) vermos uma imagem ilustrativa ou redundante do campo de tiro ou do município de Alcochete. Contudo, o que está na imagem é um avião (em destaque, no cimo do enquadramento), possível símbolo do aeroporto, a sobrevoar prédios (no limite inferior do enquadramento, quase passariam despercebidos noutra situação) situados na *Margem Sul* que assim aparece associada à existência de infraestruturas de habitação. Entre o avião e os prédios, todo o espaço central é ocupado por céu.

8 • Público • Sábado 9 Junho 2017

Portugal

Novo aeroporto Confederação Industrial Portuguesa apresenta estudo segunda-feira

Campo de Tiro de Alcochete ganha peso como alternativa à Ota

CIP entrega estudo em Belém no dia do colóquio na AR, sinal de que o Presidente da República quer que o assunto continue a ser discutido

Isabel Siqueira

● O estudo patrocinado pela Confederação Industrial Portuguesa (CIP) sobre possíveis alternativas à Ota para a construção do futuro Aeroporto Internacional de Lisboa identifica um local que antes nunca foi estudado, disse ao PÚBLICO Francisco Van Zeller, presidente da grande associação patronal. Este responsável não quis identificar o local, pelo compromisso de a entregar prioritariamente ao Presidente da República, mas nos últimos dias tem surgido cada vez mais sinais de que se está a falar do Campo de Tiro de Alcochete.

Sua conta está um terreno com 7500 hectares, plano, que já pertence ao Estado, onde não existia qualquer urbanização. Importantes, situado muito perto de Lisboa e que também é delimitado como hipótese a ser analisada pelo ex-ministro socialista Augusto Mateus, construído pela Ilusar para encerrar o desenvolvimento do

do ministro Mário Lino e de vários especialistas, estando previstos estudos para debate. Não possui, porém, a formalidade de uma decisão em matéria parlamentar e ainda menos de um debate em plenário da AR.

Esta mensagem contraria a linha de José Sócrates, que considerou pouco o colóquio realizado em agosto da Presidência para que tivesse lugar uma discussão parlamentar sobre o aeroporto. O primeiro ministro indicou, contudo, que o Governo estaria aberto a negociações sobre esta questão e o PÚBLICO sabe que o projeto já encontra as conclusões do estudo encomendado pela CIP.

“Não foi convidado”

A confirmação de que é o Campo de Tiro de Alcochete o local onde se encontra o estudo, divulgado pela CIP, que quer garantir ser considerado na Ota, Francisco Van Zeller não se dá ao trabalho de o confirmar. A mesma opinião é partilhada pelo ex-ministro socialista Augusto Mateus, cujo trabalho sobre a construção do novo aeroporto se encontra no final deste mês.

O economista defende ao PÚBLICO que defende uma nova construção do novo aeroporto pelo Governo em outros locais, caso do Campo de Tiro de Alcochete, algo que encara defendendo como extremamente viável no futuro. Ao mesmo tempo, Mateus considera que é preciso “ganhar qualidade na decisão” e que “temos de ter a melhor análise possível” sobre o futuro aeroporto, cuja construção aponta para o início de obras em 2020 e abertura em 2027.

A Margem Sul volta a surgir como possível localização do aeroporto



Quercus alerta para perigos ambientais

Câmara de Benavente defende solução e fala em benefícios financeiros para o Estado

● O presidente da Câmara de Benavente, que já na década de 80 defendeu a hipótese de localização do futuro aeroporto na área do Campo de Tiro de Alcochete (CTA), julga que esta opção poderia ser muito vantajosa

para a proteção ambiental. Por outro lado, ao contrário de São Paulo, tem poucas áreas de montado de sobreiro e bastante dispersas. Endereça designada por Campo de Tiro de Alcochete, por dizer encerrar qualidade desta vila, a

para proteger zonas importantes de património natural situadas próximas do CTA, mas que a área do campo propiciaria em 2015 está aberta a qualquer classificação ambiental. Paulo Quercus, no entanto, aco-



Francisco Van Zeller
Presidente da CIP
O estudo encomendado pela CIP foi coordenado por um docente do Instituto Superior Técnico, José Manuel Viegas, e financiado por uma conjunto de empresas cujo nome

Ao contrário daquilo que tem sido habitual, a presente peça é acompanhada por um mapa. Este estabelece uma relação de complementaridade com o texto ao fornecer informação sobre o estudo mencionado no título e no corpo do texto, onde se afirma que “Alcochete tem menores impactos ambientais que a Ota”. O mapa mostra a área metropolitana de Lisboa, assinalando o nome de algumas localidades, ligações (possivelmente rodoviárias) entre as mesmas, a zona migratória de aves e, com um retângulo, as freguesias da Ota e de Alcochete. Do lado direito é feito *zoom* sobre a área ocupada pelo campo de tiro de Alcochete (delimitada a azul), onde se insere a “melhor alternativa” para o aeroporto (delimitada a laranja). Percebemos, assim, questões como distâncias e localizações geográficas, numa perspetiva geral e em comparação direta.

4 • Público • Terça-feira 12 Junho 2007

Destaque

Novo aeroporto de Lisboa Alternativa à Ota avaliada por Carlos Borrego

Estudo diz que Alcochete tem menores impactos ambientais que a Ota

A avaliação feita a várias alternativas perto ou dentro do Campo de Tiro de Alcochete põe de parte os entraves ambientais que chumbaram a Margem Sul, mas afasta a hipótese Poceirão

Ana Fernandes

Logo dos corredores de circulação de aves, afetados das novas classificações, com impacto médio sobre o aquífero e sem obrigar a grandes alterações de solo, a melhor localização de Alcochete surge, no estudo encomendado pela Comissão da Indústria Portuguesa, como uma alternativa com menores impactos ambientais que a Ota. Com a vantagem de poder ser feita imediatamente, confirma as necessidades de expansão da aeração aérea.

Coordenado por Carlos Borrego, especialista do Ambiente e Responsável pelo Instituto do Ambiente e Desenvolvimento da Universidade de Aveiro, o estudo que avalia localizações alternativas para o novo aeroporto de Lisboa é apenas o primeiro de uma série que se seguirá.

Depois do eixo Rio Pinho ter sido eliminado por razões ambientais, a hipótese de criar um novo aeroporto na Margem Sul está fora de questão por ser insustentável. Para se concluir que não “é a Ota, mas a melhor opção que a Ota e está com o mesmo nível de impacto ambiental”, disse ao PÚBLICO o coordenador do estudo.

Desde Abril, foram comparadas oito localizações: Ota, Poceirão e sete alternativas perto ou dentro do Campo de Tiro de Alcochete. Das opções, designadas na avaliação como estando na zona II, variaram entre si pela orientação das pistas, tendo sido consideradas três no confronto com o meio, e mais três norte-sul.

Para todos eles foram avaliados diversos aspectos ambientais, como as áreas de interesse natural, as áreas florestais e a hidrologia, entre

Alternativa à Ota fica mais próxima de Lisboa



a melhor fica na sua zona leste, portanto afastada em dois quilómetros do limite de 2000". O comunicado contém divergências pelas autoridades locais grandes críticas à substituição de um aeroporto no campo de tiro, mas foi emitido antes de ser concluído o estudo.

Perante isto, Francisco Pereira afirma que não será tanto a área de implantação que pode interferir com a Ota, mas sim os efeitos do aeroporto, "que dificilmente evitaria a zona classificada". Em relação aos solos, a opção escolhida é a melhor - denominada 106 - implica um menor afeto de terrenos que a própria Ota, ou seja,

Uma proposta chamada Borrego

José Manuel Viega e Augusto Mateus na equipa

Por o segundo estudo sobre a quantidade de solos. Quando estiverem disponíveis os estudos concluídos pela CIP, os técnicos poderão

substituir a localização atual a pedido do comité executivo do Ambiente José Silvestre. A equipa por si coordenada vai

Estamos perante uma fotografia de arquivo, em si meramente ilustrativa. Através da legenda, percebemos que se situa em Alcochete onde a “possibilidade de ter o

aeroporto por perto é bem-vinda”. Não vemos pessoas, apenas uma praça com prédios baixos, uma estátua (em destaque) e um carro no limite direito do enquadramento. Tendo em conta que a peça é sobre as várias opções defendidas para o aeroporto, uma imagem urbana de Alcochete não acrescenta informação. Contudo, à semelhança do que afirmámos na peça 32, pode ser importante para os jornalistas mostrar localidades da *Margem Sul* como espaços com vida e ocupação, depois da tendência inicial para apresentar o “deserto” e o abandono industrial.

2 • Política • Quinta-feira 10 Junho 2007

Destaque

Novo aeroporto de Lisboa Estudo de mais alternativas pedido por vários sectores

Ambientalistas e turismo juntos na solução “Portela + 1”

A reavaliação da Ota face ao Campo de Tiro de Alcochete veio dar novas forças aos defensores de outras alternativas que pareciam afastadas

Ana Fernandes, João Sampaio e Paulo Miguel Madeira

✓ **Reverão** das implicações sobre as áreas protegidas do Tiro e do lado por causa da elevada insalubridade que exigirá o aeroporto para Alcochete e dos custos, os ambientalistas estão cada vez mais ligados à nova proposta de localização. Mas antes de se discutirem opções, defendem que se deveria primeiro procurar que a reavaliação a construção de um grande aeroporto, considerando que a opção Portela é a única fita de validade atenuada - uma posição partilhada com a candidatura do Turismo Português, que considera também urgente o governo voltar imediatamente um aeroporto secundário para a construção de um novo caso de uso.

“Não podemos estar a olhar”, afirma Helena Ferreira, da Greenpeace, “mas o certo é que, além de dizerem o contrário, temos de estudar a

reavaliação de uma grande zona aeroportuária”. Para a ambientalista, este é um problema crítico português, a enorme tendência de construir, e construir sempre em grande.

“Temos de analisar tudo para perceber o que é melhor para Portugal, sabendo que o Tiro não se deve voltar a ser aeroporto de linha com o Tiro ou pelo TIV, assim como pelo Aeroporto de Caserta, e ver se realmente precisamos de uma grande infraestrutura ou se não bastaria um aeroporto mais próximo para line com o Tiro de um aeroporto”, defende Helena Ferreira.

Para a associação, o problema em Alcochete pode não ser a localização da estrutura em si mas os impactos que gera a infraestrutura. Entre os impactos da proposta de localização, no entanto, salienta-se a proximidade de duas zonas habitadas de importância ambiental e da proximidade do maior aeroporto do país.



Em Alcochete, a possível futura localização do novo aeroporto para o Tiro de Alcochete

Fundos europeus Alcochete pode receber mais apoio

A Comissão Europeia tem uma proposta de “intervenção”

Os estudos de localização do novo aeroporto não são apenas para o Tiro de Alcochete, mas também para o Tiro de Alcochete. A Comissão Europeia tem uma proposta de “intervenção” para o Tiro de Alcochete. A Comissão Europeia tem uma proposta de “intervenção” para o Tiro de Alcochete. A Comissão Europeia tem uma proposta de “intervenção” para o Tiro de Alcochete.

CTP pede estudo de turismo

As discussões sobre a necessidade de um grande aeroporto são pontuadas pelas apresentações de estudos de turismo, que apontam a criação de um estudo de mercado para quantificar o número de turistas que chegarão a Portugal, via transporte aéreo, de modo a serem próximos.

“Não se pode pensar que o crescimento de turismo seja uma realidade para Portugal, há de ser uma realidade dentro de um ano”, afirma ao PÚBLICO o presidente da candidatura, José Carlos Pinto Coelho.

Frente à “hipótese de que a localização do aeroporto Lisboa e de “a localização” em crescimento, a CTP considera ainda que o regime “para o crescimento” é uma forma de aeroporto para compensar a área de uso”, acrescenta para não deixar de se tratar de uma proposta de localização de Lisboa, “e se se ampliamos a construção de um aeroporto”, afirma o presidente da candidatura.

Nas contas da CTP, a solução final será a primeira opção de 22 milhões de passageiros por ano, para o Tiro de Alcochete, com o Tiro de Alcochete.

Por outro lado, um aeroporto com muitos custos e todas as suas implicações, incluindo o impacto ambiental, é essencial para entender o desenvolvimento de um aeroporto regional. As suas aplicações sobre o transporte aéreo em Espanha - que está a sofrer da crise da energia - são geralmente muito discutidas que existem em Portugal, salienta a candidatura.

Falhas da Ota, diz geógrafo. O geógrafo afirma que a localização do novo aeroporto de Lisboa é um estudo de localização de um aeroporto de Lisboa. O geógrafo afirma que a localização do novo aeroporto de Lisboa é um estudo de localização de um aeroporto de Lisboa. O geógrafo afirma que a localização do novo aeroporto de Lisboa é um estudo de localização de um aeroporto de Lisboa.

No entanto, um geógrafo, próximo ao candidato apoiado, aponta também ao PÚBLICO falhas na localização da Ota, defendendo que “não é o problema de localização”, pois “não

PSD aceitará resultado do estudo da LNEC

“Existe novo clima para trabalhar depois do abandono da política do facto consumado”

Se o estudo que a Comissão Europeia tem para o Tiro de Alcochete é aprovado, o PSD aceitará o resultado. O PSD aceita o resultado do estudo da LNEC. O PSD aceita o resultado do estudo da LNEC. O PSD aceita o resultado do estudo da LNEC.

“Não há um novo clima para trabalhar depois do abandono da política do facto consumado”, afirma o líder do PSD, José Manuel Durão Barroso. “Não há um novo clima para trabalhar depois do abandono da política do facto consumado”, afirma o líder do PSD, José Manuel Durão Barroso.

de membros do Parlamento em debate. Por isso o PSD quer saber se o estudo é aprovado ou não. O PSD quer saber se o estudo é aprovado ou não. O PSD quer saber se o estudo é aprovado ou não.

“Não há um novo clima para trabalhar depois do abandono da política do facto consumado”, afirma o líder do PSD, José Manuel Durão Barroso. “Não há um novo clima para trabalhar depois do abandono da política do facto consumado”, afirma o líder do PSD, José Manuel Durão Barroso.



Alcochete entre a esperança e a desconflança

"Não sei se esta notícia é só para distrair as pessoas..."

Reportagem

Cidade Velosa

João César ainda não acordou suas velinhas-pipa do estuário do Pálio Cruz mas acredita que o indagação a quem os alcocheteiros fazem (e recebem) pode dar uma pista para que o aeroporto seja construído na região planejada.

"Não sei se esta notícia é só para distrair as pessoas e não está tudo já decidido pela Cruz", disse em seguida, que, pela falta de tempo, ele não se encaixa no pacote Francisco Rodrigues da Cruz para que interceda pelo regime. "Não sei se alguma coisa ainda se vai dar no estuário", afirma.

Ah, no largo de lá já não está o estuário do pátio indagação, bem no centro do pátio está onde João César passa com a boca na mão e os olhos fechados, mas não há nada ali, apenas um espaço vazio e um horizonte de terra e céu.

Além disso, há uma grande área de terra que não está sendo usada, mas que poderia ser usada para construir o aeroporto. Mas não há nada ali, apenas um espaço vazio e um horizonte de terra e céu.

...e a ideia parece agradar à maioria da população. O argumento do emprego é o que mais facilmente vem à cabeça, mas não é o único. Há quem diga que o aeroporto é uma das poucas coisas que o município precisa para se desenvolver. "Se não tiver o aeroporto, não vamos conseguir atrair investimentos para cá", diz o prefeito João César. Ele também diz que o aeroporto é uma das poucas coisas que o município precisa para se desenvolver. "Se não tiver o aeroporto, não vamos conseguir atrair investimentos para cá", diz o prefeito João César.

...e a ideia parece agradar à maioria da população. O argumento do emprego é o que mais facilmente vem à cabeça, mas não é o único. Há quem diga que o aeroporto é uma das poucas coisas que o município precisa para se desenvolver. "Se não tiver o aeroporto, não vamos conseguir atrair investimentos para cá", diz o prefeito João César. Ele também diz que o aeroporto é uma das poucas coisas que o município precisa para se desenvolver. "Se não tiver o aeroporto, não vamos conseguir atrair investimentos para cá", diz o prefeito João César.

...e a ideia parece agradar à maioria da população. O argumento do emprego é o que mais facilmente vem à cabeça, mas não é o único. Há quem diga que o aeroporto é uma das poucas coisas que o município precisa para se desenvolver. "Se não tiver o aeroporto, não vamos conseguir atrair investimentos para cá", diz o prefeito João César. Ele também diz que o aeroporto é uma das poucas coisas que o município precisa para se desenvolver. "Se não tiver o aeroporto, não vamos conseguir atrair investimentos para cá", diz o prefeito João César.

...e a ideia parece agradar à maioria da população. O argumento do emprego é o que mais facilmente vem à cabeça, mas não é o único. Há quem diga que o aeroporto é uma das poucas coisas que o município precisa para se desenvolver. "Se não tiver o aeroporto, não vamos conseguir atrair investimentos para cá", diz o prefeito João César. Ele também diz que o aeroporto é uma das poucas coisas que o município precisa para se desenvolver. "Se não tiver o aeroporto, não vamos conseguir atrair investimentos para cá", diz o prefeito João César.

142

peça indiretamente, através do significado conotativo que podemos atribuir aos elementos referidos, ligados a uma peça sobre discrepâncias que foram sendo geradas, no que concerne ao valor de mercado de zonas habitacionais em várias localizações. Deste modo, salienta-se no texto e na imagem o desalinhamento e a falta de planeamento urbano.

26 • Público • Segunda-feira, 21 de Janeiro de 2019

ECONOMIA

Estatísticas do INE dificultam programa de rendas acessíveis

Números do INE, que vão fixar o valor de mercado para programa de incentivos fiscais a rendas acessíveis que o Governo quer lançar, têm-se revelado desajustados da realidade

Habituação
Luís Paulo

Manuela H. (nome fictício) precisa de mudar de casa, porque o TI que comprou na Póvoa de Varzim, uma freguesia de Lisboa, já é demasiado pequeno. Foi prego que pode pagar de renda, o melhor que conseguiu foi um T2 na Margem Sul, mas com a expectativa de conseguir obter alguma receita colocando no mercado de arrendamento o TI em Lisboa, mas a preços razoáveis. Ainda a tentar falar há mais de um ano da intenção do Governo de criar um mercado de arrendamento acessível, que permita aos cidadãos beneficiar de descontos focais se arrendarem os seus imóveis com valores abaixo de mercado. O mercado das rendas acessíveis ainda não está regulamentado (o Governo foca em autorização legislativa para publicar o decreto-lei que vai definir as suas condições até ao final de Fevereiro), mas Manuela já está disposta para esperar uma vez que, por correção, não quer contribuir para “um mercado que está altamente especulativo”.

Quando Manuela H. foi consultar as tabelas do Instituto Nacional de Estatística (INE) para conhecer o valor de mercado fixado pelo INE para a sua rua, deparou-se com números que a desorientaram. De acordo com as Estatísticas de Rendimentos da Habitação ao Nível Local que o INE publicou pela primeira vez (e até agora única) no passado dia 21 de Março, a renda de mercado em Améis de 6,7 euros o metro quadrado. A renda de mercado do TI de Manuela, que tem 54 metros quadrados seria 361,8 euros.

Para poder beneficiar dos incentivos fiscais que estão a ser preparados pelo Governo, e que a poderão facilitar o pagamento do imposto sobre os rendimentos, teria de cobrar uma renda de 25,84 euros. Isto quando sabe que na sua freguesia as rendas mais baixas que estão a ser pedidas por um TI começam nos 150 euros,

E quando esse mesmo TI ainda lhe traze encargos, nomeadamente uma prestação mensal ao banco de 250 euros. Manuela desistiu de esperar por esse novo mecanismo e tentou, agora, arrendar a sua casa por três anos, para poder beneficiar do desconto de 2% nos impostos sobre rendimento que vai aderir das rendas. Essa alteração legislativa, com a qual o Governo quer incentivar o aumento da duração dos contratos para dar mais estabilidade ao mercado, já foi promulgada e está em vigor. Quem fizer contratos de dez anos poderá ver baixar o IRS dos atuais 28% para os 18%.

Valores desajustados

A perplexidade de Manuela pode ser multiplicada por todos aqueles que se detêm a analisar as estatísticas oficiais divulgadas pelo INE. Aumentará se se tentar compará-las com os valores apurados, por exemplo, pela Confidencial Imobiliário (CI), uma empresa privada que trabalha no sector da estatística do imobiliário há vários anos. Em quase todas as comparações feitas pelo PÚBLICO, a diferença entre os valores de renda apurados ronda os 20%.

De acordo com o Confidencial Imobiliário, no último trimestre de 2017, o valor médio de metro quadrado na Póvoa de Varzim era de 10,2 euros – o TI de Manuela teria uma renda de 550 euros (muito acima do valor apurado pelo INE). No caso do terceiro trimestre de 2018 (os últimos dados divulgados pelo CI), o valor médio por metro quadrado já era de 11,4 euros – e o TI de Manuela já teria uma renda de 615,2 euros.

Há muitas razões, inclusive metodológicas, a explicar estas diferenças. O INE apura mediantes que exigem, em casos extremos, o Confidencial Imobiliário trabalha com médias. O INE trata estatisticamente todo o universo de contratos. A Confidencial Imobiliário faz as suas estatísticas a partir das comissões cobradas pelos mediadores imobiliários. De acordo



Num mercado em franca aceleração, valores de 2017 facilmente se desactualizam

com as informações dadas ao PÚBLICO pelo director da CI, Ricardo Guimarães, a empresa tem uma quota de mercado de 2%, pelo que tem “total confiança na representatividade da amostra”.

As estatísticas do INE são feitas a partir dos valores declarados nos novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares, através dos dados fiscais recolhidos na Autoridade Tributária, onde os arrendatários são obrigados a comunicar os contratos de arrendamento, através do Modelo 2. Essa informação é cruzada com a declaração para efeitos de IMI (a partir da qual retiram as características que identificam o alojamento arrendado e, depois de recolhidos e

armados todos os dados, o INE fixa o valor mediano (que separa em duas partes iguais um conjunto ordenado de rendas por metro quadrado de cada município nacional, e de cada freguesia no caso dos municípios de Lisboa e Porto).

O facto de os valores do INE se reportarem a dados de 2017 num mercado que está em franca aceleração pode explicar alguma da disparidade de valores encontrados por quem está actualmente à procura de uma casa para arrendar. Está a comparar mediana relativa a 2017 no primeiro mês de 2019 (deverá sempre resultar desajustado).

Quando divulgar, em Março do ano passado, a primeira publicação,

o INE referiu que estes indicadores teriam uma periodicidade “pelo menos anual”, pelo que seria esperado que no próximo mês de Março saíssem as estatísticas relativas a 2018. Mas, conforme ao PÚBLICO fonte oficial do organismo de estatísticas, o INE pretende passar a divulgar estes dados com periodicidade semestral. “O mês de Março de 2019 será assim o primeiro momento de disponibilização, numa base semestral, das estatísticas das rendas da habitação ao nível local, seguindo-se a divulgação prevista para Outubro de 2019 relativa ao 2º semestre de 2019”, esclareceu ao PÚBLICO o INE. É acrescentado que, na edição de 2º semestre de 2018, se trabalharam dados relativos aos 12

2019 – Peça 46 (nº 30 na grelha)

A fotografia estabelece uma relação de complementaridade com o texto, ao mostrar um dos dois “Portugais” que refere no título e que é geralmente menos visível: o Portugal onde há bairros sociais com prédios degradados. Este é um caso em que a associação de uma fotografia a um texto de opinião lhe confere uma força considerável,

neste caso expectável, ao ilustrar a face menos visível do problema, já que frequentemente vemos imagens relacionadas com bancos e banqueiros bem retratados e aqui surgem apenas no texto. Dizemos que a força obtida é expectável porque a imagem é clara quanto às condições de vida no “Jamaica” e quanto à sua ligação ao texto. Contudo, continuamos sem ver pessoas e os prédios ocupam todo o enquadramento, marcado no limite superior por um céu cinzento (ao contrário do azul forte que temos encontrado nas peças noticiosas) e traços nos prédios que parecem mais artísticos do que reais, causando alguma estranheza na observação. Assim, é uma imagem pensada para ser realmente olhada e não para ilustrar discretamente, onde o facto de não ser uma peça noticiosa permitiu um trabalho de edição da fotografia notório e que realça os aspetos negativos da realidade que parece, no entanto, ter sido retirada de um filme.

Domingo, 27 de Janeiro de 2019

BARTOON LUÍS AFONSO

A VISITA DE MARCELO REBELO DE JESUS AO PARANÁ É PREOCUPANTE. PREOCUPANTE? PARA A NAVEGABILIDADE. O CANAL PODE FICAR ENTUPIDO COM AFECTOS.

AESQUINADOMINHO

Do Jamaica à Caixa, dois Portugais

Vicente Jorge Silva

Dois temas têm estado em foco na actualidade portuguesa: os conflitos iniciados no bairro periférico conhecido por “Jamaica” e que se propagaram a outros locais incluindo o centro de Lisboa e a revelação de um relatório conferindo a suspeita de favorecimentos na concessão de empréstimos por diversas administrações da Caixa Geral de Depósitos (CGD). Além disso, uma notícia do Expresso alertava ontem que uma alerta da Caixa tinha estado na origem da Operação Marquês.

Apresentemente, estas notícias têm origem em dois assuntos que tudo seguem, desde o explosivo inverno da exclusão social suburbana aos segredos, camuflagens e complexidades inconfessáveis envolvendo administradores do banco público e figuras do meio empresarial cultivando relações

promíscuas com os circuitos de decisão política (num esquema extenso, aliás, à banca privada, mas com reflexos igualmente calamitosos nos cofres do Estado), só que esses dois mundos sealam por reflectir uma mesma realidade: a de um país escandalosamente desigual, dividido entre dois extremos – o das populações segregadas por motivos sociais, económicos e também raciais e o de uma casta privilegiada com acesso directo ou indirecto aos dinheiros públicos.

Nem tempo em que se fala tanto das ameaças potenciais do populismo – e quando o Presidente da República cede, qual bombeiro de emergência, entre o Jamaica e Cabo Verde (que de origem de grande parte dos imigrantes residentes no bairro da margem sul, com o propósito de impedir a propagação de fugas –, seria difícil imaginar uma correspondência de factos mais precisa a influir essas ameaças. Aliás, a amplificação desses fenómenos pelas redes sociais está também a estimular o desajustamento de coerentes extremistas, violentos e racistas que pareçam adormecidos,

destilando as mensagens mais alarzes de ódio e xenofobia. Finalmente, o espectáculo do último debate parlamentar no Parlamento, dando azo a posições caricaturais e históricas, apenas contribuiu para deixar mais azuis na frequência.

Os riscos supostos e reais de uma imigração descontrolada – ou que o país não tem mostrado capacidade para absorver e integrar –, aliados à condicionalidade para com o

arranquecimento ilícito através dos favores concedidos por sucessivas administrações da CGD, antecipando ou confirmando os hostisidades da Operação Marquês, constituem o típico caldo de cultura de uma nefasta população que tem vindo a acumular-se, fúria as ameaças de violência física contra os imigrantes e seus defensores mais resistentes ou as generalizações demagógicas do tipo “São todos corruptos”.

viando o poder político e os administradores bancários, suspeitos de venalidade, as fronteiras são cada vez mais térmicas.

Alastra o perigo das generalizações e da manipulação à direita ou à esquerda, envolvendo imigrantes, polícia ou administradores bancários no seu conjunto. Nem todos os habitantes dos bairros problemáticos são meros anjos vítimas do racismo, nem todos os polícias são exemplares servidores da causa pública e insuspeitos de violência gratuita, tal como nem todos os gestores dos bancos estão acima de qualquer suspeita. Fatais formalizações ou o seu contrário não expõem a verdade, mas apenas uma parcialidade meretriz, grotesca e trágica. Estamos farto de saber que a realidade nunca é a preto e branco, mas aumenta perigosamente a tendência para pensarmos e agirmos como se ela assim fosse – até chegarmos ao ponto de termos um país duplamente partido ao meio. Ai tornemos uma avenida aberta ao populismo.

Journalista

Totoboto 3 34 36 47 40 1.º Prémio 1500000€

P 10506 3 521073 540087

Ano Novo

Estamos perante uma peça que ocupa a página completa e que contém duas imagens. Vamos centrar-nos apenas na de menor dimensão e que aparece em baixo, já que a sua legenda permite ler o seguinte: “O encerramento gradual da prisão está previsto até 2020. Deverá ir para a Margem Sul”. O lead da notícia aponta para a existência de “planos [em andamento] para a construção de nova prisão a sul do Tejo, na Herdade do Gil Vaz, junto ao aeroporto do Montijo”. No entanto, a imagem mostra o início de um descampado, não havendo sinais (até pela pouca extensão de terreno que é mostrada) de se tratar do espaço referido no lead, pelo que parece ser uma fotografia de arquivo apenas ilustrativa. Assim, a única vez que a expressão *Margem Sul* aparece na peça é nesta legenda, associada a um descampado não identificado e fotografado a partir do lado de fora de uma cerca, o que mostra a secundarização da região no contexto da peça, centrada na apresentação de planos futuros para reconversão de infraestruturas em Lisboa.

20 • Público • Quinta-feira, 30 de Janeiro de 2019

LOCAL

Prisão passa a residência estudantil e poderá vir a ser o novo Campus

Planos para a construção de nova prisão a sul do Tejo, na Herdade do Gil Vaz, junto ao aeroporto do Montijo, já estarão em andamento. Falta saber se o Campus irá mesmo para o que sobra dos terrenos da EPL.

Lisboa
Sebastião Almeida

O edifício central do Estabelecimento Prisional de Lisboa (EPL), em Campolide, será transformado numa residência para estudantes do ensino superior e poderá vir a ser o novo Campus da Justiça, que sairá do Parque das Nações. A confirmação chega através do Departamento de Planeamento Urbano da autarquia, em resposta a questões levantadas pelo Bloco de Esquerda (BE).

Com o encerramento gradual das complexas pedras de Lisboa e Setúbal, está prevista a construção de um novo estabelecimento prisional a sul do Tejo, na Herdade do Gil Vaz, junto ao aeroporto do Montijo.

Sobre os planos para o resto dos terrenos da EPL, sabe-se apenas que o Ministério da Justiça pretende construir novos edifícios para acolher os tribunais sediados no Campus da Justiça, no Parque das Nações, mas a decisão está dependente de negociações com a Estima – a imobiliária de capital público e proprietária do terreno.

A notícia foi avançada ontem pelo jornal O Corvo, que refere que, em Novembro de 2018, o BE questionou a Câmara de Lisboa sobre o destino dos terrenos. Na resposta dada pelo gabinete do vereador Manuel Salgado, enviada esta semana, confirmou-se que está prevista a instalação de uma residência de estudantes, mas não são dados mais detalhes sobre o projecto. A autarquia já tinha defendido esta solução em 2008.

No Orçamento do Estado para 2019 está previsto o encerramento gradual do EPL, um processo que o Governo espera concluir até 2020. Os terrenos inseridos no coração da capital estão avaliados em mais de 300 milhões de euros.

Campus custa milhões

A ministra da Justiça, Francisca Van Duinen, já tinha expressado publicamente a vontade de transferir para os terrenos do EPL os tribunais instalados na zona oriental da cidade. Em 2016, durante o Governo de Sócrates, os serviços judiciais



foram transferidos para o Campus da Justiça, no Parque das Nações, mas o seu arrendamento, acordado até 2026, custa ao Estado mais de um milhão de euros por ano. Com a concentração de todos os serviços na área onde já se encontra o Palácio da Justiça, o Estado poderia minimizar custos e agilitar a eficiência dos serviços.

O encerramento gradual da prisão está previsto até 2020. Deverá ir para a Margem Sul

No documento enviado ao executivo municipal, os blocistas afirmam que “urge encontrar uma utilização para os terrenos que ficarão disponíveis”, pois a demolição do EPL não é uma hipótese a ter em

conta, decorrente da sua classificação como Monumento de Interesse Público desde 2011. Contudo, fazem notar, os terrenos adjacentes não estão ao abrigo de qualquer classificação e interessa saber o que lhes está destinado.

O Plano de Pormenor de Reabilitação Urbana do Campus de Campolide, aprovado em 2014, prevê que o edifício central do EPL seja entregue à câmara para a “instalação de equipamentos de utilidade pública”, sem especificar, porém, qual será o uso dos terrenos adjacentes.

BE apela a entendimento

Isabel Pires, deputada municipal do BE, considera que “continua tudo por clarificar”, pois, de acordo com o último plano de pormenor elaborado, “a entrada a privados está aberta”. Para a blocista, os terrenos circundantes estão susceptíveis à ocupação imobiliária, tendo em conta que o plano traçado para a zona considerava a possibilidade de construção de dois hotéis e serviços.

Ataques de deputada da Assembleia da República reitera a “necessidade

de se garantir que os terrenos serão públicos”. Até ao momento, diz ao PÚBLICO, “não há nada que garanta que será assim”, sobre a instalação de uma residência para estudantes, o BE está em total acordo com o pretendido porque a proximidade ao campus universitário de Campolide justifica.

No entanto, Isabel Pires reforça que a residência terá de estar na mão do Estado e não de privados. Só assim se “poderá resolver o problema de fundo”, que é a falta de alojamento para estudantes deslocados, argumenta.

A autarquia, nas respostas aos blocistas, confirma que foi “abordada a possibilidade de transferência dos tribunais situados no Campus da Justiça para a zona do Alto do Parque Eduardo VII, em área confinante com o Palácio da Justiça”.

No documento a que o PÚBLICO teve acesso, o gabinete de urbanismo adverte, contudo, que essa transferência está dependente de “uma negociação entre o Estado e a Estima para a reconversão de áreas afectas aos usos urbanos (habitação, comércio e serviços) na zona nascente do Plano de Pormenor de Reabilitação Urbana do Campus de Campolide”.

Decorrente do acordo entre o Ministério da Justiça e a Estima, o município diz que será dado início à “abitação da alteração ao plano [de pormenor]”. Por agora, o executivo camarário diz aguardar a conclusão das negociações entre o Ministério da Justiça e a Estima, proprietária dos terrenos do EPL.

Quanto ao destino do edifício central da prisão, confirma-se a cordão ao município “para a instalação de um equipamento colectivo (residência de estudantes). Além disso, o plano em vigor contempla uma área significativa à expansão de equipamentos universitários do campus da Universidade Nova de Lisboa”.

Isabel Pires deixa um apelo a que todas as partes se “insistem de acordo” e que as intervenções previstas possam contribuir para “colmatar necessidades públicas”.

sebastiao.almeida@publico.pt